

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Siderúrgica Nacional “CSN”, também denominada Companhia ou Controladora, é uma Sociedade Anônima, constituída em 9 de abril de 1941, em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil (Companhia Siderúrgica Nacional, suas subsidiárias, controladas, coligadas e controladas em conjunto sendo denominadas, em conjunto, “Grupo”). A sede social da empresa está localizada em São Paulo.

A CSN possui ações listadas na bolsa de São Paulo (BM&FBovespa) e na bolsa de Nova York (NYSE), reportando desta forma suas informações na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na *Securities and Exchange Commission* (SEC).

As principais atividades operacionais do Grupo estão divididas em 5 segmentos:

- **Siderurgia:**

Tem como principal instalação industrial a Usina Presidente Vargas (“UPV”) localizada no Município de Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro. Este segmento consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, aços longos, embalagens metálicas e aços galvanizados. Além de instalações no Brasil, a CSN possui operações nos Estados Unidos, Portugal e Alemanha com o objetivo de conquistar mercados e prestar serviços com excelência aos consumidores finais. Atende às indústrias da linha branca, construção civil e automobilística.

- **Mineração:**

A produção de minério de ferro é desenvolvida no município de Congonhas no Estado de Minas Gerais. Explora ainda estanho no Estado de Rondônia para suprir as necessidades da UPV, sendo que, o excedente dessas matérias primas é comercializado com controladas e terceiros. A CSN detém a concessão para operar o TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro. As importações de carvão e coque são feitas por meio desse terminal.

- **Cimentos:**

A CSN entrou no mercado de cimento impulsionada pela sinergia entre esta nova atividade e seus negócios já existentes. Ao lado da Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda (RJ), instalou uma nova unidade de negócios, que produz cimento do tipo CP-III, utiliza escória que é produzida pelos altos-fornos da própria Usina em Volta Redonda. Explora ainda calcário e dolomito da unidade de Arcos no Estado de Minas Gerais para suprir as necessidades da UPV e da fábrica de cimentos.

- **Logística**

Ferrovias:

A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: MRS Logística S. A., que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A., Transnordestina Logística S. A. (“TLSA”) e FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (“FTL”), que operam a antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, sendo de responsabilidade da TLSA os trechos de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (Malha II) e a FTL responsável pelos trechos de São Luiz - Mucuripe, Arrojado - Recife, Itabaiana - Cabedelo, Paula Cavalcante - Macau e Propriá - Jorge Lins (Malha I).

Portos:

A Companhia opera no Estado do Rio de Janeiro, por meio de sua controlada Sepetiba Tecon S. A., o Terminal de Contêineres (Tecon), no Porto de Itaguaí. Localizado na baía de Sepetiba, possui privilegiado acesso rodoviário, ferroviário e marítimo.

No Tecon é realizado o escoamento de produtos siderúrgicos da CSN, movimentação de contêineres, armazenagem, consolidação e desconsolidação de cargas.

- **Energia:**

Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a companhia possui ativos de geração de energia elétrica para garantir sua autossuficiência.

Veja maiores detalhes dos segmentos do Grupo na Nota 26 - Informações por Segmento de Negócios.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiros (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e respectivas normas expedidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e normas emitidas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), aplicáveis às demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS e normas emitidas pelo CPC requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas nas notas deste relatório e referem-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, perdas estimadas em estoques, provisão para passivos trabalhistas cíveis, fiscais, ambientais e previdenciários, depreciação, amortização, exaustão, provisão para redução do valor recuperável, tributos diferidos, instrumentos financeiros e benefícios a empregados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R\$). Dependendo do pronunciamento em IFRS aplicável, o critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações financeiras considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor de recuperação. Quando o IFRS e CPCs permitem a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração (por exemplo, remensuração sistemática), o critério do custo de aquisição foi utilizado.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho da Administração em 27 de fevereiro de 2014.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As práticas contábeis foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 incluem as seguintes controladas e controladas em conjunto, diretas e indiretas além dos fundos exclusivos Diplic, Mugen e Vértice, conforme demonstrado a seguir:

• **Empresas**

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	31/12/2013	31/12/2012	
Participação direta em controladas: consolidação integral			
CSN Islands VII Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands VIII Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands IX Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands X Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands XI Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands XII Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
International Investment Fund (1)		100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Minerals S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias
CSN Export Europe, S.L.U.	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Metals S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Americas S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Steel S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
TdBB S.A	100,00	100,00	Companhia dormente
Sepetiba Tecon S.A.	99,99	99,99	Serviços portuários
Mineração Nacional S.A.	99,99	99,99	Mineração e participações societárias
Florestal Nacional S.A. (2)		99,99	Reflorestamento
Companhia Florestal do Brasil	99,99		Reflorestamento
Estanho de Rondônia S.A.	99,99	99,99	Mineração de Estanho
Cia Metalic Nordeste	99,99	99,99	Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos
Companhia Metalúrgica Prada	99,99	99,99	Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos
CSN Cimentos S.A.	99,99	99,99	Fabricação de cimento
CSN Gestão de Recursos Financeiros Ltda.	99,99	99,99	Companhia dormente
Congonhas Minérios S.A.	99,99	99,99	Mineração e participações societárias
CSN Energia S.A.	99,99	99,99	Comercialização de energia elétrica
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (3)	88,41	99,99	Logística ferroviária
Transnordestina Logística S.A. (4)		76,13	Logística ferroviária
Participação indireta em controladas: consolidação integral			
CSN Aceros S.A.	100,00	100,00	Participações societárias
Companhia Siderúrgica Nacional LLC	100,00	100,00	Siderurgia
CSN Europe Lda.	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Ibéria Lda.	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Portugal, Unipessoal Lda.	100,00	100,00	Operações financeiras e comercialização de produtos
Lusosider Projectos Siderúrgicos S.A.	99,99	100,00	Participações societárias
Lusosider Aços Planos, S. A.	99,98	99,94	Siderurgia e participações societárias
CSN Acquisitions, Ltd.	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Resources S.A.	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Holdings (UK) Ltd	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Handel GmbH	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Companhia Brasileira de Latas	59,17	59,17	Comercialização de latas e embalagens em geral e participações societárias
Rimet Empreendimentos Industriais e Comerciais S. A.	58,96	58,96	Produção e comercialização de vasilhames de aço e exploração de atividades florestais
Companhia de Embalagens Metálicas MMSA	58,98	58,98	Produção e comercialização de latas e atividades afins
Empresa de Embalagens Metálicas - LBM Ltda.	58,98	58,98	Comercialização de embalagens e participações em outras sociedades
Empresa de Embalagens Metálicas - MUD Ltda.	58,98	58,98	Produção e comercialização de produtos de utilidades domésticas e afins
Companhia de Embalagens Metálicas - MTM do Nordeste	58,98	58,98	Produção e comercialização de latas e atividades afins
Companhia de Embalagens Metálicas - MTM	58,98	58,98	Produção e comercialização de latas e atividades afins
CSN Steel Comercializadora, S.L.U.	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Steel Holdings 1, S.L.U.	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Steel Holdings 2, S.L.U.	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Stalhwerk Thüringen GmbH	100,00	100,00	Produção e comercialização de aços longos e atividades afins
CSN Steel Sections UK Limited	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Steel Sections Czech Republic s.r.o.	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Steel Sections Polska Sp.Z.o.o	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Participação direta em controladas em conjunto: consolidação proporcional			
Itá Energética S.A.	48,75	48,75	Geração de energia elétrica
CGPAR - Construção Pesada S.A.	50,00	50,00	Serviços de apoio à mineração e participações societárias
Consórcio da Usina Hidrelétrica de Igarapava	17,92	17,92	Consórcio de energia elétrica
Participação direta em controladas em conjunto: equivalência patrimonial			
Nacional Minérios S.A.	60,00	60,00	Mineração e participações societárias
MRS Logística S.A.	27,27	27,27	Transporte ferroviário
Aceros Del Orinoco S.A.	22,73	22,73	Companhia dormente
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	50,00	50,00	Prestação de Serviços
Transnordestina Logística S.A. (4)	77,30		Logística ferroviária
Participação indireta em controladas em conjunto: equivalência patrimonial			
Namisa International Minérios SLU	60,00	60,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Namisa Europe, Unipessoal Ltda.	60,00	60,00	Participações societárias e comercialização de produtos e minérios
Namisa Handel GmbH	60,00	60,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
MRS Logística S.A.	6,00	6,00	Transporte ferroviário
Aceros Del Orinoco S.A.	9,08	9,08	Companhia dormente
Participação direta em coligadas: equivalência patrimonial			
Arvedi Metalferr do Brasil S.A.	20,00	20,00	Metalurgia e participações societárias

- (1) Empresa liquidada em 09 de maio de 2013.
- (2) Empresa incorporada em 30 de setembro de 2013.
- (3) Nova razão social da TFNE – Transnordestina Ferrovias do Nordeste S.A., alterado em 15 de fevereiro de 2013.
- (4) Em 27 de dezembro de 2013, a TLSA passou a ser considerada controlada em conjunto e o investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial, conforme nota 9.b

• Fundos Exclusivos

	Participação no capital social (%)		
Fundos Exclusivos	31/12/2013	31/12/2012	Atividades principais
Participação direta: consolidação integral			
Diplic - Fundo de investimento multimercado crédito privado	100,00	100,00	Fundo de investimento
Mugen - Fundo de investimento multimercado crédito privado	100,00	100,00	Fundo de investimento
Caixa Vértice - Fundo de investimento multimercado crédito privado	100,00	100,00	Fundo de investimento

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas adotamos os seguintes procedimentos de consolidação:

Os ganhos não realizados em transações com controladas e controladas em conjunto são eliminados na medida da participação da CSN na entidade em questão no processo de consolidação. Os prejuízos não realizados são eliminados da mesma forma que os ganhos não realizados, porém somente na medida em que não haja indícios de redução ao valor de recuperação (*impairment*). A data base das demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto é coincidente com a da controladora, e suas políticas contábeis estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

• Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo entidades de propósito específico), cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

• Controladas em conjunto

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e não são consolidados. Alguns negócios em conjunto, em 2013, foram caracterizados como operação em conjunto, devido a aplicação do IFRS 10 e do IFRS 11, veja mais detalhes na nota 3.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais a Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

A Companhia elimina o efeito no resultado das transações realizadas com as controladas em conjunto, e desta forma são reclassificados parte do resultado de equivalência patrimonial das empresas controladas em conjunto para despesa financeira, custo dos produtos vendidos e imposto de renda e contribuição social.

• Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a controladora tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

- **Transações e participações de não controladores**

A Companhia trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial.

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

(c) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas, controladas em conjunto e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso da CSN, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável as demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial enquanto conforme o IFRS seria o custo ou valor justo.

(d) Moedas estrangeiras

i. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada subsidiária atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação do Grupo.

ii. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício de 31 de dezembro de 2013 referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens monetários de operação no exterior caracterizada como investimento no exterior.

Os saldos das contas do ativo e passivo são convertidos pela taxa cambial da data do balanço, em 31 de dezembro de 2013, US\$1 equivale a R\$2,3426 (R\$2,0435 em 31 de dezembro de 2012), € 1 equivale a R\$3,2265 (R\$2,6954 em 31 de dezembro de 2012) e ¥ 1 equivale a R\$0,02233 (R\$0,02372 em 31 de dezembro de 2012).

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários classificados como mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais dos investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, estão incluídas nos resultados abrangentes no patrimônio.

iii. Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações); e
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado em outros resultados abrangentes.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão de itens monetários de investimento em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio previamente registradas em outros resultados abrangentes são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

(e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Os certificados de depósito que podem ser resgatados a qualquer momento sem penalidades são considerados equivalentes de caixa.

(f) Contas a receber de clientes

Registradas inicialmente pelo valor justo incluindo os respectivos impostos e despesas acessórias, sendo os créditos de clientes em moeda estrangeira atualizados pela taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram constituídas em montante considerado suficiente para suportar eventuais perdas. A avaliação da Administração considera o histórico do cliente, a situação financeira e a posição de nossos assessores jurídicos quanto ao recebimento desses créditos para constituição dessa estimativa de perdas.

(g) Estoques

São registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio ponderado na aquisição de matérias primas. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias primas, mão de obra, outros custos diretos (baseados na capacidade normal de produção). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas adequadas.

As pilhas de minério são contabilizadas como estoque quando são removidas da mina. O custo de produtos acabados compreende todos os custos diretos necessários para transformar os estoques em produtos acabados.

(h) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas são registrados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidas inicialmente pelo custo. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado

do exercício como receita (ou despesa) operacional nas demonstrações financeiras individuais. No caso de variação cambial de investimento no exterior que apresentem moeda funcional diferente da Companhia, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira, no patrimônio líquido da Companhia bem como ajustes de plano de pensão e investimentos disponíveis para venda que impactam o patrimônio líquido das subsidiárias e somente são registrados ao resultado quando o investimento for vendido ou baixado por perda. Outros investimentos são registrados e mantidos ao custo, ou valor justo.

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são alteradas para garantir consistência e uniformidade de critérios com as práticas adotadas pela Companhia.

(i) Combinação de negócios

O método de aquisição é usado para contabilizar cada combinação de negócios realizada pela Companhia. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação dos não controladores na adquirida, pela parcela proporcional da participação dos não controladores no valor justo de ativos líquidos da adquirida (vide nota 4).

(j) Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens conforme nota 10. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída e terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida. Entretanto, se os ativos tangíveis são específicos para a mina, ou seja, utilizados na atividade de mineração, estes devem ser depreciados pela vida útil normal de tais ativos, ou a vida útil da mina, o que for menor. A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição, baixando o valor contábil da parte que está substituindo, se for provável que os futuros benefícios econômicos nele incorporados reverterão para a Companhia, e se o custo do ativo puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos. Os custos dos empréstimos são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos.

Havendo partes de um ativo do imobilizado com vidas úteis diferentes, tais partes são contabilizadas separadamente como itens do imobilizado.

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação do valor de venda deduzido do valor residual e são reconhecidos em "outras receitas/outras despesas operacionais".

Direitos de exploração mineral são classificados como outros ativos no grupo de imobilizado.

Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração; após esse período os custos subsequentes são capitalizados. Gastos com exploração e avaliação incluem:

- Pesquisa e análise de dados históricos de exploração da área;
- Estudos topográficos, geológicos, geoquímicos e geofísicos;
- Determinação do volume e a qualidade do bem mineral;
- Exame e teste dos processos e métodos de extração;
- Levantamento topográfico das necessidades de transporte e infra-estrutura;
- Estudos de mercado e estudos financeiros.

Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e comprovadas de minério.

A fase de desenvolvimento inclui:

- Perfurações para definir o corpo do minério;
- Planos de acessos e drenagem;
- Processo avançado de remoção do solo (parte superior do solo e resíduos até chegar ao depósito de minério a ser extraído) e resíduos (material não-econômico que se mistura com o corpo de minério), conhecido como estéril.

Os gastos de remoção de estéril (custos associados com remoção de estéril e outros materiais residuais), incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas.

Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Nestes casos, os custos são capitalizados e levados ao ativo não circulante quando da extração do depósito de minério e são amortizados ao longo da vida útil da jazida.

A Companhia possui peças de reposição que serão utilizadas na substituição de peças e partes do ativo imobilizado, os quais aumentarão a vida útil do bem e cuja vida útil é maior que 12 meses. Estas peças estão classificadas no imobilizado em vez de estoques.

(k) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios e/ou gerados internamente.

Esses ativos são registrados pelo custo de aquisição ou formação e deduzidos da amortização calculada pelo método linear com base nos prazos de exploração ou recuperação.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados.

• Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No balanço patrimonial individual o ágio é incluído em investimentos. Deságio é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) incluem o valor contábil do ágio relacionado com a UGC vendida.

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, não sendo a unidade maior que o segmento operacional.

• Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear durante a vida útil estimada de 01 a 05 anos.

(l) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os

ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

(m) Benefícios a empregados

i. Benefícios a Empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimentos se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível a Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

A controladora e algumas subsidiárias ofereciam benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios foram acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que usada para os planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido imediatamente em outros resultados abrangentes, e posteriormente são transferidos para lucros ou prejuízos acumulados. No caso de extinção do plano, os ganhos e perdas atuariais acumulados são registrados ao resultado.

ii. Participação nos lucros e bônus

A participação dos colaboradores nos lucros e a remuneração variável dos executivos estão vinculadas ao alcance de metas operacionais e financeiras. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa substancialmente alocadas ao custo de produção e quando aplicável, às despesas gerais e administrativas, quando atingidas estas metas.

(n) Provisões

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente formalizada ou não (obrigação construtiva) adquirida resultante de eventos passados, (ii) é provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente, e (iii) quando o valor pode ser estimado com razoável segurança. Provisões são determinadas descontando os fluxos de caixa futuros esperados com base em uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação de mercado do valor do dinheiro no tempo e, onde apropriado, os riscos específicos do passivo.

(o) Concessões

A Companhia possui concessões governamentais e os pagamentos são classificados como arrendamento mercantil operacional.

(p) Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa do grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

(q) Reconhecimento de receita

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. A receita de serviço prestado é reconhecida em função de sua realização.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para vendas internacionais, depende do tipo de *incoterm* do contrato.

(r) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (excluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros, e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não

são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

(s) Imposto de renda e contribuição social

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos de renda correntes e diferidos. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O tributo corrente é o evento a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido passivo não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

(t) Lucro/(Prejuízo) por ação

O lucro/prejuízo por ação básico é calculado por meio do lucro/prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações e, conseqüentemente, o lucro/prejuízo por ações diluído é igual ao lucro/prejuízo por ações básico.

(u) Custos ambientais e restauração de áreas

A Companhia constitui provisão para os custos de recuperação e multas, quando uma perda é provável e os valores dos custos relacionados são razoavelmente determinados. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano formal de ação.

Despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas, como apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a Companhia e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle da poluição e/ou prevenção.

(v) Pesquisa e desenvolvimento

Todos esses custos são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos exceto quando atender critérios para capitalização. Gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesa para o período findo em 31 de dezembro de 2013 foram R\$5.810 (R\$6.033 em 31 de dezembro de 2012).

(w) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (proteção) de fluxo de caixa. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

- **Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

- **Ativos mantidos até o vencimento**

São basicamente os ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- **Ativos financeiros disponíveis para venda**

São os ativos financeiros não derivativos, designados como disponíveis para venda, que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes quando os mesmos são investimentos estratégicos da

Companhia, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo.

- **Reconhecimento e Mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "receitas financeiras" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e somente são registrados ao resultado quando o investimento for vendido ou baixado por perda.

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber pagamentos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

- ii) **Impairment de ativos financeiros**

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado (*impaired*).

- **Ativos mensurados ao custo amortizado**

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a CSN usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
 - uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
-

- o Emissor, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e essa diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

- **Ativos classificados como disponíveis para venda**

No caso de instrumentos patrimoniais (ações) classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados (*impaired*). A determinação do que é considerada uma queda “significativa” ou “prolongada” exige julgamento. Para esse julgamento, é avaliada, entre outros fatores, a variação histórica do preço das ações, a duração e proporção na qual o valor justo do investimento é menor que seu custo, além da saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento, mudanças na tecnologia e fluxo de caixa operacional e financeiro. Se alguma dessas evidências existirem para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - é reclassificado do patrimônio e reconhecido na demonstração de resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos disponíveis para venda não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

A CSN efetuou a análise de *impairment* de seu investimento disponível para venda em ações da Usiminas, veja nota 13.

iii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

- **Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* efetivo.

- **Outros passivos financeiros**

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedores.

- **Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv) Instrumentos derivativos e atividades de *hedge*

- **Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "resultado financeiro". Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de *hedge* (*hedge accounting*).

- **Ganho ou perda de variação cambial sobre investimentos em operações no exterior**

Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcialmente alienada ou vendida.

(x) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente do grupo comprometido com as atividades de negócios, das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas a transações com quaisquer outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais de segmentos operacionais são revisados regularmente pela Diretoria Executiva da CSN para tomada de decisões sobre os recursos a serem alocados para o segmento e avaliação de seu desempenho, e para os quais haja informações financeiras distintas disponíveis (vide nota 26).

(y) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas quando então serão reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

A Companhia possui incentivos fiscais estaduais nas regiões Norte e Nordeste, que são reconhecidos no resultado como redução dos custos, despesas ou tributos correspondentes.

(z) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações que exigem a rerepresentação dos valores correspondentes. Essas incluem o CPC 36 (R3) "Demonstrações Consolidadas", correspondente ao IFRS 10, o CPC 19 (R2) "Negócios em Conjunto", correspondente ao IFRS 11 e o CPC 45 "Divulgação de Participações em Outras Entidades", correspondente ao IFRS 12.

Para estes pronunciamentos novos ou revisados que tiveram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia, e consequentemente, resultaram na rerepresentação dos valores, encontram-se destacados na nota 3.

Outros pronunciamentos, interpretações e revisões foram adotados pela primeira vez em 2013, tais como: CPC 26 (R1) "Apresentação das Demonstrações Contábeis", correspondente ao IAS 1; CPC 33 (R1) "Benefícios a Empregados", correspondente ao IAS 19; CPC 46 "Mensuração do Valor Justo", correspondente ao IFRS 13; CPC 40 (R1) "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", correspondente ao IFRS 7; CPC 35 (R2) "Demonstrações Separadas", correspondente ao IAS 27; CPC 18 (R2) "Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto", correspondente ao IAS 28; ICPC 18 "Custos de Remoção de Estéril (Stripping) de Mina de Superfície na Fase de Produção", correspondente ao IFRIC 20, no entanto, não tiveram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

(aa) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As seguintes normas, emendas a normas e interpretações do IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013:

Norma	Descrição	Vigência
IAS 32	"Instrumentos Financeiros: Apresentação", sobre compensação de ativos e passivos. Traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32, sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial.	1º de janeiro de 2014
Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27	As alterações à IFRS 10 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadre na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas. As alterações à IFRS 12 e à IAS 27 introduzem novas exigências de divulgação para entidades de investimento.	1º de janeiro de 2014
IFRIC 21	Clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida.	1º de janeiro de 2014
Revisão IAS 39	Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de <i>hedge</i> quando a renovação de um derivativo designado como <i>hedge</i> atinge certos critérios.	1º de janeiro de 2014
Alteração da IAS 36	A alteração reduz as circunstâncias para divulgação do valor recuperável de ativos ou unidades geradoras de caixa e esclarece as divulgações exigidas.	1º de janeiro de 2014
IFRS 9	"Instrumentos Financeiros". O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação do IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de <i>hedge</i> continua aplicável. A emenda a o IFRS 9 postergou a data de entrada em vigor de 2013 para 2015. Eliminou também a obrigatoriedade de republicação de informações comparativas e passou a requerer divulgações adicionais sobre a transição para o IFRS 9.	1º de janeiro de 2015

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados à algumas das IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de

normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Quanto às emendas e novas normas listadas na tabela acima, a Companhia estima que suas adoções não trarão impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

3. MUDANÇAS DE PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou, a partir de 1º de janeiro de 2013, o IFRS 10 – *Consolidated Financial Statements*, correspondente ao CPC 36(R3) - “Demonstrações Consolidadas” aprovado pela CVM em dezembro de 2012 que estabelece princípios para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades, e o IFRS 11 - *Joint Arrangements*, correspondente ao CPC 19(R2) - “Negócios em Conjunto” aprovado pela CVM em novembro de 2012, o qual requer uma nova avaliação de acordos em conjunto, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica. O IFRS 10 substitui as exigências de consolidação do SIC-12 Consolidação de Entidades de Finalidade Específica e do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas. O IFRS 11 substitui o IAS 31 Empreendimentos Controlados em Conjunto e SIC-13 Entidades Conjuntamente Controladas - Contribuições Não Monetárias por Acionistas.

Desta forma, como o método de consolidação proporcional para empresas consideradas como empreendimentos em conjunto (*joint ventures*) não é mais permitido, a Companhia deixou de consolidar suas controladas em conjunto Nacional Minérios S.A., MRS Logística S.A. e CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura, e passou a registrá-las pelo método de equivalência patrimonial. Adicionalmente, a aplicação do IFRS 10 e 11, a administração decidiu adotar como prática contábil a eliminação do efeito no resultado das transações realizadas com as controladas em conjunto. Como resultado, foram reclassificados parte do resultado de equivalência patrimonial das empresas controladas em conjunto para despesa financeira, custo dos produtos vendidos e imposto de renda e contribuição social.

A Companhia também aplicou, a partir de 1º de janeiro de 2013, o IFRS 12 – *Disclosure of Interest in Other entities*, correspondente ao CPC 45 – “Divulgação de Participações em Outras Entidades” aprovado pela CVM em dezembro de 2012, que requer divulgações sobre a natureza da participação da Companhia em outras entidades, os riscos associados a tais participações, e os efeitos dessas participações no resultado e no fluxo de caixa.

Para fins de comparabilidade os saldos de 31 de dezembro de 2012 e do balanço de abertura de 1º de janeiro de 2012 foram ajustados considerando as referidas mudanças de prática contábil e estão sendo apresentados para fins comparativos nas notas explicativas, conforme demonstrado a seguir:

i. Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2012

	Consolidado 31/12/2012		
	Balanço Publicado	Adoção IFRS 10 e IFRS 11	Balanço Ajustado
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	14.444.875	(2.553.054)	11.891.821
Contas a receber	1.794.566	866.851	2.661.417
Estoques	3.580.025	(186.832)	3.393.193
Outros Ativos Circulantes	1.302.479	(150.324)	1.152.155
Total do ativo circulante	21.121.945	(2.023.359)	19.098.586
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	116.753		116.753
Tributos diferidos	2.372.501	(195.422)	2.177.079
Outros ativos não circulantes	1.648.056	(20.917)	1.627.139
	4.137.310	(216.339)	3.920.971
Investimento	2.351.774	8.488.013	10.839.787
Imobilizado	20.408.747	(1.889.683)	18.519.064
Intangível	1.275.452	(370.591)	904.861
Total do ativo não circulante	28.173.283	6.011.400	34.184.683
TOTAL DO ATIVO	49.295.228	3.988.041	53.283.269
PASSIVO			
Circulante			
Obrigações sociais e trabalhistas	241.291	(56.328)	184.963
Fornecedores	1.957.789	67.672	2.025.461
Obrigações fiscais	336.348	(63.582)	272.766
Empréstimos e financiamentos	2.295.409	(126.287)	2.169.122
Outras obrigações	1.221.350	360.690	1.582.040
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	355.889	(39.342)	316.547
Total do passivo circulante	6.408.076	142.823	6.550.899
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	27.856.350	(720.768)	27.135.582
Outras obrigações	4.388.451	4.620.598	9.009.049
Tributos diferidos	284.110	(45.869)	238.241
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	371.697		371.697
Plano de pensão e saúde	565.591		565.591
Outras provisões	413.440	(8.743)	404.697
Total do passivo não circulante	33.879.639	3.845.218	37.724.857
Patrimônio líquido			
Capital social	4.540.000		4.540.000
Reservas	3.690.573		3.690.573
Ajuste de avaliação patrimonial	386.324		386.324
Participação acionistas não controladores	390.616		390.616
Total do patrimônio líquido	9.007.513		9.007.513
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	49.295.228	3.988.041	53.283.269

ii. Demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012

	Consolidado 31/12/2012		
	Balanço Publicado	Adoção IFRS 10 e IFRS 11	Balanço Ajustado
Receita líquida vendas e/ou serviços	16.896.264	(1.667.675)	15.228.589
Custo bens e/ou serviços vendidos	(12.072.206)	813.539	(11.258.667)
Lucro Bruto	4.824.058	(854.136)	3.969.922
Despesas/Receitas Operacionais	(4.182.361)	931.008	(3.251.353)
Despesas com vendas	(931.525)	158.037	(773.488)
Despesas gerais e administrativas	(576.514)	108.594	(467.920)
Resultado da equivalência patrimonial	(952)	642.388	641.436
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(2.673.370)	21.989	(2.651.381)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	641.697	76.872	718.569
Resultado financeiro líquido	(1.992.405)	(158.946)	(2.151.351)
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(1.350.708)	(82.074)	(1.432.782)
Imposto Renda e Contribuição Social	870.134	82.074	952.208
Prejuízo do Exercício	(480.574)		(480.574)
Atribuível a:			
Participação dos acionistas controladores	(420.113)		(420.113)
Participação dos acionistas não controladores	(60.461)		(60.461)

iii. Balanço Patrimonial em 01 de janeiro de 2012

	Consolidado 01/01/2012		
	Balanço Publicado	Adoção IFRS 10 e IFRS 11	Balanço Ajustado
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	15.417.393	(1.976.703)	13.440.690
Contas a receber	1.616.206	530.456	2.146.662
Estoques	3.734.984	(216.077)	3.518.907
Outros Ativos Circulantes	1.175.723	(118.006)	1.057.717
Total do ativo circulante	21.944.306	(1.780.330)	20.163.976
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	139.679		139.679
Tributos diferidos	1.840.773	(367.034)	1.473.739
Outros ativos não circulantes	2.876.269	54.574	2.930.843
	4.856.721	(312.460)	4.544.261
Investimento	2.088.225	7.929.231	10.017.456
Imobilizado	17.377.076	(1.612.581)	15.764.495
Intangível	603.374	(372.395)	230.979
Total do ativo não circulante	24.925.396	5.631.795	30.557.191
TOTAL DO ATIVO	46.869.702	3.851.465	50.721.167
PASSIVO			
Circulante			
Obrigações sociais e trabalhistas	202.469	(37.527)	164.942
Fornecedores	1.232.075	(129.475)	1.102.600
Obrigações fiscais	325.132	(6.817)	318.315
Empréstimos e financiamentos	2.702.083	(104.038)	2.598.045
Outras obrigações	1.728.445	210.754	1.939.199
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	292.178	(33.264)	258.914
Outras provisões	14.565	(6.432)	8.133
Total do passivo circulante	6.496.947	(106.799)	6.390.148
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	25.186.505	(634.863)	24.551.642
Outras obrigações	5.593.520	4.616.753	10.210.273
Tributos diferidos	37.851	(18.088)	19.763
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	346.285		346.285
Plano de pensão e saúde	469.050		469.050
Outras provisões	322.374	(5.538)	316.836
Total do passivo não circulante	31.955.585	3.958.264	35.913.849
Patrimônio líquido			
Capital social	1.680.947		1.680.947
Reservas	7.671.650		7.671.650
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.366.776)		(1.366.776)
Participação acionistas não controladores	431.349		431.349
Total do patrimônio líquido	8.417.170		8.417.170
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	46.869.702	3.851.465	50.721.167

4. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

• Stahlwerk Thüringen GmbH ("SWT") e Gallardo Sections

Em 31 de janeiro de 2012, a CSN, por meio de sua subsidiária integral CSN Steel S.L. concluiu a aquisição da totalidade das ações ("Ações") das empresas espanholas (a) Dankerena Guipúzcoa, S.L. (atualmente denominada CSN Steel Holdings 2, S.L.U.) e Grupo Alfonso Gallardo Thüringen, S.L.U. (atualmente denominada CSN Steel Holdings 1, S.L.U.) holdings que, juntas, detém 100% do capital social da empresa alemã Stahlwerk Thüringen GmbH ("SWT"), uma produtora de aços longos localizada em Unterwellenborn, Alemanha, especializada na produção de perfis e com capacidade instalada de produção de 1,1 milhão de toneladas de aço/ano; e (b) Gallardo Sections S.L.U. (atualmente denominada CSN Steel Comercializadora, S.L.U.), uma comercializadora dos produtos de SWT, todas detidas pelo Grupo Alfonso Gallardo, S.L.U. ("Grupo AG").

A concretização desta aquisição concorre para o fortalecimento da CSN no segmento de aços longos, reforçando o portfólio de ativos de classe mundial.

Conforme mencionado na Nota 2(i), foi utilizado o método de aquisição para a contabilização dos ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos.

O preço de compra no valor de R\$301.192 (EUR 131.790), atualizado pelo ajuste final de preço de aquisição no valor de R\$1.943 (EUR 850), foi alocado entre os ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos, valorizados a valor justo. No processo de identificação do preço de compra foram considerados os ajustes apresentados abaixo, e teve como ponto de partida o valor da transação de R\$ 1.104.648 (EUR 483.350):

	Valores em R\$
Valor da transação	1.104.648
Dívida líquida	(857.031)
Provisões	(11.782)
Créditos fiscais	13.498
Capital de giro	51.859
(=) Preço de compra	301.192

Os custos relacionados com a transação estão representados por serviços de consultoria, despesas com advogados e totalizam R\$20.879 incluídos no resultado, em despesas gerais e administrativas, conforme incorridos.

As tabelas a seguir demonstram a alocação dos ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos, reconhecidos na data da aquisição, o preço de compra considerado na aquisição do controle da SWT e Gallardo Sections, e a determinação do “goodwill” resultante.

Os ajustes de valor justo efetuados partindo do balanço societário para a elaboração do balanço de abertura foram atualizados após a conclusão do laudo de avaliação em dezembro de 2012.

Ativos adquiridos	Valores contábeis	Ajustes de valor justo	Valor justo total
Ativo Circulante (*)	400.387		400.387
Ativo Não Circulante (**)	191.956	786.988	978.944
Passivo circulante	(262.203)		(262.203)
Passivo não circulante (***)	(842.526)	(209.005)	(1.051.531)
Total ativos adquiridos	(512.386)	577.983	65.597

(*) Incluso o valor de R\$14.880 referente a caixa e equivalentes de caixa.

(**) Composto principalmente pelo ajuste de valor justo no ativo imobilizado no montante de R\$392.817. O valor justo total do ativo imobilizado foi avaliado em R\$582.478.

(***) Refere-se ao imposto de renda diferido sobre os ajustes de valor justo.

Ágio resultante da aquisição

(+) Preço de compra	301.192
(-) Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos	65.597
(=) Ágio resultante da aquisição (nota 11)	235.595

O ágio (“goodwill”), originado na aquisição, foi fundamento na expectativa de rentabilidade futura.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Circulante				
Disponibilidades				
Caixa e Bancos	178.920	205.056	36.553	25.897
Aplicações Financeiras				
No País:				
Títulos públicos	48.206	862.299	42.575	769.447
Títulos privados	240.852	540.688	57.564	340.720
	289.058	1.402.987	100.139	1.110.167
No Exterior:				
<i>Time Deposits</i>	9.527.694	10.283.778	69.932	1.859.693
Total das Aplicações Financeiras	9.816.752	11.686.765	170.071	2.969.860
Caixa e equivalentes de caixa	9.995.672	11.891.821	206.624	2.995.757

Os recursos financeiros disponíveis na controladora e nas controladas estabelecidas no país são aplicados basicamente em fundos de investimento, considerados exclusivos, que foram consolidados, com operações compromissadas lastreadas em títulos privados e públicos com liquidez imediata.

Os títulos privados são aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e os títulos públicos são basicamente operações compromissadas lastreadas em Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B) e Letras Financeiras do Tesouro (LFT). Os fundos são administrados pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S.A DTVM e pela Caixa Econômica Federal (CEF) e os seus ativos respondem por eventuais perdas nos investimentos e operações realizadas. Os investimentos nos fundos foram consolidados.

Adicionalmente, parte significativa dos seus recursos financeiros e de suas controladas no exterior é aplicada em *Time Deposits* com bancos de primeira linha e são remuneradas às taxas pré-fixadas.

6. CONTAS A RECEBER

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Clientes				
Terceiros				
Mercado interno	790.225	776.442	545.927	521.517
Mercado externo	950.145	754.159	80.434	23.799
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(114.172)	(111.532)	(88.518)	(86.391)
	1.626.198	1.419.069	537.843	458.925
Partes Relacionadas (Nota 19 - b)	107.443	227.021	632.645	552.744
	1.733.641	1.646.090	1.170.488	1.011.669
Outras Contas a Receber				
Dividendos a receber (Nota 19 - b)	717.595	955.869	774.147	985.973
Outros créditos	71.229	59.458	48.069	34.789
	788.824	1.015.327	822.216	1.020.762
	2.522.465	2.661.417	1.992.704	2.032.431

A composição do saldo bruto do contas a receber de clientes terceiros é demonstrado da seguinte forma:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
A vencer	1.339.481	1.272.669	373.190	406.543
Vencidos até 180 dias	216.392	113.793	90.165	25.052
Vencidos acima de 180 dias	184.497	144.139	163.006	113.721
	1.740.370	1.530.601	626.361	545.316

A fim de atender a necessidade de alguns clientes do mercado interno, referente à sua necessidade de alongamento do prazo de pagamento no faturamento de aço, em comum acordo com a política comercial interna da CSN e a manutenção de seus recebimentos de curtíssimo prazo (até 7 dias), a pedido do cliente, são fechadas operações de cessão de crédito sem coobrigação negociada entre o cliente e bancos de relacionamento comum, onde a CSN cede as duplicatas/títulos de sua emissão aos bancos de relacionamento comum.

Pela característica das operações de cessão de crédito sem coobrigação, a CSN após a cessão das duplicatas/títulos do cliente e recebimento dos recursos proveniente do fechamento de cada operação, liquida o contas a receber e se desobriga integralmente do risco de crédito da operação. Essa operação totaliza um montante de R\$386.732 em 31 de dezembro de 2013 (R\$224.718 em 31 de dezembro de 2012), deduzido do contas a receber.

As movimentações nas perdas estimadas de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	(111.532)	(124.939)	(86.391)	(101.407)
Perdas estimadas	(17.988)	(11.073)	(13.902)	(6.668)
Recuperação de créditos	15.348	24.480	11.775	21.684
Saldo final	(114.172)	(111.532)	(88.518)	(86.391)

7. ESTOQUES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Produtos acabados	743.831	980.375	529.068	755.771
Produtos em elaboração	650.311	668.170	550.227	584.952
Matérias-primas	714.365	722.922	436.283	477.350
Almoxarifado	1.003.473	1.018.625	877.944	885.819
Minério	139.275	74.340	139.275	74.340
Adiantamento a fornecedores	11.915	36.921	9.859	16.414
(-) Perdas estimadas	(102.185)	(108.160)	(83.426)	(90.344)
	3.160.985	3.393.193	2.459.230	2.704.302

As movimentações nas perdas estimadas em estoques são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	(108.160)	(94.950)	(90.344)	(77.814)
Reversões/(Perdas) estimadas em estoques de baixa rotatividade e obsolescência	5.975	(13.210)	6.918	(12.530)
Saldo final	(102.185)	(108.160)	(83.426)	(90.344)

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, foram objetos de constituição de perdas estimadas.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía estoques de longo prazo de minério de ferro no valor de R\$144.483, classificados em outros ativos não circulantes (R\$144.483 em 31 de dezembro de 2012), conforme nota 8.

8. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

O grupo de outros ativos circulantes e outros ativos não circulantes possuem a seguinte composição:

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Depósitos judiciais (Nota 17)			693.714	718.026			650.463	680.603
Créditos junto a PGFN (*)			88.921	84.392			88.921	84.392
Tributos a recuperar (**)	480.495	407.297	112.788	183.092	298.279	267.172	94.342	68.675
Despesas Antecipadas	37.369	38.767	38.117	42.893	27.394	17.757	18.600	21.580
Ativo Atuarial - Parte Relacionada (Nota 19 b)			97.051	93.546			96.665	93.163
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 13 I)	9.681	239.266	3.879			237.525		
Margem garantia instrumentos financeiros (Nota 13 I)		426.328				17.024		
Títulos para negociação (Nota 13 I)	9.906				7.041			
Estoque minério (Nota 7)			144.483	144.483			144.483	144.483
Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR			8.452	8.452			8.452	8.452
Contas a receber			9.970	8.983			10.631	10.649
Empréstimos com partes relacionadas (Nota 19 b)	147.273	5.362	603.862	314.699	46.722	89.551	237.710	308.976
Outros créditos com partes relacionadas (Nota 19 b)	15.658	20.309	18.129	10.515	16.180	24.927	155.932	218.276
Outros	22.538	14.826	15.959	18.058			15.649	17.708
	722.920	1.152.155	1.835.325	1.627.139	395.616	653.956	1.521.848	1.656.957

(*) Refere-se ao excesso de depósito judicial originado pelo programa do REFIS de 2009

(**) Refere-se principalmente a PIS/COFINS e ICMS sobre aquisição de ativo fixo os quais serão recuperados por um período de 48 meses e imposto de renda e contribuição social a compensar.

9. INVESTIMENTOS

a) Participações diretas em empresas controladas, controladas em conjunto, operações em conjunto e coligadas

Empresas	31/12/2013											31/12/2012
	Quantidade de ações detidas pela CSN			Lucro				Lucro				
	(em unidades)		%	líquido			%	líquido				
	Ordinárias	Preferenciais	Participação direta	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	(prejuízo) do exercício	Participação direta	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	(prejuízo) do exercício
Controladas												
CSN Islands VII Corp.	20.001.000		100,00	7.958.296	8.653.517	(695.221)	(492.508)	100,00	7.058.295	7.261.007	(202.712)	(228.179)
CSN Islands VIII Corp.	2.501.000		100,00	16.236		16.236	(37.499)	100,00	1.419.190	1.365.455	53.735	10.535
CSN Islands IX Corp.	3.000.000		100,00	981.698	979.730	1.968	95	100,00	856.329	854.456	1.873	614
CSN Islands X Corp.	1.000		100,00	46	52.838	(52.792)	(7.566)	100,00	57	45.283	(45.226)	(4.449)
CSN Islands XI Corp.	50.000		100,00	1.796.485	1.788.545	7.940	1.045	100,00	1.566.837	1.559.941	6.896	370
CSN Islands XII Corp.	1.540		100,00	1.868.122	2.343.437	(475.315)	(195.338)	100,00	1.763.078	2.043.055	(279.977)	(140.846)
Tangua Inc.												1.794
International Investment Fund							(28)	100,00	98		98	(1.107)
CSN Minerals S.L.U.	131.649.926		100,00	4.558.786	1.856	4.556.930	794.937	100,00	3.762.487	495	3.761.992	858.206
CSN Export Europe, S.L.U.	35.924.748		100,00	942.194	350	941.844	151.941	100,00	790.202	299	789.903	87.192
CSN Metals S.L.U.	256.951.582		100,00	1.450.763	1.438	1.449.325	195.013	100,00	1.254.559	247	1.254.312	112.967
CSN Americas S.L.U.	151.877.946		100,00	1.995.959	13.962	1.981.997	277.278	100,00	1.688.612	10.383	1.678.229	289.573
CSN Steel S.L.U.	454.072.527		100,00	2.714.157	435.831	2.278.326	118.601	100,00	2.337.092	368.325	1.968.767	(123.795)
Sepetiba Tecon S.A.	254.015.052		99,99	324.698	81.973	242.725	51.077	99,99	259.258	35.939	223.319	33.099
Mineração Nacional S.A.	999.999		99,99	1.067	15	1.052	55	99,99	1.151	97	1.054	62
Florestal Nacional S.A.							(46.509)	99,99	440.909	742.238	(301.329)	(327.530)
Estanho de Rondônia S.A.	34.236.306		99,99	34.189	9.697	24.492	(9.263)	99,99	48.986	15.231	33.755	5.044
Companhia Metalic Nordeste	92.459.582		99,99	182.845	41.730	141.115	18.510	99,99	169.282	46.897	122.385	6.049
Companhia Metalúrgica Prada	601.084		99,99	771.436	465.032	306.404	47.295	99,99	686.299	456.952	229.347	(157.156)
CSN Cimentos S.A.	3.734.582.664		99,99	1.012.370	84.651	927.719	56.161	99,99	1.237.779	102.523	1.135.256	(143.975)
Congonhas Minérios S.A.	64.610.862		99,99	1.996.614	2.004.797	(8.183)	13.870	99,99	1.984.592	2.006.645	(22.053)	(20.855)
CSN Energia S.A.	43.149		99,99	33.416	13.850	19.566	11.515	99,99	15.796	7.744	8.052	(11.190)
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	306.241.571		88,41	542.162	239.582	302.580	(3.662)	99,99	10		10	
Companhia Florestal do Brasil	19.358.449		99,99	20.858	1.567	19.291	(19)					
Controladas em Conjunto												
Nacional Minérios S.A.	285.040.443		60,00	9.404.480	1.058.093	8.346.387	544.695	60,00	9.118.928	1.317.238	7.801.690	982.800
Itá Energética S.A.	253.606.842		48,75	341.188	18.059	323.129	9.852	48,75	375.370	45.566	329.804	32.631
MRS Logística S.A.	52.414.152	40.301.916	27,27	1.853.628	1.126.803	726.825	128.989	27,27	1.712.266	1.026.680	685.586	121.769
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	1.876.146		50,00	20.590	16.244	4.346	2.458	50,00	14.635	12.747	1.888	14
CGPAR - Construção Pesada S.A.	50.000		50,00	53.527	48.703	4.824	9.527	50,00	37.599	36.669	930	1.750
Transnordestina Logística S.A.	22.714.245	1.397.545	77,30	4.286.381	2.961.282	1.325.099	(122.178)	76,13	3.902.500	2.450.426	1.452.074	(57.875)
Coligadas												
Arvedi Metalfer do Brasil	21.408.833		20,00	49.800	34.441	15.359	(3.291)	20,00	22.718	9.740	12.977	(7.783)

As quantidades de ações, os saldos do ativo e passivo, patrimônio líquido e os valores de lucro/prejuízo do exercício refere-se a participação detida pela CSN nessas empresas.

b) Eventos ocorridos no exercício 2013

• Florestal Nacional S.A. ("Florestal Nacional")

Em 30 de setembro de 2013 a controlada Florestal Nacional S.A. foi incorporada pela CSN com o acervo líquido de R\$(391.389). Como resultado da operação, a Florestal Nacional foi extinta de pleno direito e a CSN assumiu todos seus direitos e obrigações.

• CSN Cimentos S.A. ("CSN Cimentos")

Em 30 de setembro de 2013 ocorreu a cisão parcial da CSN Cimentos e absorção, pela CSN, do acervo líquido cindido no valor de R\$244.394. Como resultado da operação, parte do acervo da CSN Cimentos foi transferido para a CSN, que assumiu os direitos e as obrigações diretamente relacionadas ao referido acervo. A CSN Cimentos continuará com suas operações normais, uma vez que a cisão não envolveu nenhum ativo operacional da Companhia.

• Companhia Metalúrgica Prada ("Prada")

Em 30 de setembro de 2013, ocorreu a cisão parcial da Prada e absorção, pela CSN, do acervo líquido cindido no valor de R\$14.270. Como resultado da operação, parte do acervo da Prada foi transferido para a CSN, que assumiu os direitos e as

obrigações diretamente relacionadas ao referido acervo. A Prada continuará com suas operações normais, uma vez que a cisão não envolveu nenhum ativo operacional da Companhia.

A tabela a seguir demonstra a alocação dos ativos e passivos incorporados/cindidos no balanço patrimonial da CSN:

Ativos e passivos incorporados	CSN Cimentos	Prada	Florestal Nacional	Total
Ativo circulante (*)	104.416	19.318	4.174	127.908
Ativo não circulante (**)	140.446	82.914	395.542	618.902
Passivo circulante (***)	(468)	(82.962)	(192.543)	(275.973)
Passivo não circulante (***)		(5.000)	(598.562)	(603.562)
Total dos ativos e passivos incorporados	244.394	14.270	(391.389)	(132.725)

(*) Refere-se principalmente contrato de pré-pagamento com a controladora CSN.

(**) Refere-se principalmente a investimentos disponíveis para venda e tributos diferidos.

(***) Refere-se principalmente a empréstimos intercompany, CSN e da Florestal Nacional com Congonhas Minérios.

• Transnordestina Logística S.A. ("TLSA")

Em 20 de setembro de 2013, a TLSA celebrou (i) Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da Malha Nordeste, que compreende os trechos entre as cidades de São Luís a Mucuri, Arrojado a Recife, Itabaiana a Cabedelo, Paula Cavalcante a Macau e Propriá a Jorge Lins ("Malha I") e de Missão Velha a Salgueiro, Salgueiro a Trindade, Trindade a Eliseu Martins, Salgueiro a Porto de Suape e Missão Velha a Porto de Pecém ("Malha II") para nele incluir as obrigações assumidas pela TLSA relativas à implantação da Malha II, bem como a readequação dos trechos que a compõem e (ii) Termo de Ajustamento de Conduta entre a ANTT e a TLSA, com a finalidade de sanar as pendências existentes entre as partes.

Também foram assinados naquela data (i) um novo Acordo de Acionistas da TLSA entre CSN, Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. ("Valec"), Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE ("FDNE") e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR ("BNDESPAR"), com a interveniência da TLSA, cuja eficácia ficava condicionada à cisão desproporcional da TLSA, a ser implementada nos termos da Resolução ANTT nº 4.042/2013; e (ii) Acordo de Investimentos entre CSN, Valec e FDNE, com a interveniência da TLSA, que, além de outros temas, trata do novo orçamento e das fontes de recursos que precisarão ser aportados na TLSA ou financiados para a implantação da Malha II.

Em 27 de dezembro de 2013, dando prosseguimento ao processo de reorganização acima descrito, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a cisão desproporcional da TLSA, efetivando-se a segregação dos ativos da Malha I e Malha II.

Essa reestruturação teve por objetivo o reequilíbrio econômico-financeiro da concessão da Malha Nordeste, levando à prorrogação do período de concessão para exploração dos serviços da Malha II, que poderá chegar até 2057, e a segregação de ativos ligados à Malha I, os quais foram incorporados pela controlada FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("FTL") com a manutenção, na TLSA de ativos correspondentes à Malha II.

Em decorrência da cisão a CSN passou a deter 88,41% de participação na FTL e 77,30% de participação na TLSA.

Com a efetivação da cisão, o novo Acordo de Acionistas se tornou eficaz, passando o controle a ser compartilhado com acionistas integrantes do bloco público, que passaram a deter direitos substantivos sobre certas decisões relevantes da empresa e interferir na condução normal dos negócios, assim como a CSN, atuando nas definições do orçamento, políticas internas, gastos de capital, endividamento, entre outros, caracterizando, desta forma, a perda do controle pela CSN, de acordo com as regras específicas do IFRS.

Sendo assim, em 31 de dezembro de 2013, de acordo com o IFRS 10, correspondente ao CPC 36(R3) a CSN reverteu todos os ativos e passivos da TLSA e participações de não controladores e passou a registrar a participação remanescente neste investimento pelo valor justo na data em que o controle é perdido. Após este reconhecimento inicial, o investimento passa a ser apurado pelo método de equivalência patrimonial.

O ganho gerado pela perda de controle no investimento reconhecido no resultado em outras receitas operacionais pode ser assim demonstrado:

	Consolidado	Controladora
	31/12/2013	31/12/2013
(+) Valor justo do investimento remanescente	1.984.204	1.984.204
(-) Valor contábil dos ativos líquidos	1.714.232	1.325.099
(+) Valor contábil de não controladores	389.133	
Ganho na perda de controle na Transnordestina	659.105	659.105
(-) Juros capitalizados baixados	185.206	185.206
Ganho na perda de controle na Transnordestina (Nota 24)	473.899	473.899
(-) Imposto de renda e contribuição social	161.126	161.126
Ganho na perda de controle, líquido de imposto de renda e contribuição social	312.773	312.773

c) Movimentação dos investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto, operações em conjunto, coligadas e outros investimentos

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial dos investimentos	10.839.787	10.017.456	23.356.506	22.573.890
Saldo inicial de provisão para perdas			(851.298)	(476.463)
Saldo investimento Transnordestina de 31.12.2012	1.452.074			
Aumento de capital / aquisições ações ⁽¹⁾	164.941	165.792	654.692	649.496
Redução de capital ⁽²⁾	(153.305)			(1.855.208)
Incorporação e cisão parcial de controladas ⁽³⁾			132.725	
Dividendos	(85.998)	(547.604)	(139.887)	(585.675)
Resultados abrangentes ⁽⁴⁾	73.213	94.967	456.978	867.905
Resultado equivalência patrimonial ⁽⁵⁾	542.711	1.103.632	1.502.450	1.331.593
Ganho na perda de controle na Transnordestina	659.106		659.106	
Outros	(5.506)	5.544	2.809	(330)
Saldo final dos investimentos	13.487.023	10.839.787	27.005.592	23.356.506
Saldo final de provisão para perdas			(1.231.511)	(851.298)

1. Refere-se principalmente a aumento de capital da controladora na Transnordestina Logística S.A. R\$152.974; FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A. R\$152.927 e incorporação de ativo financeiro disponível para venda R\$264.359, em 2013 (Em 2012, refere-se principalmente a aumento de capital na Transnordestina Logística S.A. R\$405.227).
2. Em 2012, refere-se basicamente a redução de capital na empresa CSN Steel R\$1.829.431.
3. Incorporação da controlada Florestal Nacional e cisão parcial das controladas CSN Cimentos S.A e Companhia Metalúrgica Prada em 30 de setembro de 2013.
4. Refere-se a marcação a mercado de investimentos classificados como disponíveis para venda e conversão para moeda de apresentação dos investimentos no exterior, cuja moeda funcional não é o Real.
5. Segue conciliação do resultado de equivalência sobre o resultado das empresas controladas em conjunto e resultado de equivalência registrado no balanço após as reclassificações:

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Resultado equivalência de controladas em conjunto	542.711	1.103.632
Reclassificações		
Para Custo Produtos Vendidos	(137.418)	(93.592)
Para Despesa Financeira	(624.096)	(606.703)
Para Impostos	258.914	238.099
Outros		
Eliminação resultado Transnordestina	120.102	
Outros	(2.075)	
Resultado de equivalência ajustado	158.138	641.436

d) Informações adicionais sobre as principais empresas controladas operacionais

- SEPETIBA TECON S.A. ("Tecon")

Tem como objetivo a exploração do Terminal de Contêineres n.º 1 do Porto de Itaguaí, localizado em Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro. O terminal é ligado à UPV pela malha ferroviária Sudeste, que está concedida à MRS Logística S. A.. Os serviços prestados são de operação de movimentação e estocagem de contêineres, produtos siderúrgicos e cargas em geral, entre outros produtos e serviço de lavagem, manutenção e higienização de contêineres.

A Tecon foi vencedora do leilão ocorrido em 3 de setembro de 1998 para assumir a concessão do terminal e tal concessão permite a exploração do referido terminal pelo prazo de 25 anos prorrogáveis por igual período.

Na extinção da concessão, retornarão à União todos os direitos e privilégios transferidos à Tecon, junto com os bens de propriedade da Tecon e aqueles resultantes de investimentos por esta efetivados em bens arrendados, declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido. Os bens declarados reversíveis serão indenizados pela União pelo valor residual do seu custo, apurado pelos registros contábeis da Tecon depois de deduzidas as depreciações.

- ESTANHO DE RONDÔNIA S.A. ("Ersa")

Sediada no estado de Rondônia, a controlada opera duas unidades, sendo uma na cidade de Itapuã do Oeste e outra em Ariquemes. Em Itapuã do Oeste está sediada a mineração onde se extrai a cassiterita (minério de estanho) e em Ariquemes a fundição onde se obtém o estanho metálico que é matéria-prima utilizada na UPV para fabricação de folhas metálicas.

- CIA. METALIC NORDESTE ("Metalic")

Sediada em Maracanaú, Estado do Ceará, tem como objeto social a fabricação de embalagens metálicas destinadas, basicamente, à indústria de bebidas. Sua produção está voltada principalmente para o mercado norte e nordeste do Brasil, com oferta do excedente de tampas para o mercado externo.

Sua unidade operacional conta com duas linhas de produção distintas: latas, cuja matéria-prima é o aço revestido de estanho fornecido pela controladora e tampas cuja matéria-prima é o alumínio.

- COMPANHIA METALÚRGICA PRADA ("Prada")

Embalagens

A Prada atua na área de embalagens metálicas de aço, produzindo o que há de melhor e mais seguro em latas, baldes e aerossóis. Atende aos segmentos químico e alimentício fornecendo embalagens e serviços de litografia para as principais empresas do mercado.

Em 31 de dezembro de 2013, a Prada possuía uma participação equivalente a 59,17% do capital votante da Companhia Brasileira de Latas (CBL).

Assim como a Prada, a CBL também atua na fabricação de embalagens metálicas de aço, para o segmento alimentício e químico, fornecendo seus produtos para as principais empresas do mercado.

Distribuição

A Prada atua também na área de processamento e distribuição de aços planos, com uma diversificada linha de produtos. Fornece bobinas, rolos, chapas, tiras, blanks, folhas metálicas, perfis, tubos e telhas, entre outros produtos, para os mais diferentes segmentos da indústria - do automotivo à construção civil. É também especializada na prestação de serviço de processamento de aço, atendendo a demanda de empresas de todo o País.

- CSN CIMENTOS S.A. ("CSN Cimentos")

Sediada em Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro, tem como objetivo a fabricação e comercialização de cimento e utiliza como uma de suas matérias-primas a escória de alto-forno gerada no processo de produção de gusa da UPV. A CSN Cimentos iniciou suas operações em 14 de maio de 2009.

- CSN ENERGIA S.A.

Tem como objetivo principal a distribuição e comercialização do excedente de energia elétrica gerada pela CSN e por sociedades, consórcios ou outros empreendimentos nos quais a Companhia detenha participação.

- FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A. ("FTL")

Sociedade criada recentemente com a finalidade de incorporar a parcela cindida da TLISA. Detém a concessão para do serviço público de exploração do transporte ferroviário de cargas da malha nordeste do Brasil, compreendendo os trechos entre as cidades de São Luís a Mucuripe, Arrojado a Recife, Itabaiana a Cabedelo, Paula Cavalcante a Macau e Propriá a Jorge Lins ("Malha I")

Em 31 de dezembro de 2013 a CSN possuía 88,41% de participação no capital social da FTL.

e) Investimentos em empresas controladas em conjunto e em operações em conjunto

Os saldos do balanço patrimonial e demonstração de resultados das empresas cujo controle é compartilhado estão demonstrados a seguir:

	31/12/2013						31/12/2012				
	Transnordestina										
	Nacional	Itá	MRS	CBSI	CGPAR		Nacional	Itá	MRS	CBSI	CGPAR
Participação (%)	Minérios (*)	Energética	Logística			Logística	Minérios (*)	Energética	Logística		
	60,00%	48,75%	27,27%	50,00%	50,00%	77,30%	60,00%	48,75%	27,27%	50,00%	50,00%
Balanço Patrimonial											
Ativo circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	4.815.211	45.894	471.079	12.897	28.582	195.830	4.081.425	72.754	331.515	5.480	25.245
Outros ativos circulantes	1.135.192	16.682	630.121	21.407	33.055	39.183	1.572.995	16.616	600.407	19.903	17.431
Total ativo circulante	5.950.403	62.576	1.101.200	34.304	61.637	235.013	5.654.420	89.370	931.922	25.383	42.676
Ativo não circulante											
Realizável a longo prazo	8.391.119	34.029	414.624	4	11	229.280	8.296.673	39.771	440.545		246
Investimentos, Imobilizado e Intangível	1.356.909	603.268	5.281.642	6.872	45.405	5.080.841	1.216.907	640.850	4.906.609	3.887	32.276
Total ativo não circulante	9.748.028	637.297	5.696.266	6.876	45.416	5.310.121	9.513.580	680.621	5.347.154	3.887	32.522
Total do Ativo	15.698.431	699.873	6.797.466	41.180	107.053	5.545.134	15.168.000	769.991	6.279.076	29.270	75.198
Passivo circulante											
Empréstimos e financiamentos	42.247		333.796		20.053	97.681	1.588	41.957	380.656		13.883
Outros passivos circulantes	1.318.884	35.174	841.681	22.437	36.733	51.901	1.887.841	45.701	829.185	16.131	44.641
Total passivo circulante	1.361.131	35.174	1.175.477	22.437	56.786	149.582	1.889.429	87.658	1.209.841	16.131	58.524
Passivo não circulante											
Empréstimos e Financiamentos	339.961		2.566.412		21.664	3.479.420	335.806		2.253.721		14.814
Outros passivos não circulantes	86.694	1.870	390.228	10.050	18.956	201.900	19.595	5.812	301.393	9.364	
Total passivo não circulante	426.655	1.870	2.956.640	10.050	40.620	3.681.320	355.401	5.812	2.555.114	9.364	14.814
Patrimônio líquido	13.910.645	662.829	2.665.349	8.693	9.647	1.714.232	12.923.170	676.521	2.514.121	3.775	1.860
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	15.698.431	699.873	6.797.466	41.180	107.053	5.545.134	15.168.000	769.991	6.279.076	29.270	75.198

	31/12/2013						31/12/2012				
	Transnordestina										
	Nacional	Itá	MRS	CBSI	CGPAR		Nacional	Itá	MRS	CBSI	CGPAR
Participação (%)	Minérios (*)	Energética	Logística			Logística	Minérios (*)	Energética	Logística		
	60,00%	48,75%	27,27%	50,00%	50,00%	77,30%	60,00%	48,75%	27,27%	50,00%	50,00%
Demonstrações de Resultados											
Receita Líquida	2.369.836	153.105	3.038.142	109.650	178.762	58.465	3.836.415	217.493	3.013.158	61.915	14.060
Custos dos Produtos e Serviços Vendidos	(1.346.658)	(79.745)	(1.926.923)	(96.502)	(148.998)	(60.840)	(2.730.077)	(66.162)	(1.993.927)	(58.245)	(8.780)
Lucro Bruto	1.023.178	73.360	1.111.219	13.148	29.764	(2.375)	1.106.338	151.331	1.019.231	3.670	5.280
(Despesas) e Receitas Operacionais	(113.212)	(44.154)	(277.814)	(6.399)	(1.402)	(315.776)	(412.091)	(48.688)	(262.777)	(3.807)	(16)
Resultado Financeiro Líquido	1.621.386	1.266	(114.637)	751	306	(18.843)	1.329.707	(1.745)	(82.417)	174	29
Lucro antes do IR/CSL	2.531.352	30.472	718.768	7.500	28.668	(336.994)	2.023.954	100.898	674.037	37	5.293
IR / CSL correntes e diferidos	(1.543.876)	(10.263)	(245.748)	(2.584)	(9.614)	178.937	(407.469)	(33.962)	(227.497)	(10)	(1.794)
Lucro líquido do exercício	987.476	20.209	473.020	4.916	19.054	(158.057)	1.616.485	66.936	446.540	27	3.499

(*) Referem-se ao balanço e resultado consolidados da Nacional Minérios S. A.

Os valores do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício referem-se a 100% dos resultados das empresas.

• NACIONAL MINÉRIOS S.A. - ("Namisa")

Sediada em Congonhas, no estado de Minas Gerais, tem por objetivo principal a produção, a compra e a venda de minério de ferro, e tem o mercado externo como foco principal na comercialização de seus produtos. Suas principais operações são desenvolvidas nos municípios de Congonhas, Ouro Preto, Itabirito e Rio Acima, no Estado de Minas Gerais, e em Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro.

Em novembro de 2008, 40% do capital da Namisa passou a ser detido pela Big Jump Energy Participações S.A ("Big Jump"), cujos acionistas eram a Posco e a Brazil Japan Iron Ore Corp, ("BJIOC" ou "Consórcio"), um consórcio de empresas asiáticas formado pela Itochu Corporation, Nippon Steel, JFE Steel Corporation, Sumitomo Metal Industries Ltd., Kobe Steel Ltd. e Nisshin Steel Co. Ltd., passando a CSN a deter participação de 60% no capital.

Em 30 de julho de 2009 a Namisa incorporou a sua controladora Big Jump Energy Participações S.A., passando as empresas Posco e BJIOC a deter participação direta na Namisa. Em 2011, a Nippon Steel e a Sumitomo Metal Industries, até então integrantes da BJIOC, alienaram sua participação para os demais integrantes do Consórcio, o que foi seguido pela entrada de uma nova acionista, a China Steel Corp. ("CSC"). Após essas transações, a nova estrutura societária da Namisa passou a ter a seguinte configuração: CSN 60%, BJIOC 32,52%, Posco 6,48% e CSC 1%. A participação da CSN na Namisa não foi alterada como resultado de nenhum desses eventos.

Conforme o IFRS 10 item B55 ao avaliar se uma entidade tem o controle sobre a controlada, deve-se determinar se a investidora está exposta a, ou se tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a controlada. O Acordo de Acionistas dá tanto ao consórcio como à CSN, por meio de direitos substantivos, o poder de interferir na condução normal dos negócios da Namisa, atuando ativamente nas definições do orçamento, políticas contábeis, gastos de capital, remuneração dos administradores, política de distribuição de dividendos, entre outros assuntos.

O referido Acordo de Acionistas prevê também que determinadas situações de impasse extremo não resolvidas entre os acionistas após procedimentos de mediação e negociação entre os diretores executivos das partes, podem ensejar o direito de a CSN exercer opção de compra e de o Consórcio exercer opção de venda da participação acionária detida pelo Consórcio na Namisa.

Outros contratos celebrados para viabilizar a referida associação, dentre eles o contrato de aquisição de ações e os contratos operacionais de longo prazo entre a Namisa, CSN e o Consórcio, prevêm determinadas obrigações de fazer que, se não cumpridas nem sanadas nos prazos previstos, podem ensejar, em situações específicas, o direito à parte prejudicada de exercer opção de venda ou de compra, conforme o caso, da participação acionária do Consórcio na Namisa.

A variação relevante no lucro líquido da Namisa no trimestre deve-se principalmente à adesão aos programas de Parcelamento trazidos pela Lei nº 12.865/13 e nº. 11.941/09, que gerou um efeito líquido negativo na controlada em conjunto no valor de R\$889.772, refletindo na controladora, via equivalência patrimonial, o valor de R\$533.863 referente a 60% de participação.

- ITÁ ENERGÉTICA S.A. - ("ITASA")

A ITASA é uma sociedade anônima criada, originalmente, para viabilizar a construção da Usina Hidrelétrica de Itá: a contratação do fornecimento de bens e serviços necessários à realização do empreendimento e a obtenção de financiamento oferecendo as garantias correspondentes.

A CSN detém 48,75% do capital social da ITASA.

- MRS LOGÍSTICA S.A. ("MRS")

Situada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, a sociedade tem como objetivo explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, privatizada em 20 de setembro de 1996.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possuía diretamente participação de 27,27% e indiretamente, por meio de sua controlada em conjunto Nacional Minérios S.A (Namisa), participação de 6% no capital social da MRS.

A MRS poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços objeto da concessão obtida pelo período de 30 anos a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis por igual período por decisão exclusiva da concedente, a MRS arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga. Ao final da concessão, todos os bens arrendados serão transferidos à posse da operadora de transporte ferroviário designada naquele mesmo ato.

- CONSÓRCIO DA USINA HIDRELÉTRICA DE IGARAPAVA

A Usina Hidrelétrica de Igarapava localizada em Rio Grande na cidade de Conquista - MG, com capacidade instalada de 210 MW, formada por 5 unidades geradoras tipo Bulbo, é considerada um grande marco para a geração de energia no Brasil.

A CSN detém 17,92% do investimento no consórcio, cujo objeto é a distribuição de energia elétrica, sendo que esta é distribuída de acordo com o percentual de participação de cada empresa.

O saldo do imobilizado, líquido de depreciação em 31 de dezembro de 2013 é de R\$29.417 (R\$30.584 em 31 de dezembro de 2012) e o valor da despesa em 2013 é R\$6.024 (R\$6.620 em 2012).

- CBSI - COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA ("CBSI")

A CSN detém participação de 50% no capital social da CBSI. O investimento é resultado de uma *joint venture* constituída entre a CSN e a CKLS Serviços Ltda. Situada na cidade de Araucária-PR, a CBSI tem como principal objetivo a prestação de serviços para controladas, coligadas, controladora e outras empresas terceiras, podendo explorar atividades relacionadas à recuperação e manutenção de máquinas e equipamentos industriais, manutenção civil, limpeza industrial, preparação logística de produtos, entre outros.

- CGPAR CONSTRUÇÃO PESADA S.A. ("CGPAR")

A CSN detém participação de 50% no capital social da CGPAR. O investimento é resultado de uma *joint venture* constituída entre a CSN e a GPA Construção Pesada e Mineração Ltda. Sediada na cidade de Belo Horizonte/MG, a CGPAR possui como principais atividades a prestação de serviços relacionados ao apoio à extração de minério de ferro, terraplanagem, movimentação de terras e construção de barragens.

- TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A. ("TLSA")

Tem como objetivo principal a exploração e o desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na malha nordeste do Brasil, compreendendo os trechos de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém ("Malha II").

Em 31 de dezembro de 2013 a CSN possuía 77,30% de participação no capital social da Transnordestina Logística.

f) Informações adicionais sobre participações indiretas no exterior

- STAHLWERK THÜRINGEN GMBH ("SWT")

Em 31 de janeiro de 2012 a CSN, por meio de sua subsidiária integral CSN Steel S.L.U., adquiriu a SWT, conforme mencionado na nota 4.

A SWT foi constituída em 1992, a partir do extinto complexo industrial de aço Maxhütte, na cidade de Unterwellenborn na Alemanha, produz perfil de aço usado para a construção civil de acordo com as normas internacionais de qualidade. Sua principal matéria-prima é a sucata de aço, e sua capacidade instalada de produção é de 1,1 milhão de toneladas de aço/ano.

- COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL – LLC ("CSN LLC")

Constituída em 2001 com os ativos e passivos da extinta Heartland Steel Inc., sediada em Wilmington, no Estado de Delaware - EUA, possui planta industrial em Terre Haute, Estado de Indiana - EUA, onde está o complexo composto de laminação a frio, linha de decapagem de bobinas a quente e linha de galvanização. A CSN LLC é uma sociedade controlada integral e indiretamente por meio da CSN Americas, subsidiária da CSN.

- LUSOSIDER AÇOS PLANOS, S.A. ("Lusosider")

Constituída em 1996, em continuidade à Siderurgia Nacional - empresa privatizada pelo governo português naquele ano, a Lusosider é a única indústria portuguesa do setor siderúrgico a produzir aços planos relaminados a frio, com revestimento anti-corrosão. A Empresa dispõe, em Paio Pires, de uma capacidade instalada de cerca de 550 mil toneladas/ano para produzir quatro grandes grupos de produtos siderúrgicos: chapa galvanizada, chapa laminada a frio, chapa decapada e oleada. Os produtos fabricados pela Lusosider podem ser aplicados na indústria de embalagens, construção civil (tubos e estruturas metálicas) e em componentes de eletrodomésticos.

g) Outros investimentos

- **PANATLÂNTICA S. A. (“Panatlântica”)**

Sociedade anônima de capital aberto com sede em Gravataí-RS, que tem como objeto a industrialização, comércio, importação, exportação e beneficiamento de aços e metais, ferrosos ou não ferrosos, revestidos ou não. Esse investimento está avaliado a valor justo.

A Companhia detém atualmente 9,41% (9,40% em 31 de dezembro de 2012) do capital social total da Panatlântica.

- **Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS (“USIMINAS”)**

A USIMINAS com matriz em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tem por objetivo a exploração da indústria siderúrgica e correlatas. A USIMINAS produz aços laminados planos nas Usinas Intendente Câmara e José Bonifácio de Andrada e Silva, localizadas em Ipatinga/MG e Cubatão/SP respectivamente, destinados ao mercado interno e à exportação. Também possui e explora minas de minério de ferro localizadas na cidade de Itaúna/MG, que visa atender às estratégias de verticalização e de otimização dos custos de produção. A USIMINAS mantém centros de serviços e de distribuição localizados em várias regiões do País, além dos portos de Cubatão em São Paulo e de Praia Mole no Espírito Santo, como pontos estratégicos para escoamento de sua produção.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2013, a participação da Companhia no capital da Usiminas era de 14,13% nas ações ordinárias e 20,69% nas ações preferenciais.

A USIMINAS é listada na Bolsa de Valores de São Paulo (“BM&FBovespa”: USIM3 e USIM5).

- **ARVEDI METALFER DO BRASIL S.A. (“Arvedi”)**

Em 31 de julho de 2012 a Companhia adquiriu participação minoritária correspondente a 20% do capital social da Arvedi, empresa pré-operacional com foco na produção de tubos, com sede em Salto-SP.

10. IMOBILIZADO

	Consolidado						
	Terrenos	Edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andam ento	Outros (*)	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2012							
Custo	155.180	1.668.999	9.987.105	136.003	6.633.330	932.006	19.512.623
Depreciação acumulada		(239.796)	(3.106.905)	(104.796)		(296.631)	(3.748.128)
Saldo em 01 de janeiro de 2012	155.180	1.429.203	6.880.200	31.207	6.633.330	635.375	15.764.495
Efeito de variação cambial	5.656	22.322	246.204	377	471	(148.268)	126.762
Aquisição por meio de combinação de negócios	22.852	103.739	419.787	1.202	1.079	33.819	582.478
Aquisições	2.726	20.871	573.286	7.199	2.117.354	15.016	2.736.452
Juros capitalizados (Notas 25 e 32)					401.827		401.827
Baixas	(1.375)	(255)	(7.091)	(48)	(769)	(221)	(9.759)
Depreciação		(61.524)	(990.309)	(6.007)		(37.188)	(1.095.028)
Perdas estimadas na baixa de ativos						(6.676)	(6.676)
Transferência para outras categorias de ativos		13.876	168.777	332	(20.634)	(162.351)	
Transferências para intangível					(3.074)	(787)	(3.861)
Outros			(73.876)		62.785	33.465	22.374
Saldo em 31 de dezembro de 2012	185.039	1.528.232	7.216.978	34.262	9.192.369	362.184	18.519.064
Custo	185.039	1.828.492	11.358.581	145.255	9.192.369	683.889	23.393.625
Depreciação acumulada		(300.260)	(4.141.603)	(110.993)		(321.705)	(4.874.561)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	185.039	1.528.232	7.216.978	34.262	9.192.369	362.184	18.519.064
Efeito de variação cambial	8.487	28.882	120.361	488	1.440	1.905	161.563
Aquisições	69	1.555	320.845	3.562	2.152.462	11.076	2.489.569
Juros capitalizados (Notas 25 e 32)					490.747		490.747
Baixas	(15)	(71)	(9.316)	(12)	(21.423)	(823)	(31.660)
Depreciação		(60.122)	(1.015.895)	(5.867)		(35.488)	(1.117.372)
Perdas estimadas na baixa de ativos						(4.670)	(4.670)
Transferência para outras categorias de ativos	19.721	328.043	1.311.628	1.694	(1.841.181)	180.095	
Transferências para intangível					(74.958)		(74.958)
Perda de controle na Transnordestina			(963)		(5.021.863)	(6)	(5.022.832)
Juros capitalizados baixados (nota 9.b)					(185.206)		(185.206)
Impairment na controlada em conjunto Transnordestina (**)						(279.296)	(279.296)
Outros			(160.805)		79.248	48.034	(33.523)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	213.301	1.826.519	7.782.833	34.127	4.771.635	283.011	14.911.426
Custo	213.301	2.196.994	12.968.200	151.479	4.771.635	627.845	20.929.454
Depreciação acumulada		(370.475)	(5.185.367)	(117.352)		(344.834)	(6.018.028)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	213.301	1.826.519	7.782.833	34.127	4.771.635	283.011	14.911.426

(*) Referem-se, substancialmente a ativos de uso ferroviário, como pátios, trilhos e dormentes.

(**) A cisão desproporcional da Transnordestina Logística S.A. ("TLSA") resultou na celebração de termo aditivo ao Contrato de Concessão da malha nordeste, bem como na incorporação pela FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A. de ativos e passivos da Malha I (em operação) com a manutenção na TLISA dos ativos e passivos da Malha II (projeto Nova Transnordestina). Em razão disto, a TLISA procedeu à avaliação do desempenho futuro dos seus ativos operacionais relacionados à Malha I (em operação). A análise resultou no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável de R\$279.296, reconhecida na rubrica "Outras despesas operacionais" na controlada e no consolidado de R\$216.446, conforme mencionado na nota explicativa 9b. O valor recuperável desses ativos foi determinado com base no valor em uso. A taxa de desconto utilizada para mensurar o valor em uso foi de 9,15% ao ano.

	Controladora						
	Terrenos	Edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Outros (*)	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2012							
Custo	102.673	903.647	8.211.591	119.671	3.140.332	415.876	12.893.790
Depreciação acumulada		(99.338)	(2.366.407)	(94.358)		(85.842)	(2.645.945)
Saldo em 01 de janeiro de 2012	102.673	804.309	5.845.184	25.313	3.140.332	330.034	10.247.845
Aquisições					2.000.744		2.000.744
Juros capitalizados (Notas 25 e 32)					276.596		276.596
Baixas			(3.605)	(12)			(3.617)
Depreciação		(29.660)	(869.362)	(4.567)		(12.650)	(916.239)
Transferências para outras categorias de ativos	2.669	160.484	920.661	6.363	(891.530)	(198.647)	
Transferência para intangível					(2.547)		(2.547)
Outros			(73.351)		62.806	43.945	33.400
Saldo em 31 de dezembro de 2012	105.342	935.133	5.819.527	27.097	4.586.401	162.682	11.636.182
Custo	105.342	1.065.326	9.052.087	125.936	4.586.401	259.592	15.194.684
Depreciação acumulada		(130.193)	(3.232.560)	(98.839)		(96.910)	(3.558.502)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	105.342	935.133	5.819.527	27.097	4.586.401	162.682	11.636.182
Aquisições	12	372	266.573	2.423	1.384.675	4.840	1.658.895
Incorporação de controladas					19.689		19.689
Juros capitalizados (Notas 25 e 32)					309.073		309.073
Baixas			(4.233)		(8.315)		(12.548)
Depreciação		(32.648)	(866.087)	(4.686)		(14.759)	(918.180)
Transferências para outras categorias de ativos	2.121	322.365	1.298.598	1.575	(1.782.458)	157.799	
Transferência para intangível					(62.457)		(62.457)
Juros capitalizados baixados (nota 9.b)					(185.206)		(185.206)
Outros			(158.640)		83.740	47.547	(27.353)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	107.475	1.225.222	6.355.738	26.409	4.345.142	358.109	12.418.095
Custo	107.475	1.390.013	10.423.838	129.930	4.345.142	467.481	16.863.879
Depreciação acumulada		(164.791)	(4.068.100)	(103.521)		(109.372)	(4.445.784)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	107.475	1.225.222	6.355.738	26.409	4.345.142	358.109	12.418.095

(*) Inclui benfeitorias em bens de terceiros, veículos, hardwares, minas e jazidas e almoxarifados de reposição.

Segue abertura dos projetos que compõem as obras em andamento:

				Consolidado	
	Descrição do projeto	Data de início	Data de conclusão	31/12/2013	31/12/2012
Logística					
	Expansão de 1.728 Km da Transnordestina para transporte, principalmente de minério de ferro, calcário, soja, algodão, cana de açúcar, fertilizantes, petróleo e combustíveis.	2009	2016 (*)		3.925.720
	Equalização do Berço 301.	2012	2014	151.932	27.554
	Investimentos correntes para manutenção das operações atuais.			231.832	726.416
				383.764	4.679.690
Mineração					
	Expansão da capacidade produtiva de Casa de Pedra.	2007	2015/2016 ⁽¹⁾	1.090.568	1.329.565
	Expansão da capacidade de exportação do TECAR.	2009	2014/2016 ⁽²⁾	404.374	695.859
	Investimentos correntes para manutenção das operações atuais.			42.866	332.638
				1.537.808	2.358.062
Siderurgia					
	Implementação da fábrica de aços longos para a produção de vergalhão e fio máquina.	2008	2014 ⁽³⁾	1.592.016	1.460.694
	Implantação de sistema para recuperação da pressão do gás do AF#3.	2006	2014	74.337	60.750
	Investimentos correntes para manutenção das operações atuais.			679.495	356.105
				2.345.848	1.877.549
Cimentos					
	Construção das fábricas de cimento.	2011	2015	476.076	241.412
	Investimentos correntes para manutenção das operações atuais.			28.139	35.656
				504.215	277.068
Total Obras em andamento				4.771.635	9.192.369

(*) Em decorrência da perda de controle, a controlada Transnordestina foi desconsolidada em 31 de dezembro de 2013, vide nota 9 b.

(1) Data prevista para conclusão das fases 40 Mtpa e 42 Mtpa

(2) Data prevista para conclusão das fases 45 Mtpa e 60 Mtpa

(3) Iniciado em janeiro/2014.

Os custos classificados em obras em andamento são compostos basicamente por aquisição de serviços, compra de partes e peças a serem aplicados como investimentos para aumento de performance, melhoria tecnológica, ampliação, expansão e aquisição de ativos, que serão transferidos para suas respectivas contas e depreciados a partir do momento que estiverem disponíveis para uso.

Os gastos incorridos para renovação e substituição de partes do ativo imobilizado totalizaram R\$151.517 em 31 de dezembro de 2013 (R\$273.339 em 31 de dezembro de 2012), que foram capitalizados e serão depreciados obedecendo ao período até o próximo evento de manutenção.

As demais despesas com reparo e manutenção são registradas aos custos e às despesas operacionais, quando incorridas.

Dada a necessidade de revisão das vidas úteis, no mínimo a cada exercício, a administração realizou em 2013 a revisão para todas as unidades da Companhia. Dessa forma as vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

	Consolidado	Controladora
Edificações	43	41
Máquinas, equipamentos e instalações	14	13
Móveis e utensílios	11	11
Outros	26	18

a) Foram capitalizados custos dos empréstimos no montante de R\$490.747 em 31 de dezembro de 2013 (R\$401.827 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado e R\$309.073 (R\$276.596 em 31 de dezembro de 2012) na controladora. Esses custos são apurados, basicamente, para os projetos de mineração e aços longos que referem substancialmente a: (i) expansão da Casa de Pedra (ii); construção da usina de aços longos em Volta Redonda (RJ), vide notas 25 e 32.

Abaixo estão demonstradas as taxas utilizadas para as capitalizações dos custos de empréstimos:

Taxas	31/12/2013	31/12/2012
Projetos específicos	TJLP + 1,3% até 3,2% UM006 + 2,7%	TJLP + 1,3% até 3,2% UM006 + 2,7%
Projetos não específicos	8,35%	8,47%

b) As adições da depreciação, amortização e exaustão do exercício foram distribuídas conforme abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Custo de Produção	1.068.156	1.062.950	879.984	892.505
Despesa Vendas	8.248	8.041	6.385	6.212
Despesa Gerais e Administrativas	17.426	14.742	9.191	8.240
	1.093.830	1.085.733	895.560	906.957
Outras operacionais (*)	61.763	14.739	28.287	13.590
	1.155.593	1.100.472	923.847	920.547

(*) Refere-se a depreciação de equipamentos paralisados e amortização de ativos intangíveis, vide nota 24.

c) A mina de Casa de Pedra é um ativo pertencente à CSN, que tem o direito exclusivo de explorar essas minas. As atividades de mineração de Casa de Pedra são baseadas no "Manifesto de Mina", que confere à CSN plena propriedade sobre os depósitos minerais existentes dentro dos limites de sua propriedade.

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo do imobilizado líquido de Casa de Pedra era de R\$3.277.205 (R\$2.892.120 em 31 de dezembro de 2012), representados principalmente por obras em andamento no montante de R\$1.090.642 (R\$1.612.000 em 31 de dezembro de 2012).

11. INTANGÍVEL

	Consolidado					Controladora		
	Ágio	Relações com Clientes	Software	Outros	Total	Ágio	Software	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2012								
Custo	431.173		36.253	941	468.367	14.135	24.003	38.138
Amortização acumulada	(150.004)		(26.523)		(176.527)	(1.044)	(15.902)	(16.946)
Ajuste pelo valor recuperável acumulado	(60.861)				(60.861)			
Saldo em 01 de janeiro de 2012	220.308		9.730	941	230.979	13.091	8.101	21.192
Efeito de variação cambial		30.501	104	14.043	44.648			
Aquisições por meio de combinações de Negócios (*)	235.595	316.939		77.232	629.766			
Aquisições e gastos			916	472	1.388		237	237
Alienações				(564)	(564)			
Transferência do imobilizado			3.861		3.861		2.547	2.547
Amortização			(5.442)		(5.442)		(4.308)	(4.308)
Outras movimentações			225		225			
Saldo em 31 de dezembro de 2012	455.903	347.440	9.394	92.124	904.861	13.091	6.577	19.668
Custo	666.768	347.440	41.849	92.124	1.148.181	14.135	26.787	40.922
Amortização acumulada	(150.004)		(32.455)		(182.459)	(1.044)	(20.210)	(21.254)
Ajuste pelo valor recuperável acumulado	(60.861)				(60.861)			
Saldo em 31 de dezembro de 2012	455.903	347.440	9.394	92.124	904.861	13.091	6.577	19.668
Efeito de variação cambial		64.570	148	18.127	82.845			
Aquisições e gastos			635		635		11	11
Alienações			(1)	(820)	(821)			
Perdas por redução ao valor recuperável	(48.469)				(48.469)			
Transferência do imobilizado			74.958		74.958		62.457	62.457
Perda de controle na Transnordestina			(10.128)		(10.128)			
Amortização		(30.530)	(7.691)		(38.221)		(5.667)	(5.667)
Outras movimentações			39	(259)	(220)			
Saldo em 31 de dezembro de 2013	407.434	381.480	67.354	109.172	965.440	13.091	63.378	76.469
Custo	666.768	415.899	107.416	109.172	1.299.255	14.135	89.255	103.390
Amortização acumulada	(150.004)	(34.419)	(40.062)		(224.485)	(1.044)	(25.877)	(26.921)
Ajuste pelo valor recuperável acumulado	(109.330)				(109.330)			
Saldo em 31 de dezembro de 2013	407.434	381.480	67.354	109.172	965.440	13.091	63.378	76.469

(*) Ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill"), originado da combinação de negócios da CSN Steel S. L. com empresas Stahlwerk Thüringen GmbH (SWT) e Gallardo Sections em 31 de janeiro de 2012 (vide nota 4).

O prazo de vida útil do *software* é de 01 a 05 anos e dos outros intangíveis de 13 a 30 anos.

Ágio: O fundamento econômico do ágio é a expectativa de rentabilidade futura e de acordo com os novos pronunciamentos esses valores não são amortizados contabilmente desde 1º de janeiro de 2009, quando passaram a estar sujeitos apenas aos testes de *impairment*.

• Teste do ágio para verificação de *impairment*

Com o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado às divisões operacionais da CSN os quais representam o menor nível de ativos ou grupo de ativos em que o ágio é monitorado pela alta administração da Companhia, nunca acima dos Segmentos Operacionais.

Unidade Geradora de Caixa	Segmento	31/12/2013	31/12/2012	Investidora
Embalagens (*)	Siderurgia	158.748	207.217	CSN
Aços planos	Siderurgia	13.091	13.091	CSN
Aços longos	Siderurgia	235.595	235.595	CSN Steel S.L.
		407.434	455.903	

(*) O ágio da UGC (Unidade Geradora de Caixa) Embalagens está apresentado líquido da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) registrada em 2011 na linha de outras receitas e despesas operacionais da demonstração do resultado do exercício no montante de R\$60.861. Durante o 4º trimestre de 2013, a Companhia identificou novamente a necessidade de reduzir o valor recuperável do ágio da UGC Embalagens e contabilizou o valor de R\$48.469.

O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa ("UGC") é determinado com base em cálculos do valor em uso.

Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de três anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de três anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a Unidade Geradora De Caixa ("UGC") atua.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2013 são as que seguem:

	Embalagens	Aços Planos	Aços Longos
Margem bruta (i)	Média da Margem Bruta baseada no histórico e nas projeções orçamentárias para os próximos 2 anos; a partir do 3º ano em diante, projeções de preços médios, custos operacionais e despesas simuladas com base em cenário de centralização de atividades industriais e modernização do parque produtivo, considerando também outras receitas decorrentes de venda de ativos.	Média da Margem Bruta baseada no histórico e nas projeções aprovadas pelo Conselho para os próximos 3 anos e curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais para o longo prazo.	Com base nas projeções aprovadas pelo Conselho para os próximos 3 anos, curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais para o longo prazo e considerando o ramp up do volume de produção após o início das operações da planta.
Atualização dos custos	Custos operacionais baseados no histórico e nas projeções orçamentárias para os próximos 2 anos; a partir do 3º ano em diante, projeções de custos operacionais incorporando benefícios simulados com base em cenário de centralização de atividades industriais e modernização do parque produtivo.	Atualização dos custos baseados em dados históricos e curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais.	Atualização dos custos baseados em dados históricos e curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais.
Taxa de crescimento (ii)	Projeção de crescimento de volume de vendas feito com base na previsão da área comercial para os principais segmentos de mercado, e também considerando a simulação de nova capacidade produtiva com base em cenário de centralização de atividades industriais e modernização do parque produtivo.	Taxa de crescimento médio de 2,0% a.a. utilizada para extrapolar os fluxos de caixa após período orçado.	Taxa de crescimento médio de 2,0% a.a. utilizada para extrapolar os fluxos de caixa após período orçado.
Taxa de desconto (iii)	Taxa de desconto de 8,2% a.a. em termos reais, antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.	Taxa de desconto de 8,2 % a.a. em termos reais, antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.	Taxa de desconto de 8,2 % a.a. em termos reais, antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.

(i) Margem bruta orçada.

(ii) Taxa de crescimento média ponderada, usada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado.

(iii) Taxa de desconto antes do imposto, aplicada às projeções do fluxo de caixa.

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures, que se encontram registrados ao custo amortizado, são conforme abaixo:

	Taxas a.a. (%)	Consolidado				Controladora			
		Passivo Circulante		Passivo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
MOEDA ESTRANGEIRA									
Pré-Pagamento	1% até 3,50%	105.874	162.290	1.166.615	1.104.271	105.874	162.290	1.166.615	1.104.271
Pré-Pagamento	3,51% até 7,50%	207.331	8.954	1.276.717	878.705	343.912	121.962	4.084.099	3.105.474
Bônus Perpétuos	7,00%	3.189	2.781	2.342.600	2.043.500				
Fixed Rate Notes	4,14 até 10%	156.868	1.265.330	5.505.110	4.802.225	19.439	1.422.531	2.433.517	2.122.809
Importações Financiadas	6,24%		6.813				6.813		
BNDES/FINAME	T. Juros Res. 635/87 + 1,7% e 2,7%	12.356	32.395		10.755	11.334	29.703		9.863
Intercompany	Libor 6M + 2,25 e 3%					737.297	91.505	110.268	634.124
Outros	1,40% até 8,00% + 1,2%	49.306	9.860	442.843	409.337				
		534.924	1.488.423	10.733.885	9.248.793	1.217.856	1.834.804	7.794.499	6.976.541
MOEDA NACIONAL									
BNDES/FINAME	TJLP + 1,5% até 3,2% e Fixa 2,5% até 10%	97.044	346.623	962.684	1.535.255	57.759	253.852	853.379	835.513
Debêntures	105,8% até 110,8% CDI e TJLP + 0,85%	846.387	128.239	1.932.500	4.436.892	846.387	46.355	1.932.500	2.715.000
Pré-Pagamento	106,5% até 110,79% CDI e fixa de 8%	101.330	163.812	5.345.000	4.800.000	79.302	147.713	3.345.000	2.800.000
CCB	112,5% CDI	1.085.436	62.072	6.200.000	7.200.000	1.085.436	62.072	6.200.000	7.200.000
Intercompany	110,79% CDI					591.423	302.299	1.338.771	1.077.420
Outros		8.527	10.983	15.505	16.581	2.119	1.986	2.118	3.973
		2.138.724	711.729	14.455.689	17.988.728	2.662.426	814.277	13.671.768	14.631.906
Total de Empréstimos e Financiamentos		2.673.648	2.200.152	25.189.574	27.237.521	3.880.282	2.649.081	21.466.267	21.608.447
Custos de Transação e Prêmios de Emissão		(30.841)	(31.030)	(85.951)	(101.939)	(25.588)	(27.578)	(71.607)	(89.958)
Total de Empréstimos e Financiamentos + Custos de Transação		2.642.807	2.169.122	25.103.623	27.135.582	3.854.694	2.621.503	21.394.660	21.518.489

Os saldos de pré-pagamentos com partes relacionadas da controladora totalizam R\$2.943.964 em 31 de dezembro de 2013 (R\$2.339.776 em 31 de dezembro de 2012) e os saldos de *Fixed Rate Notes* e *Intercompany Bonds* totalizam R\$2.452.956 (R\$3.545.340 em 31 de dezembro de 2012), vide nota 19.

• Custos de Transação das Captações

Em 31 de dezembro de 2013 os custos de transação das captações de recursos estavam apresentados como segue:

	Consolidado		Controladora		TIR ⁽¹⁾
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Fixed Rate Notes	1.865	3.830		1.461	6,5% até 10,7%
BNDES	631	2.660	481	2.660	1,44% até 9,75%
Pré-pagamento	8.162	15.766	5.120	2.864	10,08% até 12,44%
Pré-pagamento	2.213	8.368	1.739	7.496	2,68% até 4,04%
CCB	17.472	54.834	17.472	54.834	11,33% até 14,82%
Outros	498	493	776	2.292	6,75% até 12,59% e 10,7% até 13,27%
	30.841	85.951	25.588	71.607	

(1) TIR – Taxa interna de retorno anual

- Vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante**

Em 31 de dezembro de 2013, o principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

	Consolidado		Controladora	
2015	3.181.503	13%	3.317.566	15%
2016	3.210.020	13%	2.940.993	14%
2017	3.628.773	14%	3.307.440	15%
2018	3.997.706	16%	3.554.040	17%
2019	3.813.514	15%	2.913.417	14%
Após 2019	5.015.458	19%	5.432.811	25%
Bônus Perpétuos	2.342.600	10%		
	25.189.574	100%	21.466.267	100%

- Captações dos empréstimos e amortizações, financiamentos e debêntures**

A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o exercício corrente:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Saldo Inicial	29.304.704	26.973.247	24.139.992	23.335.636
Captações	1.697.363	3.520.263	1.363.253	2.712.471
Amortizações	(4.300.240)	(4.876.453)	(3.991.884)	(4.713.335)
Perda de controle na Trasnordestina	(3.180.821)			
Outros (*)	4.225.424	3.687.647	3.737.993	2.805.220
Saldo final	27.746.430	29.304.704	25.249.354	24.139.992

(*) Inclusos variações cambiais e monetárias não realizadas.

Em dezembro de 2013, a Companhia resgatou integralmente os Bônus ("Guaranteed Bonds") emitidos em 2003, por meio de sua subsidiária integral CSN Islands VIII Corp., com garantia da CSN, a uma taxa de 9,75% ao ano o valor de US\$550 milhões (R\$1.270.775) de principal e US\$27 milhões (R\$62.295) de juros.

Os contratos de empréstimo e financiamento da Companhia prevêem cláusulas restritivas, usuais em contratos desta natureza, e que se encontram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2013.

- Debêntures**

i. Companhia Siderúrgica Nacional

Sexta emissão

Em setembro de 2012 a Companhia emitiu 156.500 debêntures, sendo 106.500 debêntures da 1ª série e 50.000 debêntures da 2ª série, não conversíveis e quirografárias, ao valor nominal unitário de R\$10 totalizando R\$1.565.000 com juros remuneratórios da 1ª série 105,80% a.a do CDI Cetip e da 2ª série 106,00% a.a. com vencimento para março e setembro de 2015 respectivamente, ambas com opção de resgate antecipado.

- Garantias Concedidas**

As garantias concedidas em razão dos empréstimos constituem-se de bens do imobilizado, avais e fianças e não contemplam garantias concedidas para empresas controladas e controladas em conjunto. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo totaliza R\$4.234 (R\$12.233 em 31 de dezembro de 2012).

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

I - Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, também opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de *swap* cambial e *swap* de juros.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pelo uso de cotações no mercado aberto de capitais do Brasil e Bolsa de Mercadorias e Futuros. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

• Classificação de instrumentos financeiros

Consolidado	Notas	31/12/2013					31/12/2012				
		Disponível para venda	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis - Taxa de juros efetiva	Outros Passivos - Método do Custo amortizado	Saldos	Disponível para venda	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis - Taxa de juros efetiva	Outros Passivos - Método do Custo amortizado	Saldos
Ativo											
Circulante											
Caixa e Equivalente de Caixa	5			9.995.672		9.995.672			11.891.821		11.891.821
Contas a Receber Líquidas	6			1.733.641		1.733.641			1.646.090		1.646.090
Margem de garantia de Instrumentos Financeiros	8 e 13								426.328		426.328
Instrumentos financeiros derivativos	8 e 13		9.681			9.681		239.266			239.266
Títulos para negociação	8		9.906			9.906					
Total			19.587	11.729.313		11.748.900		239.266	13.964.239		14.203.505
Não Circulante											
Outros títulos a receber	8			9.970		9.970			8.983		8.983
Investimentos		2.405.174				2.405.174	2.336.137				2.336.137
Instrumentos financeiros derivativos	8		3.879			3.879					
Aplicações Financeiras				30.756		30.756			116.753		116.753
Total		2.405.174	3.879	40.726		2.449.779	2.336.137		125.736		2.461.873
Total Ativo		2.405.174	23.466	11.770.039		14.198.679	2.336.137	239.266	14.089.975		16.665.378
Passivo											
Circulante											
Empréstimos e financiamentos	12				2.673.648	2.673.648				2.200.152	2.200.152
Instrumentos financeiros derivativos	13 e 14		6.822			6.822		244.333			244.333
Fornecedores					1.102.037	1.102.037				2.025.461	2.025.461
Total			6.822		3.775.685	3.782.507		244.333		4.225.613	4.469.946
Não Circulante											
Empréstimos e financiamentos	12				25.189.574	25.189.574				27.237.521	27.237.521
Instrumentos financeiros derivativos	13 e 14		17.375			17.375					
Total			17.375		25.189.574	25.206.949				27.237.521	27.237.521
Total Passivo			24.197		28.965.259	28.989.456		244.333		31.463.134	31.707.467

• Mensuração do valor justo

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo requerem divulgação das mensurações do valor justo em três níveis de hierarquia.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos
- Nível 2: Outras informações disponíveis, exceto aquelas do nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3: Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos

O quadro abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado utilizando um método de avaliação:

Consolidado	31/12/2013				31/12/2012			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldos	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldos
Ativo								
Circulante								
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado								
Instrumentos financeiros derivativos		9.681		9.681		239.266		239.266
Títulos para negociação	9.906			9.906				
Não Circulante								
Ativos financeiros disponíveis para venda								
Investimentos	2.405.174			2.405.174	2.336.137			2.336.137
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado								
Instrumentos financeiros derivativos		3.879		3.879				
Total Ativo	2.415.080	13.560		2.428.640	2.336.137	239.266		2.575.403
Passivo								
Circulante								
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado								
Instrumentos financeiros derivativos		6.822		6.822		244.333		244.333
Não Circulante								
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado								
Instrumentos financeiros derivativos		17.375		17.375				
Total Passivo		24.197		24.197		244.333		244.333

II – Investimentos em títulos classificados como disponíveis para venda e mensurados pelo valor justo por meio dos outros resultados abrangentes

Consistem, principalmente, em investimentos em ações adquiridas no Brasil de empresas de primeira linha, os quais estão registrados no ativo não circulante e os ganhos e eventuais perdas são registrados no patrimônio líquido, onde permanecerão até a efetiva realização dos títulos, ou quando uma eventual perda for considerada irrecuperável.

Perda (impairment) de ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia possui investimentos em ações ordinárias (USIM3) e preferenciais (USIM5) da Usiminas ("Ações Usiminas"), designadas como ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia adota essa designação, pois a natureza do investimento não está compreendida em nenhuma das demais categorias de instrumentos financeiros (empréstimos, contas a receber, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado). O ativo está classificado como um ativo não circulante sob a rubrica de investimento e está registrado ao valor justo (fair value), baseado na cotação de preço de mercado em bolsa de valores (BM&FBovespa).

Considerando a volatilidade nas cotações das Ações Usiminas, a Companhia avalia se na data de fechamento das demonstrações financeiras, existem evidências objetivas de perda no valor recuperável desses ativos financeiros, ou seja, a administração da Companhia avalia se a queda no valor de mercado das ações Usiminas deve ser considerada significativa ou prolongada. Esta avaliação, por sua vez, exige julgamento com base em política da CSN, elaborada segundo práticas usadas no mercado nacional e internacional, e consiste na análise, instrumento por instrumento, baseada em informação quantitativa e qualitativa disponível no mercado a partir do momento que um instrumento demonstra uma queda superior a 20% no seu valor de mercado ou a partir de uma queda significativa do valor de mercado em comparação com seu custo de aquisição por mais de 12 meses.

Com base nos elementos qualitativos e quantitativos, a administração no exercício de seu julgamento, concluiu que houve evidência de uma redução significativa no valor recuperável do investimento nas Ações da Usiminas em 30 de junho de 2012, e, conseqüentemente, reclassificou as perdas acumuladas registradas em outros resultados abrangentes, no valor de R\$1.599.485, líquido de imposto de renda e contribuição social, para o resultado do exercício, sendo registrado o montante de R\$2.022.793 em outras despesas operacionais e R\$423.308 em impostos diferidos.

Em dezembro de 2012 houve um registro adicional de R\$264.441 de impostos diferidos sobre as perdas acumuladas em função da análise anual da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social que considerou as diferenças temporárias geradas por este investimento nas subsidiárias da CSN, em decorrência da reclassificação das perdas acumuladas.

Em 30 de junho de 2013, houve um declínio adicional na cotação das ações ordinárias (USIM3) em relação à cotação de 30 de junho de 2012, o qual, de acordo com a política contábil da Companhia, gerou uma perda no montante de R\$5.002, registrada diretamente em outras despesas operacionais. A partir daquela data, de acordo com a política da Companhia, os ganhos e perdas decorrentes da variação da cotação das ações foram registrados em outros resultados abrangentes.

A Companhia continuará avaliando alternativas estratégicas com relação ao seu investimento na Usiminas. Estas iniciativas podem, por exemplo, impactar na forma de registro do investimento nas demonstrações financeiras da Companhia.

III – Valores justos dos ativos e passivos em relação ao valor contábil

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão registrados no ativo e passivo circulante e não circulante e os ganhos e eventuais perdas são registrados como receita e despesa financeira respectivamente.

Os valores estão contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis, exceto os valores abaixo.

O valor justo estimado para os empréstimos e financiamentos de longo prazo consolidado foram calculados a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados, sendo classificado no nível 1 da hierarquia “preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos” comparado abaixo:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Valor Contábil	Valor Mercado	Valor Contábil	Valor Mercado
Bônus Perpétuos	2.345.789	1.938.780	2.046.281	2.102.366
Fixed Rate Notes	5.661.978	6.032.207	6.067.555	6.811.081

IV - Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, com orientações em relação aos riscos incorridos pela empresa. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco foi estabelecida pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos. A política de riscos da Companhia proíbe negociações especulativas e venda a descoberto.

- Risco de taxa de câmbio**

A Companhia avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em Dólar e Euro ficando assim com sua exposição cambial líquida, que é efetivamente o risco de exposição em moeda estrangeira. Portanto, além das contas a receber originado por exportações e dos investimentos no exterior que se constituem, em termos econômicos, em *hedge* natural, a Companhia avalia e utiliza-se de instrumentos financeiros diversos, tais como instrumentos derivativos (*swap*, dólar x real, euro x dólar, e contratos futuros de câmbio) para gerir seus riscos de variação de moeda diferente do real.

- Políticas de utilização de derivativos de proteção**

A política financeira da Companhia reflete os parâmetros de liquidez, risco de crédito e de mercado aprovados pelo comitê de auditoria e conselho de administração. A utilização de instrumentos derivativos com objetivo de evitar que flutuações de taxas de juros e taxas de câmbio tenham impacto negativo sobre o balanço patrimonial e demonstração de resultados da empresa

deve observar estes mesmos parâmetros. Nos termos das normas internas, esta política de investimentos financeiros foi aprovada e é administrada pela diretoria financeira.

A Diretoria rotineiramente apresenta e discute, nas reuniões de Diretoria Executiva e Conselho de Administração, as posições financeiras da Companhia. Nos termos do estatuto social, operações de valores expressivos requerem aprovação prévia dos órgãos da administração. A utilização de outros instrumentos derivativos está condicionada à aprovação prévia do Conselho de Administração.

Para financiar suas atividades a Companhia recorre ao mercado financeiro de capitais, tanto local quanto internacional e em função do perfil de endividamento que busca, parte da dívida está atrelada a moeda estrangeira, substancialmente ao dólar norte-americano, o que motiva buscar proteção para o endividamento através de instrumentos financeiros derivativos.

Para contratar instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção dentro da estrutura de controles internos, são adotadas as seguintes políticas:

- apuração contínua da exposição cambial que ocorre por meio do levantamento dos ativos e passivos expostos a moeda estrangeira, dentro dos seguintes termos: (i) contas a receber e a pagar em moeda estrangeira; (ii) disponibilidades e dívida em moeda estrangeira considerando, inclusive, a maturidade dos ativos e passivos expostos a oscilação cambial;
- apresentação da posição financeira e exposição cambial, rotineiramente, em reuniões de diretoria executiva e do conselho de administração que aprovam a estratégia de proteção;
- realização de operações de derivativos de proteção somente com bancos de primeira linha, diluindo o risco de crédito pela diversificação destes bancos.

• **Exposição cambial**

A exposição líquida consolidada em 31 de dezembro de 2013 está demonstrada a seguir:

	31/12/2013	
Exposição Cambial	(Valores em US\$ mil)	(Valores em Eur mil)
Caixa e equivalente no exterior	4.086.520	1.266
Contas a receber - cliente mercado externo	303.186	33.994
Empréstimos intercompany	154.098	78.026
Outros Ativos	21.152	54.152
Total ativo	4.564.956	167.438
Empréstimos e financiamentos	(4.589.982)	(121.041)
Fornecedores	(39.383)	(2.202)
Outros Passivos	(9.140)	(16.943)
Empréstimos intercompany	(34.076)	
Total passivo	(4.672.581)	(140.186)
Exposição bruta	(107.625)	27.252
Nocional de derivativos contratados líquidos	403.000	(90.000)
Exposição líquida	295.375	(62.748)

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

• **Transações de swap**

A Companhia realiza operações com *swap* cambial com o intuito de proteger seus ativos e passivos de eventuais oscilações da paridade dólar/real. A referida proteção via *swap* cambial proporciona à Companhia, através da ponta ativa do contrato, o ganho do FRA (Forward Rate Agreement) de cupom cambial, que ao mesmo tempo melhora nossas taxas de aplicação e reduz o custo de nossas captações no mercado internacional.

Em 31 de dezembro de 2013, a posição consolidada desses contratos era a seguinte:

							31/12/2013				31/12/2012	31/12/2013
Contrapartes	Vencimento da operação	Moeda Ncional	Nocional	Valorização (R\$)		Valor Justo (mercado)	Nocional	Valorização (R\$)		Valor Justo (mercado)	Efeito no resultado financeiro em 2013	
				Posição Ativa	Posição Passiva	Valor a Receber / (Pagar)		Posição Ativa	Posição Passiva	Valor a Receber / (Pagar)		
Santander	02/01/2015	Dólar	10.000	26.512	(22.633)	3.879	10.000	22.686	(20.946)	1.740	2.139	
Goldman Sachs	01/04/2014	Dólar	10.000	23.697	(22.799)	898					898	
HSBC	01/04/2014	Dólar	90.000	213.306	(205.171)	8.135					8.135	
Total swap cambial dólar x CDI			110.000	263.515	(250.603)	12.912	10.000	22.686	(20.946)	1.740	11.172	
Itaú BBA	07/05/2014	Dólar	60.000	141.019	(141.359)	(340)					(340)	
Itaú BBA	7/5/2014 a 14/5/2014	Dólar	25.000	58.734	(58.485)	249					249	
HSBC	07/05/2014	Dólar	153.000	359.599	(360.487)	(888)					(888)	
HSBC	7/5/2014 a 14/5/2014	Dólar	55.000	129.244	(128.862)	382					382	
Total swap cambial (NDF) dólar x real			293.000	688.596	(689.193)	(597)					(597)	
BES	31/03/2014 a 24/04/2014	Dólar	11.801	27.878	(27.861)	17	44.392	90.687	(94.928)	(4.241)	4.035	
Total swap cambial dólar x euro			11.801	27.878	(27.861)	17	44.392	90.687	(94.928)	(4.241)	4.035	
Itaú BBA	19/02/2014	Euro	30.000	94.858	(96.632)	(1.774)	40.000	51.793	(52.876)	(1.083)	(2.534)	
HSBC	19/02/2014	Euro	30.000	94.900	(96.632)	(1.732)	25.000	32.373	(33.047)	(674)	(8.097)	
Goldman Sachs	19/02/2014	Euro	30.000	94.880	(96.632)	(1.752)	25.000	32.363	(33.047)	(684)	(2.559)	
Total swap cambial (NDF) dólar x euro			90.000	284.638	(289.896)	(5.258)	90.000	116.529	(118.970)	(2.441)	(13.190)	
Deutsche Bank	12/12/2013	Iene					59.090.000	237.526	(236.965)	561	(5.374)	
Total swap cambial iene x dólar							59.090.000	237.526	(236.965)	561	(5.374)	
CSFB	12/02/2014	Real	21.500	36.526	(36.862)	(336)	64.500	109.540	(110.226)	(686)	(4.268)	
Total swap taxa de juros Libor x CDI			21.500	36.526	(36.862)	(336)	64.500	109.540	(110.226)	(686)	(4.268)	
Itaú BBA	01/03/2016	Real	150.000	152.610	(159.712)	(7.102)					(7.102)	
HSBC	5/2/2016 a 1/3/2016	Real	185.000	187.395	(197.157)	(9.762)					(9.762)	
Deutsche Bank	01/03/2016	Real	10.000	10.114	(10.625)	(511)					(511)	
Total swap taxa de juros Pré x CDI			345.000	350.119	(367.494)	(17.375)					(17.375)	
				1.651.272	(1.661.909)	(10.637)	576.968		(582.035)	(5.067)	(25.597)	

• Classificação dos derivativos no balanço patrimonial e resultado

	31/12/2013						
Instrumentos	Ativo			Passivo			Resultado financeiro líquido (Nota 25)
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	
Swap dólar x CDI	9.033	3.879	12.912				11.172
Swap (NDF) dólar x euro				5.258		5.258	(13.190)
Swap iene x dólar (*)							(5.374)
Swap dólar x euro	17		17				4.035
Swap (NDF) dólar x real	631		631	1.228		1.228	(597)
Swap Libor x CDI				336		336	(4.268)
Swap Pré x CDI					17.375	17.375	(17.375)
	9.681	3.879	13.560	6.822	17.375	24.197	(25.597)

	31/12/2012						
Instrumentos	Ativo			Passivo			Resultado financeiro líquido (Nota 25)
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	
Swap dólar x CDI	1.740		1.740				8.301
Swap (NDF) dólar x euro				2.441		2.441	(5.116)
Swap iene x dólar	237.526		237.526	236.965		236.965	307
Swap dólar x euro				4.241		4.241	(8.065)
Swap Libor x CDI				686		686	(9.166)
	239.266		239.266	244.333		244.333	(13.739)

(*) As posições das operações de swap foram liquidadas em 12 de dezembro de 2013, juntamente com seu depósito em garantia.

Swap cambial dólar x CDI

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia mantinha posição comprada em *swap* cambial de US\$110.000 mil, onde recebe, na ponta ativa, variação cambial mais cupom de 3,5% ao ano em média e paga 100% do CDI na ponta passiva do contrato de *swap* cambial.

Swap cambial (NDF) dólar x real

A Companhia realizou operações de NDFs (*Non Deliverable Forward*) onde o objetivo é garantir a compra a termo de dólar, a liquidação ocorre, sem entrega física, pela diferença da paridade R\$/US\$ de compra contratada contra a paridade R\$/US\$ de venda, que é a Ptax Venda de D-1 ao vencimento. As operações são contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha, através do Mercado de Balcão e alocadas nos fundos exclusivos.

Swap cambial dólar x euro

A controlada Lusosider tem operações com derivativos para proteger sua exposição do dólar contra o euro.

Swap cambial (NDF) dólar x euro

Além dos *swaps* citados acima, a Companhia também realizou NDFs (*Non Deliverable Forward*) de seus ativos em euros. Basicamente, a Companhia realizou derivativos financeiros de seus ativos em euros, nos quais receberá a diferença entre a variação cambial em dólares observada no período, multiplicado pelo valor de referência (ponta ativa) e paga a diferença entre a variação cambial em euros observada no período, sobre o valor em euros de referência na data da contratação (ponta passiva). Tratam-se em geral de operações no mercado de balcão brasileiro tendo como contraparte instituições financeiras de primeira linha, contratadas dentro dos fundos exclusivos.

Swap de taxa de juros (Libor x CDI)

Têm por objetivo proteger suas obrigações indexadas a libor de dólar americano contra oscilações dos juros brasileiros. Basicamente, a Companhia realizou *swap* de suas obrigações indexadas a libor, nos quais recebe juros de 1,25% a.a. sobre o valor nominal em dólar (ponta ativa) e paga 96% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI sobre o valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva), protegendo uma operação de pré-pagamento de exportação de mesmo valor. Os ganhos e perdas deste contrato estão diretamente relacionados às oscilações de câmbio (dólar), Libor e do CDI. Trata-se em geral de operações no mercado de balcão brasileiro tendo como contraparte instituição financeira de primeira linha.

Swap de taxa de juros (Pré x CDI)

Tem por objetivo atrelar obrigações, remuneradas a uma taxa PRÉ fixada, às oscilações da taxa de juros baseadas na taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia (CDI), calculada e divulgada pela CETIP. Basicamente, a Companhia realizou *swap* de suas obrigações de taxas PRÉ fixadas, nos quais recebe juros sobre o valor nominal (ponta ativa) e paga 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI sobre o valor de referência na data da contratação (ponta passiva). Os ganhos e perdas deste contrato estão diretamente relacionados às oscilações do CDI. Trata-se em geral de operações no mercado de balcão brasileiro tendo como contraparte instituição financeira de primeira linha, contratadas dentro dos fundos exclusivos.

- **Análise de sensibilidade *swap* cambial**

A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de valorização para volatilidade da moeda, utilizando como referência a taxa de fechamento de câmbio em 31 de dezembro de 2013 para *swap* cambial dólar x real R\$2,3426 e para *swap* cambial dólar x euro US\$1,3773.

Instrumentos	Valor de referência	Risco	Cenário Provável (*)	31/12/2013	
				Cenário 1	Cenário 2
Swap cambial dólar x CDI	110.000	Dólar	12.912	(64.422)	(128.844)
Swap cambial (NDF) dólar x euro	(90.000)	Euro	5.258	72.595	145.192
Swap cambial dólar x euro	11.801	Dólar	17	(13.109)	(26.222)
Swap cambial (NDF) dólar x real	293.000	Dólar	597	(171.595)	(343.191)

(*) A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2013 registrados no ativo e passivo da companhia.

• Análise de sensibilidade swap de taxa de juros

A Companhia considerou os cenários 1, 2, 3 e 4 como 25% e 50% de valorização e desvalorização para volatilidade dos juros em 31 de dezembro de 2013.

Instrumentos	Nocional	Risco	31/12/2013			
			Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Swap de taxa de juros libor x CDI	21.500	(Libor) US\$	(9.849)	(11.725)	9.849	11.725
Swap de taxa de juros Pré x CDI	345.000	CDI	(11.428)	(19.855)	5.425	13.852

• Risco de taxa de juros

Passivos de curto e longo prazo, indexados à taxa de juros flutuantes e índices de inflação. Devido a essa exposição, a Companhia mantém derivativos para melhor administrar esses riscos.

• Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

A Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% nas taxas de juros em seus empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto em 31 de dezembro de 2013 na data das demonstrações financeiras consolidadas.

Variações nas taxas de juros	% a.a	Impacto no resultado	
		31/12/2013	31/12/2012
TJLP	5,00	2.521	8.409
Libor	0,35	5.725	6.535
CDI	9,77	71.507	49.566

• Riscos de preço de mercado de ações

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço das ações em razão dos investimentos mantidos e classificados como disponíveis para venda. Os investimentos em ações são adquiridos de empresas de primeira linha negociados na BM&FBovespa.

A tabela abaixo demonstra a variação líquida de impostos, no valor de mercado de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda sobre o patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

Consolidado

	Outros resultados abrangentes		
	31/12/2013	31/12/2012	Variação Líquida
Variação líquida dos ativos disponíveis para venda	779.526	732.141	47.385

A Companhia considera como cenário provável os valores registrados a mercado em 31 de dezembro de 2013. A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2013. Desta maneira, não há impacto sobre os instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda já apresentado acima. A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de valorização para volatilidade das ações.

Empresas	Impacto sobre o Patrimônio Líquido		
	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Usiminas	772.190	199.711	399.421
Panatlântica	7.336	2.947	5.894
	779.526	202.658	405.315

- Riscos de Crédito**

A exposição a riscos de crédito das instituições financeiras observa os parâmetros estabelecidos na política financeira. A Companhia tem como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes e fornecedores, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente de seu saldo devedor.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de *rating*. Uma vez que parte dos recursos é investido em operações compromissadas que são lastreadas em títulos do governo brasileiro, há exposição também ao risco de crédito do Estado Brasileiro.

- Gestão de Capital**

A Companhia administra sua estrutura de capital com objetivo de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

- Risco de liquidez**

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos e debêntures são apresentados na nota 12.

A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo provisão de juros.

Em 31 de dezembro de 2013	Consolidado				Total
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	
Empréstimos e financiamentos e debêntures	2.673.648	6.391.523	11.439.993	7.358.058	27.863.222
Instrumentos financeiros derivativos	6.822	17.375			24.197
Fornecedores	1.102.037				1.102.037
Em 31 de dezembro de 2012					
Empréstimos e financiamentos e debêntures	2.200.152	2.838.954	10.248.009	14.150.558	29.437.673
Instrumentos financeiros derivativos	244.333				244.333
Fornecedores	2.025.461				2.025.461

V – Depósitos em garantia

A Companhia possuía depósitos em garantia no montante de R\$426.328 em 31 de dezembro de 2012. Esse valor estava aplicado no Deutsche Bank para garantir os contratos de instrumentos financeiros derivativos, basicamente *swap* entre a CSN Islands VIII Corp. e CSN. Este depósito foi liquidado juntamente com o respectivo *swap* em 12 de dezembro de 2013.

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

O grupo de outras obrigações classificados no passivo circulante e não circulante possui a seguinte composição:

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Passivos com partes relacionadas (Nota 19 b)	422.150	703.236	8.522.685	7.758.093	735.880	889.414	8.873.825	7.905.889
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 13 I)	6.822	244.333	17.375		336	686		
Dividendos e JCP a pagar acionistas controladores (Nota 19 a)		155.537				155.537		
Dividendos e JCP a pagar não controladores	2.036	146.081			2.036	146.081		
Adiantamento Clientes	28.213	31.062			17.501	17.927		
Tributos parcelados (Nota 16)	247.387	166.818	1.454.838	1.085.079	218.667	139.731	1.294.666	917.602
Participação sobre lucro - empregados	121.631	7.771			113.039			
Outras obrigações	144.612	127.202	66.673	165.877	51.497	33.803	5.241	103.605
	972.851	1.582.040	10.061.571	9.009.049	1.138.956	1.383.179	10.173.732	8.927.096

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado:

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
(Despesa)/Receita com imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(1.290.755)	(321.999)	(859.213)	
Diferido	1.216.594	1.274.207	651.444	1.022.019
	(74.161)	952.208	(207.769)	1.022.019

A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social do consolidado e da controladora e o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes do IR e da CSLL são demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Lucro/(Prejuízo) antes do IR e da CSLL	608.155	(1.432.782)	716.794	(1.442.132)
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IR / CSLL pela alíquota fiscal combinada	(206.773)	487.146	(243.710)	490.325
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Benefício de juros sobre capital próprio - JCP	255.000		255.000	
Equivalência Patrimonial			510.833	452.742
Resultados com alíquotas vigentes diferenciadas ou não tributadas	227.097	444.378		
Ajuste Transfer Price	(31.404)		(31.404)	
Efeito Refis	(689.299)	39.256	(689.299)	39.256
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	(166.734)	(42.683)		
Crédito fiscal controladas	550.270			
Outras exclusões (adições) permanentes	(12.318)	24.111	(9.189)	39.696
IR / CSLL no resultado do exercício	(74.161)	952.208	(207.769)	1.022.019
Alíquota efetiva	12%	-66%	29%	-71%

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. Estão apresentados pelo líquido quando se referem a uma única jurisdição.

	Consolidado				
	Saldo Inicial	Movimentação		Saldo Final	
	31/12/2012	Resultado Abrangente	Resultado	Créditos Tributários (**)	
Diferido Ativo					
Prejuízos fiscais de imposto de renda	818.705	32.800	289.105	(8.314)	1.132.296
Bases negativas de contribuição social	242.606		153.390	(6.690)	389.306
Aquisição Prejuízos Fiscais de Imposto de Renda (Refis Lei 12.865/13)			401.953	(401.953)	
Aquisição Bases Negativas da Contribuição Social (Refis Lei 12.865/13)			148.316	(148.316)	
Diferenças temporárias	1.115.768	(77.567)	210.724		1.248.925
- Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	171.262		36.245		207.507
- Provisões para passivos ambientais	130.358		(12.563)		117.795
- Perdas estimadas em ativos	53.887		(437)		53.450
- Perdas estimadas em estoques	29.638		(1.082)		28.556
- (Ganhos)/perdas em instrumentos financeiros	47.524		(51.349)		(3.825)
- (Ganhos)/perdas ativos financeiros disponíveis para venda	310.586	(24.410)	803		286.979
- Passivo Atuarial (Plano de Previdência e Saúde)	157.684	(33.143)	7.397		131.938
- Provisão para consumos e serviços	55.072		36.735		91.807
- Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	25.812		1.937		27.749
- Ágio na incorporação	(89.402)	(19.996)	(13.774)		(123.172)
- Variações cambiais não realizadas (*)	197.944		348.097		546.041
- (Ganho) na perda de controle da Transnordestina			(224.096)		(224.096)
- Outras	25.403	(18)	82.811		108.196
Ativo Não Circulante	2.177.079	(44.767)	1.203.488	(565.273)	2.770.527
Diferido Passivo					
- Combinação de negócios	225.965	41.263	(15.119)		252.109
- Outras	12.276	2.435	2.013		16.724
Passivo Não Circulante	238.241	43.698	(13.106)		268.833

	Saldo Inicial 31/12/2012	Movimentação		Incorporação e Cisão Parcial de Controladas (***)	Saldo Final 31/12/2013
		Resultado	Resultado		
		Abrangente			
Diferido Ativo					
Prejuízos fiscais de imposto de renda	639.247		280.663		919.910
Bases negativas de contribuição social	231.805		157.501		389.306
Diferenças temporárias	998.723	(140.514)	213.280	232.293	1.303.782
- Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	164.342		35.103		199.445
- Provisões para passivos ambientais	130.358		(12.563)		117.795
- Perdas estimadas em ativos	45.733		1.354		47.087
- Perdas estimadas em estoques	29.472		(1.107)		28.365
- (Ganhos)/perdas em instrumentos financeiros	47.511		(51.386)		(3.875)
- (Ganhos)/perdas ativos financeiros disponíveis para venda	138.144	(107.410)	1.145	232.293	264.172
- Passivo Atuarial (Plano de Previdência e Saúde)	157.802	(33.104)	7.365		132.063
- Provisão para consumos e serviços	52.379		37.388		89.767
- Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	24.804		1.375		26.179
- Ágio na incorporação	10.031		(10.031)		
- Variações cambiais não realizadas (*)	197.944		348.097		546.041
- (Ganho) na perda de controle da Transnordestina			(224.096)		(224.096)
- Outras	203		80.636		80.839
Ativo Não Circulante	1.869.775	(140.514)	651.444	232.293	2.612.998

(*) A Companhia tributa as variações cambiais por regime de caixa para apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

(**) Utilização de créditos tributários de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de empresas controladas para liquidação de débitos fiscais conforme previsto na lei 12.865/13 Art. 40 § 7º (Refis), vide nota 16.

(***) Imposto de renda e contribuição social diferido ativo decorrente de incorporação da controlada Florestal Nacional e cisão parcial das controladas CSN Cimentos e Companhia Metalúrgica Prada, vide nota 9 b.

Algumas empresas do Grupo registraram créditos tributários sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL não sujeitos a prazo prescricional e fundamentados no histórico de rentabilidade e na expectativa de lucros tributáveis futuros determinados em estudo técnico aprovado pela Administração.

Por estarem sujeitos a fatores relevantes que possam modificar as projeções de realização, os valores contábeis do ativo fiscal diferido bem como as projeções são revisadas anualmente. Tais estudos indicam a realização desses ativos fiscais dentro do prazo estipulado pela referida instrução e do limite de 30% do lucro real.

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	Consolidado	Controladora
Até 1 ano	380.960	324.753
De 1 a 2 anos	485.077	439.545
De 2 a 3 anos	651.435	540.787
De 3 a 5 anos	4.130	4.131
	1.521.602	1.309.216

Algumas empresas do Grupo possuem créditos fiscais no montante de R\$196.461 e R\$28.556 de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa, para as quais não foram constituídos impostos diferidos, dos quais R\$37.082 expiram em 2015, R\$10.982 em 2018 e R\$84.324 em 2025. Demais créditos fiscais referem-se a empresas nacionais, portanto, não possuem prazo de expiração.

A Companhia tem em sua estrutura societária subsidiárias no exterior, cujos lucros são tributados pelo imposto de renda nos respectivos países em que foram constituídas por alíquotas inferiores às vigentes no Brasil.

No período de 2010 a 2013 foram gerados por essas subsidiárias lucros no montante de R\$4.027.058, que caso as autoridades fiscais entendam que já foram disponibilizados, e, desta forma, a tributação adicional no Brasil, se devido fosse, o imposto de renda e contribuição social seria de aproximadamente R\$1.300.000. A Companhia, com base na posição de seus assessores jurídicos, avaliou apenas como possível a probabilidade de perda em caso de eventual questionamento fiscal e, portanto, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras

(c) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no patrimônio líquido:

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos diretamente no patrimônio líquido estão demonstrados abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de renda e contribuição social				
Ganhos atuariais de plano de benefício definido	33.012	66.155	32.876	65.980
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(401.574)	(377.164)	(392.574)	(285.164)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(425.510)	(425.510)	(425.510)	(425.510)
	(794.072)	(736.519)	(785.208)	(644.694)

(d) Medida Provisória nº 627 de 2013

No dia 11/11/2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ bem como na legislação pertinente à CSL; (ii) definição de que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015, no entanto a sua adoção antecipada, de forma irretratável, em 2014, pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente aqueles relacionados a dividendos e juros sobre capital próprio efetivamente pagos desde 2008 até a data de publicação desta MP.

A Companhia elaborou estudos sobre os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação das referidas disposições da MP e concluiu não resultar em ajustes relevantes nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

A administração aguarda a apreciação da referida MP pelo Poder Legislativo afim de decidir sobre sua eventual adoção antecipada para o ano-calendário de 2014.

(e) Incentivos fiscais

A Companhia usufrui de incentivos fiscais de Imposto de Renda baseados na legislação vigente tais como: Programa de Alimentação do Trabalhador, Lei Rouanet, Incentivos Fiscais de Atividade Audiovisual, Fundos do Direito da Criança e do Adolescente e Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica. Em 31 de dezembro de 2013, somavam o montante de R\$329 (R\$237 em 31 de dezembro de 2012).

16. TRIBUTOS PARCELADOS

Nos meses de novembro e dezembro de 2013 a Companhia aderiu aos programas de Parcelamento trazidos pela Lei nº 12.865/13 e Lei nº 11.941/09.

A posição dos débitos do Refis e demais parcelamentos, registrados em tributos parcelados no passivo circulante e não circulante estão demonstrados a seguir:

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Refis Federal Lei 11.941/09 (a)	140.446	119.977	1.001.630	998.668	121.399	102.689	845.838	840.621
Refis Federal Lei 12.865/13 (a)	27.124		384.872		27.167		384.872	
Demais Parcelamentos (b)	79.817	46.841	68.336	86.411	70.101	37.042	63.956	76.981
	247.387	166.818	1.454.838	1.085.079	218.667	139.731	1.294.666	917.602

a) Programa de Recuperação Fiscal (Refis Federal) – Lei nº 11.941/09 e Lei nº 12.865/13

• Reabertura do prazo – Lei 11.941/09

Em 26 de novembro de 2009, as empresas do Grupo aderiram aos Programas de Recuperação Fiscal instituídos pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/09, visando regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias.

Com a reabertura do prazo do programa de parcelamento da Lei nº 11.941/09 pela RFB/PGFN, trazido pela lei 12.865/13, a Companhia realizou juntamente com os seus assessores jurídicos a análise dos processos que por ventura sofreram modificações processuais e de jurisprudência. Após a avaliação a Companhia concluiu que haviam débitos a serem aderidos e ingressou no parcelamento em 27 de dezembro de 2013.

• Lucros do exterior – Lei 12.865/13

Pelo artigo 40 da Lei nº 12.865/13, o governo federal permitiu o parcelamento de IRPJ e CSLL oriundos da aplicação do art. 74 da MP 2.158-35/2001, mais conhecido como lucros no exterior, que determina a tributação dos lucros auferidos por sociedades controladas ou coligadas sediadas no exterior ao final de cada ano.

A Companhia optou pela adesão dos valores correspondentes ao período autuado (2004-2009), em 29/11/2013.

Ambos os programas prevêem reduções de multas e juros, no entanto somente os débitos de IRPJ e CSLL oriundos da Lei 12.865/12 puderam ser liquidados com crédito fiscal decorrente de saldos de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL de controladas e controladora. O valor de crédito fiscal utilizado das controladas somam o montante de R\$565.273, dos quais R\$550.270 não possuíam crédito fiscal constituído conforme demonstrado na nota explicativa 15.

O saldo remanescente foi parcelado em 180 meses atualizados pela SELIC e os valores apurados de acordo com as Leis 11.941/09 e 12.865/13 estão sujeitos à homologação pelas autoridades fiscais.

A adesão aos programas discriminados acima tiveram um impacto negativo no resultado do 4º trimestre da Companhia conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	Controladora
Tributos	(805.748)	(803.662)
Multa e Encargos	(569.465)	(568.350)
Juros	(519.764)	(515.644)
Total	(1.894.977)	(1.887.656)
Descontos		
Multa e Encargos	446.570	445.901
Juros	255.102	253.846
Uso de crédito de IR e CSLL s/ Prejuízo Fiscal	565.273	565.273
Total de reduções	1.266.945	1.265.020
Total tributos a pagar	(628.032)	(622.636)
IR e CSLL Diferidos s/ Multas e Juros	224.769	224.769
Efeito líquido no Resultado	(403.263)	(397.867)

b) Demais Parcelamentos (Ordinários e Outros)

As empresas do Grupo também possuem as modalidades de parcelamento Ordinário, INSS e outros que estão em andamento.

17. PROVISÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, TRABALHISTAS, CÍVEIS, AMBIENTAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão sendo discutidas nas esferas competentes, ações e reclamações de diversas naturezas. O detalhamento dos valores provisionados e respectivos depósitos judiciais relacionados a essas ações são apresentados a seguir:

	31/12/2013		Consolidado 31/12/2012	
	Passivo Provisionado	Depósitos Judiciais	Passivo Provisionado	Depósitos Judiciais
Fiscais	259.725	87.391	178.657	99.400
Previdenciárias e Trabalhistas	298.637	138.911	263.700	156.772
Cíveis	82.143	29.022	96.705	36.109
Ambientais	4.262	961	7.056	
Depósitos Caucionados		8.935		11.350
	644.767	265.220	546.118	303.631
Obrigações legais questionadas judicialmente:				
Fiscais				
Salário- educação	46.193	46.193	24.077	46.193
IR / plano verão	20.892	366.951	20.892	348.969
Outras provisões	101.331	15.350	97.157	19.233
	168.416	428.494	142.126	414.395
	813.183	693.714	688.244	718.026

	Controladora			
	31/12/2013		31/12/2012	
	Passivo Provisionado	Depósitos Judiciais	Passivo Provisionado	Depósitos Judiciais
Fiscais	218.899	75.672	152.481	94.419
Previdenciárias e Trabalhistas	254.116	115.579	223.127	131.399
Cíveis	65.667	24.614	74.134	32.110
Ambientais	4.262	892	7.056	
Depósitos Caucionados		5.212		8.280
	542.944	221.969	456.798	266.208
Obrigações legais questionadas judicialmente:				
Fiscais				
Salário- educação	46.193	46.193	24.077	46.193
IR / plano verão	20.892	366.951	20.892	348.969
Outras provisões	101.331	15.350	97.157	19.233
	168.416	428.494	142.126	414.395
	711.360	650.463	598.924	680.603

A movimentação das provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 pode ser assim demonstrada:

Natureza	Consolidado				
	Circulante + Não Circulante				
	31/12/2012	Adições	Atualização líquida	Utilização líquida de reversão	31/12/2013
Fiscal	320.783	72.980	42.475	(8.097)	428.141
Previdenciário	43.858		3.403		47.261
Trabalhista	219.842	100.304	24.924	(93.694)	251.376
Cível	96.705	6.862	2.022	(23.446)	82.143
Ambiental	7.056	3.663	964	(7.421)	4.262
	688.244	183.809	73.788	(132.658)	813.183

Natureza	Controladora				
	Circulante + Não Circulante				
	31/12/2012	Adições	Atualização líquida	Utilização líquida de reversão	31/12/2013
Fiscal	294.607	54.436	38.294	(22)	387.315
Previdenciário	43.288		3.249		46.537
Trabalhista	179.839	90.807	19.743	(82.810)	207.579
Cível	74.134	3.245	1.960	(13.672)	65.667
Ambiental	7.056	1.763	954	(5.511)	4.262
	598.924	150.251	64.200	(102.015)	711.360

As provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas apenas as causas que se classificam como risco de perda provável. Adicionalmente, são incluídos nessas provisões os passivos tributários decorrentes de ações tomadas por iniciativa da Companhia, acrescidos de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

a) Ações fiscais

I - Imposto de renda e Contribuição social

Plano Verão - A CSN pleiteia o reconhecimento dos efeitos financeiro-fiscais na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido relativos ao expurgo inflacionário do IPC ocorrido em janeiro e fevereiro de 1989, de 51,87% ("Plano Verão").

Em 2004 o processo chegou ao fim tendo transitado em julgado a decisão que deferiu o direito de aplicação do índice de 42,72% (jan/89), devendo ser descontado deste índice os 12,15% já aplicados. Foi deferida também a aplicação do índice de 10,14% (fev/89). Atualmente o processo encontra-se em fase pericial.

Em 31 de dezembro de 2013 existe o montante de R\$366.951 (R\$348.969 em 31 de dezembro de 2012) depositado judicialmente, estando classificado em conta específica de depósitos judiciais no realizável a longo prazo e provisão de R\$20.892 (R\$20.892 em 31 de dezembro de 2012), que representa a parcela não reconhecida pelos tribunais.

II - Salário-educação

A CSN discutiu a inconstitucionalidade do salário-educação e a possibilidade de recuperação das parcelas recolhidas no período de 05 de janeiro de 1989 a 16 de outubro de 1996, sendo que o processo foi julgado improcedente, tendo o TRF mantido a decisão desfavorável à CSN, decisão essa que transitou em julgado.

Ante o trânsito em julgado da decisão, a CSN tentou efetuar o pagamento do valor devido, sendo que o FNDE e o INSS não chegaram a um entendimento sobre quem deveria receber, bem como exigiam que dito valor fosse pago acrescido de multa, com o que a empresa não concordou.

Foram ajuizadas ações judiciais questionando os fatos acima com o depósito judicial dos valores envolvidos nos referidos processos. No primeiro processo, a sentença de 1º grau julgou parcialmente favorável o pedido, onde o Juiz afastou o valor da multa, mantendo, porém, a taxa SELIC, sendo apresentada, então Contrarrazões à Apelação do réu, e recorreu em relação à taxa SELIC.

O valor provisionado em 31 de dezembro de 2013 totaliza R\$46.193 (R\$24.077 em 31 de dezembro de 2012) e depositado judicialmente R\$46.193 (R\$46.193 em 31 de dezembro de 2012).

III - Outros

A CSN possui, ainda, provisões para processos relativos ao INSS, FGTS LC 110, PIS Lei nº 10.637/02 e PIS/COFINS - Zona Franca de Manaus, cujo montante em 31 de dezembro de 2013 totaliza R\$101.331 (R\$97.157 em 31 de dezembro de 2012), o qual inclui acréscimos legais.

b) Ações trabalhistas

O Grupo figura como réu, em 31 de dezembro de 2013 em 9.067 reclamações trabalhistas, sendo provisionado o montante de R\$251.376 (R\$219.842 em 31 de dezembro de 2012). Os pleitos das ações, em sua grande maioria, estão relacionados com a responsabilidade subsidiária e/ou solidária, equiparação salarial, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, diferença da multa de 40% sobre o FGTS referente ao período anterior à aposentadoria e em decorrência de planos econômicos do governo federal, plano de saúde, ações indenizatórias decorrentes de suposto acometimento de doenças ocupacionais ou acidentes do trabalho, intervalo intrajornada e diferenças de participação nos lucros e resultados nos anos de 1997 a 1999 e de 2000 a 2003.

c) Ações cíveis

Dentre os processos judiciais cíveis em que figuram como ré, encontram-se, principalmente, ações com pedido de indenização. Tais processos, em geral, são decorrentes de acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, discussões contratuais, relacionadas às atividades industriais do Grupo, ações imobiliárias, plano de saúde e ressarcimento de honorários gastos na Justiça do Trabalho. Para processos envolvendo as matérias cíveis, foi provisionado o montante de R\$82.143 em 31 de dezembro de 2013 (R\$96.705 em 31 de dezembro de 2012).

d) Outros

▪ Concorrencial

Em 14 de junho de 2010, o Tribunal Regional Federal de Brasília julgou improcedente a ação anulatória promovida pela CSN contra o CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, que visava a anular a autuação imposta por suposta prática das infrações previstas nos artigos 20 e 21, inciso I, da Lei 8.884/1984. Contra essa decisão foram apresentados os competentes recursos, os quais tiveram provimento negado ensejando a oposição de recursos constitucionais os quais se encontram pendentes de julgamento. A cobrança da multa no valor de R\$65.292 está suspensa por decisão do Tribunal, que deferiu efeito suspensivo cautelar a partir da garantia do débito por carta fiança ofertada pela CSN. Esta ação está classificada como risco de perda possível.

▪ Ambiental

Dentre os processos administrativos/judiciais ambientais em que a companhia figura como ré, encontram-se, procedimentos administrativos visando à constatação de possíveis ocorrências de irregularidades ambientais e regularização de licenças ambientais; no âmbito judicial, há ações de execução de multas impostas em decorrência de tais irregularidades e ações civis públicas com pedido de regularização cumulada com indenizações, consistente em recomposições ambientais, na maioria dos casos. Tais processos, em geral, são decorrentes de discussões de supostos danos ao meio-ambiente relacionados às atividades industriais da Companhia. Os processos envolvendo a matéria ambiental montam saldo de R\$4.262 (R\$7.056 em 31 de dezembro de 2012).

Em julho de 2012 a Companhia recebeu a citação no processo judicial movido pelo Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro (Justiça Estadual), referente ao Bairro Volta Grande IV do Município de Volta Redonda-RJ, no qual é pleiteado, entre outros pedidos, as remoções de duas células de resíduos industriais e de 750 (setecentas e cinquenta) residências. Este processo está classificado com grau de risco provável, mas não há um valor estimado para ditos pleitos, ante a iliquidez dos respectivos pedidos.

Como desdobramento do processo mencionado no parágrafo acima, após agosto de 2012 a Companhia recebeu citações em alguns processos individuais movidos por moradores do Bairro Volta Grande IV, os quais pleiteiam o pagamento de danos materiais e morais, cujos valores são ilíquidos no momento, estando ditos processos classificados com grau de risco possível.

Sobre este mesmo assunto (Bairro Volta Grande IV), em agosto de 2013, a Companhia recebeu a citação no processo judicial movido pelo Ministério Público Federal (Justiça Federal), a qual tem o mesmo objeto da ação movida pelo Ministério Público Estadual, já noticiada acima. Esta nova ação está classificada com grau de risco possível, uma vez que a tendência é de prevalência do processo da Justiça Estadual sobre o processo da Justiça Federal. Quanto ao valor do risco deste novo processo, a observação é a mesma da ação do Ministério Público Estadual.

▪ Outros Processos Administrativos e Judiciais

O Grupo defende-se em outros processos administrativos e judiciais (fiscais, previdenciários, trabalhistas, cíveis e ambientais), no montante aproximado de R\$12.370.964, sendo:

- (a) R\$6.525.528 referentes ao auto de infração lavrado em face da Companhia por ter supostamente realizado a venda de 40% das ações da sua controlada NAMISA para um consórcio de investidores nipo-coreanos, deixando assim de apurar e submeter à tributação o ganho de capital decorrente dessa operação, sendo que em maio de 2013, em julgamento realizado pela Delegacia Regional de Julgamento de São Paulo – SP (1ª instância administrativa) foi proferida decisão favorável à Companhia cancelando o auto de infração. Em face desta decisão foi interposto Recurso de Ofício que será julgado pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF;
 - (b) R\$680.546 referentes a execuções fiscais ajuizadas para exigir da Companhia, na qualidade de responsável, o ICMS supostamente incidente na entrada de energia elétrica adquirida de Usina Produtora e totalmente consumida no processo de industrialização de produtos siderúrgicos. Segundo entendimento da fiscalização a aplicação da energia elétrica no processo produtivo não exclui a responsabilidade da Companhia em reter antecipadamente o ICMS incidente na entrada deste insumo no estabelecimento industrial.
-

- (c) R\$533.890 referentes a compensações de tributos que, por motivos diversos, não foram homologadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Os tributos envolvidos são CSLL, IRPJ e IPI, além das contribuições ao PIS e COFINS. A análise de toda documentação comprova o direito ao crédito e o cabimento do pedido de compensação processado à época.
- (d) R\$417.537 referentes à decisão proferida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil que deferiu parcialmente o pedido de parcelamento de débitos regulamentado pela Medida Provisória 470/09, tendo em vista a insuficiência de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL. Quando da consolidação do parcelamento a Secretaria da Receita Federal do Brasil considerou o saldo existente no SAPLI como sendo o montante correto, no entanto, este saldo já contemplava os ajustes do prejuízo fiscal por conta do auto de infração de Lucros no Exterior lavrado contra a Companhia.
- (e) R\$330.421 referentes à glosa dos créditos de ICMS apropriado pela Companhia no período de 04/99 à 07/02 na transferência de minério entre Casa de Pedra e Usina Presidente Vargas. Segundo a fiscalização a base de cálculo aplicada na transferência, em consonância com a legislação do Estado de Minas Gerais, não é admitida pela legislação do Estado do Rio de Janeiro, motivo pelo qual procedeu a glosa da diferença.
- (f) R\$260.321 referentes à glosa de créditos de ICMS adquiridos pela compra dos estabelecimentos de sua subsidiária INAL localizados no Estado do Rio de Janeiro. Segundo a fiscalização, a compra de estabelecimento não gera o direito ao crédito do ICMS. Em face destas autuações a Companhia impetrou um Mandado de Segurança à época sendo reconhecido o seu direito de proceder a alteração do cadastro de contribuintes do Estado, fazendo constar que os estabelecimentos adquiridos são CSN. Esta decisão nos favorece e poderá ser aplicada no julgamento dos nossos recursos junto ao Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro.
- (g) R\$2.153.777 referentes a outros processos fiscais (impostos federais, estaduais e municipais);
- (h) R\$1.044.079 de processos trabalhistas e previdenciários; R\$350.218 de cíveis e R\$74.647 de ambientais.

As avaliações efetuadas por assessores jurídicos definem esses processos administrativos e judiciais como risco de perda possível, não sendo provisionados em conformidade com o julgamento da Administração e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

18. PROVISÕES PARA PASSIVOS AMBIENTAIS E DESATIVAÇÃO

O saldo das provisões para passivos ambientais e desativação de ativos pode ser assim demonstrado:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Passivo Ambiental	346.455	383.405	346.455	383.405
Desativação de ativos	23.999	21.292	19.261	17.082
	370.454	404.697	365.716	400.487

a) Passivos Ambientais

Em 31 de dezembro de 2013 é mantida provisão para aplicação em gastos relativos a serviços para investigação e recuperação ambiental de potenciais áreas contaminadas em estabelecimentos nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados. Estas são as melhores estimativas da Administração considerando estudos de recuperação das áreas degradadas e em processo de exploração. Estas provisões são registradas na conta de outras despesas operacionais.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais.

A taxa de juros de longo prazo utilizada para desconto a valor presente da provisão para 31 de dezembro de 2013 foi de 11,00%. O passivo constituído é atualizado periodicamente, tendo como base o índice de inflação (IGPM) do período, em referência.

b) Desativação de Ativos

As obrigações com desativação de ativos consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento das atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

19. SALDO E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) Transações com Controladores

A Vicunha Siderurgia S.A. é uma Holding que tem por finalidade participar em outras sociedades sendo a principal acionista da Companhia detendo 47,86% de participação no capital votante.

A Rio Iaco Participações S.A. detém participação de 3,99% na CSN.

• Passivo

Empresas	Propostos	Pagos	
	Dividendos	Dividendos	Juros sobre Capital Próprio
Vicunha Siderurgia		435.482	358.921
Rio Iaco		36.319	29.934
Total em 31/12/2013		471.801	388.855
Total em 31/12/2012	155.537	622.164	

A estrutura societária da Vicunha Siderurgia é a seguinte (informações não auditadas):

Vicunha Aços S.A. – detém participação de 99,99% na Vicunha Siderurgia S.A.

Vicunha Steel S.A. – detém participação de 66,96% na Vicunha Aços S.A.

National Steel S.A. – detém participação de 33,04% na Vicunha Aços S.A.

CFL Participações S.A. – detém participação de 40% na National Steel S.A e 39,99% na Vicunha Steel S.A.

Rio Purus Participações S.A. – detém participação de 60% na National Steel S.A. 59,99% na Vicunha Steel S.A. e 99,99% na Rio Iaco Participações S.A.

b) Transações com controladas, controladas em conjunto, coligadas, fundos exclusivos e outras partes relacionadas

• Por operação

	Consolidado					
	Ativo			Passivo		
	Circulante	Não-Circulante	Total	Circulante	Não-Circulante	Total
Ativo						
Contas a receber	107.443		107.443			
Empréstimos	147.273	603.862	751.135			
Dividendos a receber	717.595		717.595			
Ativo Atuarial		97.051	97.051			
Outros Créditos	15.658	18.129	33.787			
	987.969	719.042	1.707.011			
Passivo						
Outras obrigações						
Contas a pagar				600	618	1.218
Adiantamento de clientes ⁽¹⁾				421.550	8.522.067	8.943.617
Fornecedores				52.949		52.949
Passivo Atuarial					11.139	11.139
				475.099	8.533.824	9.008.923
Total em 31/12/2013	987.969	719.042	1.707.011	475.099	8.533.824	9.008.923
Total em 31/12/2012	1.208.633	418.760	1.627.393	715.422	7.845.506	8.560.928
	Resultado					
Receitas						
Vendas	862.004					
Juros	25.576					
Despesas						
Compras	(917.469)					
Juros	(421.659)					
Total em 31/12/2013	(451.548)					
Total em 31/12/2012	(67.354)					

1. Adiantamento de clientes recebido da controlada em conjunto Nacional Minérios S.A. Refere-se a obrigação contratual de fornecimento de minério de ferro e serviços portuários. O contrato tem taxa de juros de 12,5% a.a. e vencimento previsto para setembro de 2042.

• Por empresa

	Consolidado								
	Ativo			Passivo			Resultado		
	Circulante	Não-Circulante	Total	Circulante	Não-Circulante	Total	Vendas	Compras	Receitas e Despesas Financeiras Líquidas
Controladora									
Vicunha Siderurgia S.A.									(1.849)
									(1.849)
Controladas									
Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ⁽¹⁾	60.498	45.216	105.714						(62)
	60.498	45.216	105.714						(62)
Controladas em Conjunto									
Nacional Minérios S.A.	797.939	321.466	1.119.405	422.150	8.522.685	8.944.835	357.731	(3.519)	(394.456)
MRS Logística S.A.	30.635		30.635	43.194		43.194		(555.261)	(555.261)
Transnordestina Logística S.A. ⁽²⁾	33.431	237.262	270.693				46		(883)
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura	4.899	8.363	13.262	6.056		6.056		(122.348)	(122.348)
CGPAR Construção Pesada S.A.	546	9.236	9.782	3.677		3.677		(200.689)	(200.689)
	867.450	576.327	1.443.777	475.077	8.522.685	8.997.762	357.777	(881.817)	(395.339)
Outras Partes Relacionadas									
CBS Previdência		97.051	97.051	8		8		(13.392)	(13.392)
Fundação CSN	320	448	768	14	11.139	11.153		(1.983)	83
Usiminas	18.112		18.112				50.722	(8.355)	42.367
Panatlântica	28.619		28.619				453.505		453.505
Ibis Participações e Serviços								(9.717)	(9.717)
Companhia de Gás do Ceará								(2.205)	(2.205)
	47.051	97.499	144.550	22	11.139	11.161	504.227	(35.652)	83
Coligadas									
Arvedi Metalfer do Brasil S.A.	12.970		12.970						1.084
Total em 31/12/2013	987.969	719.042	1.707.011	475.099	8.533.824	9.008.923	862.004	(917.469)	(396.083)
Total em 31/12/2012	1.208.633	418.760	1.627.393	715.422	7.845.506	8.560.928	563.203	(300.589)	(329.968)

1. Refere-se a empréstimos da controlada FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A com a controlada em conjunto Transnordestina Logística S.A.
2. Transnordestina Logística S.A: Contratos em R\$: Juros de 102,5% CDI com vencimento final para dezembro 2015. Em 31 de dezembro de 2013, os empréstimos totalizam R\$270.693 (R\$210.966 em 31 de dezembro de 2012) sendo R\$33.431 classificados no curto prazo e R\$237.262 classificados no longo prazo.

• **Por operação**

	Controladora					
	Ativo			Passivo		
	Circulante	Não-Circulante	Total	Circulante	Não-Circulante	Total
Ativo						
Contas a receber ⁽¹⁾	632.645		632.645			
Empréstimos	46.722	237.710	284.432			
Dividendos a receber	774.147		774.147			
Ativo Atuarial		96.665	96.665			
Aplicações financeiras / Investimentos ⁽²⁾	100.560	134.543	235.103			
Outros Créditos	16.180	155.932	172.112			
	1.570.254	624.850	2.195.104			
Passivo						
Empréstimos e financiamentos						
Pré-pagamento				136.581	2.807.383	2.943.964
Fixed Rate Notes e Intercompany Bonds				19.439	2.433.517	2.452.956
Empréstimos Intercompany				1.328.720	1.449.039	2.777.759
Outras obrigações						
Contas a pagar				314.330	351.758	666.088
Adiantamento de clientes ⁽³⁾				421.550	8.522.067	8.943.617
Fornecedores				81.747		81.747
Passivo Atuarial					11.118	11.118
				2.302.367	15.574.882	17.877.249
Total em 31/12/2013	1.570.254	624.850	2.195.104	2.302.367	15.574.882	17.877.249
Total em 31/12/2012	1.872.304	1.647.437	3.519.741	3.005.668	13.837.314	16.842.982

	Resultado
Receitas	
Vendas	5.489.647
Juros	48.972
Variações Cambiais	8.859
Despesas	
Compras	(1.353.665)
Juros	(1.571.144)
Variações Cambiais	(905.436)
Despesas com Fundo de Pensão	
Total em 31/12/2013	1.717.233
Total em 31/12/2012	1.719.501

1. O contas a receber são decorrentes de operações de vendas de produtos e serviços entre a controladora, controladas e controladas em conjunto.
2. As aplicações financeiras totalizam R\$100.560 em 31 de dezembro de 2013 (R\$874.395 em 31 de dezembro de 2012) e os investimentos em ações da Usiminas classificados como investimentos disponíveis para venda, totalizam R\$134.543 (R\$133.756 em 31 de dezembro de 2012).
3. Nacional Minérios S.A.: O adiantamento de clientes recebido da controlada em conjunto Nacional Minérios S.A. refere-se a obrigação contratual de fornecimento de minério de ferro e serviços portuários. O contrato tem taxa de juros de 12,5% a.a. e vencimento previsto para setembro de 2042.

• **Por empresa**

	Controladora								
	Ativo			Passivo			Resultado		
	Circulante	Não-Circulante	Total	Circulante	Não-Circulante	Total	Vendas	Compras	Total
Controladas									
CSN Islands VIII Corp.									(71.690) (156.119) (227.809)
CSN Portugal, Unipessoal Lda.				98.113	50.611	148.724			(10.853) (19.040) (29.893)
CSN Europe Lda.				25.992	51.085	77.077			(116) (8.625) (8.741)
CSN Resources S.A. ⁽¹⁾				767.035	4.838.899	5.605.934			(277.066) (703.470) (980.536)
CSN Handel GmbH ⁽²⁾	303.073		303.073				3.211.286		4.100 3.215.386
CSN Islands XII Corp.				2.179	351.390	353.569			(2.179) (5.950) (8.129)
CSN Ibérica Lda.					59.183	59.183			(1.408) (7.473) (8.881)
ITA Energética S.A.	2.340		2.340						
Companhia Metalúrgica Prada ⁽³⁾	201.726	29.967	231.693	96.457	196	96.653	1.106.695	(138.333)	968.362
CSN Cimentos S.A.	15.738		15.738	15.039	350.944	365.983	151.191	(2.190)	(27.641) 121.360
Companhia Metalic Nordeste	12		12	23.979		23.979	64.351	(1.091)	63.260
Estanho de Rondônia S.A.	1.063	850	1.913	2.521		2.521		(27.539)	(27.539)
Mineração Nacional	13		13						
Florestal Nacional S.A.									10.334 10.334
Companhia Florestal do Brasil		1.532	1.532						
Sepetiba Tecon S.A.	48.372		48.372	3.080		3.080	2.973	(3.948)	(975)
Congonhas Minérios S.A. ⁽⁴⁾				608.247	1.338.771	1.947.018			(140.054) (140.054)
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.		5.482	5.482	180.282		180.282			
CSN Energia S.A.								(242.634)	(242.634)
Companhia Brasileira de Latas	4.689	90.924	95.613	11		11	91.147	(2.565)	88.582
Stahlwerk Thüringen GmbH				1.294		1.294		(17.896)	(17.896)
	577.026	128.755	705.781	1.824.229	7.041.079	8.865.308	4.627.643	(436.196)	(520.673) (896.577) 2.774.197
Controladas em Conjunto									
Nacional Minérios S.A. ⁽⁵⁾	757.859	530	758.389	422.081	8.522.685	8.944.766	357.731	(3.519)	(1.040.138) (685.926)
Transnordestina Logística S.A.	33.431	237.262	270.693				46		32.715 32.761
MRS Logística S.A.	30.635		30.635	43.194		43.194		(555.261)	(555.261)
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura	4.866	8.175	13.041	5.488		5.488		(122.348)	(122.348)
CGPAR Construção Pesada S.A.	5.856	18.472	24.328	7.353		7.353		(200.689)	(200.689)
	832.647	264.439	1.097.086	478.116	8.522.685	9.000.801	357.777	(881.817)	(1.007.423) (1.531.463)
Outras Partes Relacionadas									
CBS Previdência		96.665	96.665	8	11.118	11.126		(13.392)	(13.392)
Fundação CSN	320	448	768	14		14		(1.983)	83 (1.900)
Usiminas	18.112		18.112				50.722	(8.355)	42.367
Panatlântica	28.619		28.619				453.505		453.505
Ibis Participações e Serviços								(9.717)	(9.717)
Companhia de Gás do Ceará								(2.205)	(2.205)
	47.051	97.113	144.164	22	11.118	11.140	504.227	(35.652)	83 468.658
Coligadas									
Arvedi Metalfer do Brasil S.A.	12.970		12.970						1.084 1.084
Fundos Exclusivos									
Diplic, Mugen e Vértice	100.560	134.543	235.103						4.757 4.757
Total em 31/12/2013	1.570.254	624.850	2.195.104	2.302.367	15.574.882	17.877.249	5.489.647	(1.353.665)	(1.522.172) (896.577) 1.717.233
Total em 31/12/2012	1.872.304	1.647.437	3.519.741	3.005.668	13.837.314	16.842.982	4.243.567	(872.334)	(1.344.715) (307.017) 1.719.501

1. CSN Resources S.A.: Contratos em dólar de Pré-pagamento, *Fixed Rate Notes* e *Intercompany Bonds*.
2. CSN Handel GMBH: Contas a receber de R\$303.073 em 31 de dezembro de 2013 (R\$75.718 em 31 de dezembro de 2012), classificados no curto prazo. Referem-se a operações de vendas sobre produtos de mineração.
3. Companhia Metalúrgica Prada: Contas a receber de R\$201.726 em 31 de dezembro de 2013 (R\$193.109 em 31 de dezembro de 2012), classificados no curto prazo. Adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$29.967 em 31 de dezembro de 2013 (R\$12.500 em 31 de dezembro de 2012), classificado no longo prazo. Referem-se a compra de aço e recolhimento de ICMS.
4. Congonhas Minérios S.A.: Contratos em reais de empréstimos *intercompany*.
5. Nacional Minérios S.A.: O adiantamento de clientes recebido da controlada em conjunto Nacional Minérios S.A. refere-se a obrigação contratual de fornecimento de minério de ferro e serviços portuários. O contrato tem taxa de juros de 12,5% a.a. e vencimento previsto para setembro de 2042.

c) Outras partes relacionadas não consolidadas

• CBS Previdência

A Companhia é a sua principal patrocinadora sendo esta uma sociedade civil sem fins lucrativos constituída em julho de 1960 e cujo principal objetivo é o pagamento de benefícios complementares aos da previdência oficial para os participantes. Como patrocinadora mantém transações de pagamento de contribuições e reconhecimento de passivo atuarial apurado em planos de benefícios definidos, conforme nota 28.

• Fundação CSN

A Companhia desenvolve políticas socialmente responsáveis concentradas hoje na Fundação CSN da qual é instituidora. As transações entre as partes são relativas a apoio operacional e financeiro para a Fundação conduzir os projetos sociais desenvolvidos principalmente nas localidades onde atua.

• Banco Fibra

O Banco Fibra está sob a mesma estrutura de controle da Vicunha Siderurgia e as transações financeiras com esse banco estão limitadas a movimentações em contas correntes e aplicações financeiras em renda fixa.

• Ibis Participações e Serviços Ltda.

A empresa Ibis Participações e Serviços está sob controle de membro da administração da Companhia.

• Companhia de Gás do Ceará

Distribuidora de gás natural está sob a mesma estrutura de controle da Vicunha Siderurgia.

(f) Pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. Abaixo, informações sobre remuneração e saldos existentes em 31 de dezembro de 2013.

	31/12/2013	31/12/2012
	Resultado	
Benefícios de curto prazo para empregados e administradores	29.540	30.539
Benefícios pós-emprego	118	115
Outros benefícios de longo prazo	n/a	n/a
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a
	29.658	30.654

n/a – Não aplicável

(g) Política de investimentos e pagamento de juros sobre o capital próprio e distribuição de dividendos

Em 11 de dezembro de 2000, o Conselho de Administração decidiu adotar uma política de distribuição de lucros que, observadas as disposições constantes da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 9.457/97, implicará na distribuição de todo o lucro líquido aos seus acionistas, desde que preservadas as seguintes prioridades, independentemente de sua ordem: (i) a estratégia empresarial; (ii) o cumprimento das obrigações; (iii) a realização dos investimentos necessários; e (iv) a manutenção de uma boa situação financeira da Companhia.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

i. Capital social integralizado

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2012 e 2013 é de R\$4.540.000 dividido em 1.457.970.108 ações ordinárias e escriturais, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

ii. Capital social autorizado

O estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2013 define que o capital social pode ser elevado a até 2.400.000.000 de ações, por decisão do Conselho de Administração.

iii. Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 até o limite de 20% do capital social.

iv. Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possuía ações em tesouraria.

v. Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2013, a composição acionária era a seguinte:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações	Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações
Vicunha Siderurgia S.A.	697.719.990	47,86%	697.719.990	47,86%
Rio Iaco Participações S.A. (*)	58.193.503	3,99%	58.193.503	3,99%
Caixa Beneficente dos Empregados da CSN - CBS	12.788.231	0,88%	12.788.231	0,88%
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	8.794.890	0,60%	27.509.316	1,89%
NYSE (ADRs)	356.019.691	24,42%	342.997.950	23,53%
BM&FBovespa	324.453.803	22,25%	318.761.118	21,85%
	1.457.970.108	100,00%	1.457.970.108	100,00%

(*) A Rio Iaco Participação S. A. é uma empresa do grupo controlador.

21. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	31/12/2013
Lucro do exercício	509.025
Reserva Legal	(25.451)
Reversão de Reserva estatutária de capital de giro	316.426
Lucro Líquido para destinação	800.000
Destinação:	
Dividendos distribuídos em 06/08/2013 e 13/11/2013	610.000
Juros sobre o Capital próprio distribuídos 06/08/2013 e 13/11/2013	190.000
Total de dividendos e JCP	800.000
Média ponderada da quantidade de ações	1.457.970
Dividendos e juros sobre capital próprio por ação	0,54871
Informações Adicionais:	
Dividendos a pagar de exercícios anteriores	2.036
Dividendos a pagar (Saldo do passivo).	2.036

22. RECEITA LÍQUIDA VENDAS

A receita líquida de vendas possui a seguinte composição:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receita Bruta				
Mercado interno	14.635.703	13.742.201	13.509.822	12.669.583
Mercado externo	6.143.242	4.813.693	3.531.793	997.509
	20.778.945	18.555.894	17.041.615	13.667.092
Deduções				
Vendas canceladas e abatimentos	(206.109)	(312.687)	(203.712)	(318.287)
Impostos incidentes sobre vendas	(3.260.404)	(3.014.618)	(2.908.470)	(2.708.188)
	(3.466.513)	(3.327.305)	(3.112.182)	(3.026.475)
Receita Líquida	17.312.432	15.228.589	13.929.433	10.640.617

23. DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Matérias Primas e Insumos	(5.998.881)	(5.734.685)	(4.120.230)	(3.331.619)
Mão de obra	(1.590.892)	(1.482.838)	(1.264.122)	(1.045.144)
Suprimentos	(1.145.772)	(979.894)	(1.096.502)	(883.820)
Manutenção (serviços e materiais)	(1.297.377)	(1.018.545)	(1.255.463)	(1.036.762)
Serviços de Terceiros	(2.117.701)	(1.521.275)	(1.506.764)	(1.202.068)
Depreciação, Amortização e Exaustão (Nota 10 b)	(1.093.830)	(1.085.733)	(895.560)	(906.957)
Outros	(538.218)	(677.105)	(608.601)	(286.374)
	(13.782.671)	(12.500.075)	(10.747.242)	(8.692.744)
Classificados como:				
Custo dos produtos vendidos (Nota 26)	(12.422.706)	(11.258.667)	(9.906.380)	(8.039.597)
Despesas com vendas (Nota 26)	(874.875)	(773.488)	(503.514)	(320.722)
Despesas gerais e administrativas (Nota 26)	(485.090)	(467.920)	(337.348)	(332.425)
	(13.782.671)	(12.500.075)	(10.747.242)	(8.692.744)

24. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Outras receitas operacionais				
Crédito Extemporâneo PIS / COFINS / ICMS	404	26.860	404	19.822
Reversão Passivo Atuarial/ Provisão Ativo Atuarial	985	43.749	1.081	43.049
Indenizações/Ganho processos judiciais	51.737	20.567	48.564	20.012
Aluguéis e arrendamentos	817	2.645	817	2.645
Reversão de provisões	7.120	1.953	196.779	36.033
Ganho na perda de controle na Transnordestina	473.899		473.899	
Outras receitas	31.101	15.127	9.299	4.566
	566.063	110.901	730.843	126.127
Outras despesas operacionais				
Impostos e taxas	(103.446)	(72.999)	(81.422)	(14.939)
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais líquidas das reversões	(255.527)	(295.665)	(250.126)	(281.261)
Multas contratuais e indedutíveis	(6.479)	(61.439)	(563)	(70.624)
Depreciação de equipamentos paralisados (Nota 10 b)	(61.763)	(14.739)	(28.287)	(13.590)
Valor residual de bens permanentes baixados (Nota 10)	(31.660)	(9.759)	(12.548)	(3.617)
Perdas/Reversão estimadas em estoques (Nota 7)	5.975	(13.210)	6.918	(12.530)
Despesas com estudos e engenharia de projetos	(95.688)	(58.080)	(94.649)	(56.523)
Despesa plano de pensão		(5.256)		(5.218)
Despesa plano de saúde	(55.720)	(51.234)	(55.740)	(51.203)
Ajuste de perda pelo valor recuperável	(48.469)			
Impairment título disponível para venda	(5.002)	(2.022.793)	(3.369)	(1.245.024)
Efeito REFIS Lei 11.941/09 e Lei 12.865/13, líquidos	(129.743)		(128.593)	
Impairment malha velha Transnordestina	(216.446)			
Outras despesas	(130.240)	(157.108)	(111.932)	(59.792)
	(1.134.208)	(2.762.282)	(760.311)	(1.814.321)
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidos	(568.145)	(2.651.381)	(29.468)	(1.688.194)

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras				
Partes relacionadas (Nota 19 b)	25.576	68.023	48.972	143.947
Rendimentos sobre aplicações financeiras	125.685	177.328	16.032	10.187
Efeito REFIS Lei 11.941/09 e MP 470/09, líquidos		115.457		115.457
Outros rendimentos	20.723	31.036	9.286	17.936
	171.984	391.844	74.290	287.527
Despesas financeiras				
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	(743.276)	(675.379)	(74.648)	(75.199)
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(1.559.312)	(1.531.514)	(1.212.009)	(1.187.544)
Partes relacionadas (Nota 19 b)	(421.659)	(397.991)	(1.571.144)	(1.488.663)
Juros Capitalizados (Notas 10 e 32)	490.747	401.827	309.073	276.596
Perdas com derivativos (*)	(21.643)	(9.166)	(4.268)	(9.166)
Efeito REFIS Lei 11.941/09 e Lei 12.865/13, líquidos	(277.032)		(273.178)	
Juros, multas e moras fiscais	(72.065)	(157.277)	(59.057)	(149.351)
Outras despesas financeiras	(135.500)	(178.185)	(97.149)	(145.501)
	(2.739.740)	(2.547.685)	(2.982.380)	(2.778.828)
Variações monetárias e cambiais líquidas				
Variações monetárias líquidas	(37.858)	(143.774)	(33.176)	(89.438)
Variações cambiais líquidas	97.969	152.837	(997.113)	(452.665)
Variações cambiais com derivativos (*)	(3.954)	(4.573)		
	56.157	4.490	(1.030.289)	(542.103)
Resultado financeiro líquido	(2.511.599)	(2.151.351)	(3.938.379)	(3.033.404)
(*) Demonstração dos resultados das operações com derivativos				
Sw ap real x dólar	11.172	8.301		
Sw ap euro x dólar	(13.190)	(5.116)		
Sw ap iene x dólar	(5.374)	307		
Sw ap dólar x euro	4.035	(8.065)		
Sw ap pré x dólar	(597)			
	(3.954)	(4.573)		
Sw ap Libor x CDI	(4.268)	(9.166)	(4.268)	(9.166)
Sw ap Pré x CDI	(17.375)			
	(21.643)	(9.166)	(4.268)	(9.166)
	(25.597)	(13.739)	(4.268)	(9.166)

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

De acordo com a estrutura do Grupo, os negócios estão distribuídos e gerenciados em cinco segmentos operacionais conforme a seguir:

- Siderurgia**

O segmento de Siderurgia consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, aços longos, embalagens metálicas e aços galvanizados, com operações no Brasil, Estados Unidos, Portugal e Alemanha. O Segmento atende aos mercados de construção civil, embalagens de aço para as indústrias química e alimentícia do País, linha branca (eletrodomésticos), automobilístico e OEM (motores e compressores). As unidades siderúrgicas da Companhia produzem aços laminados a quente, a frio, galvanizados e pré-pintados de grande durabilidade. Também produz folhas de flandres, matéria-prima utilizada na produção de embalagens.

No exterior, a Lusosider, em Portugal, também produz folhas metálicas, além de aços galvanizados. Já a CSN LLC, nos Estados Unidos, atende o mercado local, oferecendo aços laminados a frio e galvanizados. Em janeiro de 2012, a CSN adquiriu a Stahlwerk Thüringen (SWT), uma produtora de aços longos localizada em Unterwellenborn, Alemanha. A SWT é

especializada na produção de perfis usado para a construção civil e com capacidade instalada de produção de 1,1 milhão de toneladas de aço/ano.

Em janeiro de 2014 iniciou-se a operação de longos, com capacidade de 500 mil tonelada por ano e consolidará o posicionamento da empresa como fonte de soluções completas para a construção civil, complementando seu portfólio de produtos de alto valor agregado na cadeia do aço.

- **Mineração**

Abrange as atividades de mineração de minério de ferro e estanho. As operações de minério de ferro de alta qualidade estão localizadas no Quadrilátero Ferrífero em MG, a mina de Casa de Pedra, em Congonhas – MG que produz minério de ferro de alta qualidade, assim como a controlada em conjunto Nacional Minérios S.A. (Namisa), que possui minas próprias também de excelente qualidade e que ainda comercializa minério de ferro de terceiros. Além disso, a CSN controla a Estanho de Rondônia S.A., empresa com unidades de mineração e fundição de estanho.

A CSN detém a concessão para operar o TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro. As importações de carvão e coque são feitas por meio desse terminal.

- **Logística**

- i. Ferroviária**

A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: MRS Logística S. A., que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A., Transnordestina Logística S.A. e FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., que operam a antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

- a) MRS**

Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais no abastecimento de matérias-primas e no escoamento de produtos finais. A totalidade de minério de ferro, carvão e coque consumidos pela Usina Presidente Vargas é transportada pela MRS, bem como parte do aço produzido pela CSN para o mercado doméstico e para a exportação.

O sistema ferroviário do sudeste do Brasil, abrangendo 1.674 km de malha ferroviária, atende o triângulo industrial de São Paulo - Rio de Janeiro - Minas Gerais no sudeste, ligando suas minas localizadas em Minas Gerais aos portos localizados em São Paulo e Rio de Janeiro, e às usinas de aço da CSN, Companhia Siderúrgica Paulista, ou Cosipa, e Gerdau Açominas. Além de atender outros clientes, a linha transporta minério de ferro de suas minas da Casa de Pedra em Minas Gerais e coque e carvão do Porto de Itaguaí no Rio de Janeiro para Volta Redonda e os produtos destinados a exportação para os Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro. Seus volumes de transporte representam aproximadamente 28% do volume total do sistema ferroviário do sudeste do Brasil.

- b) TLSA e FTL**

A TLSA e a FTL detêm a concessão da antiga Malha Nordeste da RFFSA. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária dividido em dois trechos: i) a Malha I, que integra os trechos de São Luiz - Mucuripe, Arrojado – Recife, Itabaiana – Cabedelo, Paula Cavalcante - Macau - Recife e Propriá a Jorge Lins (Malha I), com prazo de concessão até 2027, detida pela FTL; e ii) a Malha II, que integra os trechos de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém, com prazo de concessão até 2057 ou até o retorno do investimento corrigido em 6,75% dos trechos, detida pela TLSA .

Além disso, liga-se aos principais portos da região, com isso oferecendo uma importante vantagem competitiva por meio de oportunidades para soluções de transporte combinado e projetos de logística feitos sob medida.

Veja maiores detalhes da reestruturação do projeto Nova Transnordestina na nota 9.

ii. Portuária

O segmento de Logística portuária consolida a Operação do terminal construído no período pós-privatização dos portos, o Sepetiba Tecon. O terminal de Sepetiba conta com infraestrutura completa para atender todas as necessidades dos exportadores, importadores e armadores. Sua capacidade instalada ultrapassa a da maioria dos terminais brasileiros. Conta com excelente profundidade de 14,5 metros nos berços e grande área de armazenagem, bem como os mais modernos e adequados equipamentos, sistemas e conexões intermodais.

O constante investimento da Companhia em projetos nos terminais consolida o Complexo Portuário de Itaguaí como um dos mais modernos do país, atualmente com capacidade de movimentação anual de 480 mil contêineres anuais e 30 milhões de toneladas de granéis.

• Energia

A CSN é uma das maiores consumidoras industriais de energia elétrica do Brasil. Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a companhia investe em ativos de geração de energia elétrica para garantir sua autossuficiência. Esses ativos são: Usina Hidrelétrica de Itá, localizada no Estado de Santa Catarina, com capacidade de 1.450 MW, da qual a CSN participa com 29,5%; Usina Hidrelétrica de Igarapava, localizada em Minas Gerais, com capacidade de 210 MW, em que a CSN detém 17,9% do capital; e Central de co-geração termoeletrica, com 238 MW, em operação na Usina Presidente Vargas desde 1999. A Central Termoeletrica utiliza como combustível os gases residuais da própria produção siderúrgica. Por meio desses três ativos de geração de energia, a CSN obtém 430 MW.

• Cimento

O segmento de Cimentos consolida a operação de produção, comercialização e distribuição de cimento utilizando escória que é produzida pelos altos-fornos da própria Usina em Volta Redonda. Durante 2011, o clínquer utilizado na fabricação do cimento foi adquirido de terceiros, porém, ao final de 2011, com a conclusão da primeira etapa da fábrica de Clínquer em Arcos (MG), esta já supria as necessidades da moagem da CSN Cimentos localizada em Volta Redonda.

As informações apresentadas à Administração com relação ao desempenho de cada segmento são geralmente derivadas diretamente de registros contábeis combinados com algumas alocações intercompanhias.

• Vendas por área geográfica

As vendas por área geográfica são determinadas baseadas na localização dos clientes. Em uma base consolidada, as vendas nacionais são representadas pelas receitas de clientes localizados no Brasil e as vendas de exportação representam receitas de clientes localizados no exterior.

• Resultado por segmento

Conforme explicado na Nota 3, a partir do exercício de 2013, a Companhia deixou de consolidar proporcionalmente as empresas controladas em conjunto Namisa, MRS e CBSI.

Para fins de elaboração e apresentação das informações por segmento de negócios, a Administração decidiu manter a consolidação proporcional das empresas controladas em conjunto, conforme historicamente apresentado. Para fins de conciliação do resultado consolidado, os valores dessas empresas são eliminados na coluna "Despesas corporativas/eliminação"

								31/12/2013
Resultado	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas / Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferrovária				
Toneladas (mil) - (não auditado) (*)	6.116.944	21.534.147				2.045.862		
Receitas líquidas								
Mercado interno	9.695.736	679.974	194.842	1.074.216	211.797	415.577	(1.025.068)	11.247.074
Mercado externo	2.697.471	4.616.754					(1.248.867)	6.065.358
Total receita líquida (nota 22)	12.393.207	5.296.728	194.842	1.074.216	211.797	415.577	(2.273.935)	17.312.432
Custo produtos e serviços vendidos (Nota 23)	(9.961.948)	(2.829.028)	(97.488)	(708.407)	(161.435)	(276.752)	1.612.352	(12.422.706)
Lucro Bruto	2.431.259	2.467.700	97.354	365.809	50.362	138.825	(661.583)	4.889.726
Despesas vendas e administrativas (Nota 23)	(738.655)	(69.364)	(22.743)	(100.062)	(20.384)	(68.219)	(340.538)	(1.359.965)
Depreciação (Nota 10 b)	761.086	219.742	7.272	140.551	17.067	30.631	(82.519)	1.093.830
Ebitda proporcional de controladas em conjunto							780.606	780.606
EBITDA ajustado	2.453.690	2.618.078	81.883	406.298	47.045	101.237	(304.034)	5.404.197

								31/12/2013
Vendas por área geográfica	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas / Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferrovária				
Ásia	45.105	3.610.625						3.655.730
América do Norte	635.749							635.749
América Latina	153.027							153.027
Europa	1.839.732	1.006.129						2.845.861
Outras	23.858						(1.248.867)	(1.225.009)
Mercado externo	2.697.471	4.616.754					(1.248.867)	6.065.358
Mercado interno	9.695.736	679.974	194.842	1.074.216	211.797	415.577	(1.025.068)	11.247.074
TOTAL	12.393.207	5.296.728	194.842	1.074.216	211.797	415.577	(2.273.935)	17.312.432

								31/12/2012
Resultado	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas / Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferrovária				
Toneladas (mil) - (não auditado) (*)	5.828.718	20.181.321				1.972.020		
Receitas líquidas								
Mercado interno	8.478.244	713.445	151.514	1.066.756	228.667	387.672	(567.486)	10.458.812
Mercado externo	2.324.038	3.772.104					(1.326.365)	4.769.777
Total receita líquida (nota 22)	10.802.282	4.485.549	151.514	1.066.756	228.667	387.672	(1.893.851)	15.228.589
Custo produtos e serviços vendidos (Nota 23)	(8.867.820)	(2.449.839)	(82.585)	(729.684)	(153.031)	(286.316)	1.310.608	(11.258.667)
Lucro Bruto	1.934.462	2.035.710	68.929	337.072	75.636	101.356	(583.243)	3.969.922
Despesas vendas e administrativas (Nota 23)	(616.976)	(59.404)	(20.482)	(95.246)	(21.792)	(68.195)	(359.313)	(1.241.408)
Depreciação (Nota 10 b)	750.507	190.019	6.653	139.386	17.238	26.902	(44.972)	1.085.733
Ebitda proporcional de controladas em conjunto							717.627	717.627
EBITDA ajustado	2.067.993	2.166.325	55.100	381.212	71.082	60.063	(269.901)	4.531.874

								31/12/2012
Vendas por área geográfica	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas / Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferrovária				
Ásia	30.495	2.964.154						2.994.649
América do Norte	585.505	16.589						602.094
América Latina	203.069							203.069
Europa	1.491.195	791.361						2.282.556
Outras	13.774						(1.326.365)	(1.312.591)
Mercado externo	2.324.038	3.772.104					(1.326.365)	4.769.777
Mercado interno	8.478.244	713.445	151.514	1.066.756	228.667	387.672	(567.486)	10.458.812
TOTAL	10.802.282	4.485.549	151.514	1.066.756	228.667	387.672	(1.893.851)	15.228.589

(*) Os volumes de vendas de minério apresentados nesta nota consideram as vendas da empresa e a participação em suas controladas e controladas em conjunto (Namisa 60%).

O EBITDA Ajustado é a medição pela qual o principal gestor das operações da entidade avalia a performance dos segmentos e a capacidade de geração recorrente de caixa operacional, consistindo no lucro líquido eliminando-se o resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização, resultado de participação em investimentos e o resultado de outras receitas (despesas) operacionais acrescido do Ebitda proporcional das controladas em conjunto. Apesar de ser um indicador utilizado na mensuração dos segmentos, esta não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possuindo uma definição padrão e podendo não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Como requerido pelo IFRS 8, segue abaixo a conciliação da medida utilizada pelo gestor das operações com o resultado apurado de acordo com as práticas contábeis.

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	533.994	(480.574)
Depreciação (Nota 10 b)	1.093.830	1.085.733
IR e CSLL (Nota 15)	74.161	(952.208)
Resultado financeiro (Nota 25)	2.511.599	2.151.351
EBITDA	4.213.584	1.804.302
Outras receitas (despesas) operacionais (Nota 24)	568.145	2.651.381
Resultado equivalência patrimonial	(158.138)	(641.436)
Ebitda proporcional de controladas em conjunto	780.606	717.627
EBITDA ajustado (*)	5.404.197	4.531.874

(*) A Companhia divulga seu EBITDA ajustado, excluindo a participação em investimentos, e outras receitas (despesas) operacionais, por entender que não devem ser consideradas no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.

27. LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) POR AÇÃO (LPA)

Lucro líquido/(prejuízo) por ação básico:

O lucro/(prejuízo) por ação básico foi calculado com base no lucro atribuível aos acionistas controladores da CSN dividido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas e mantidas como ações em tesouraria e foi calculado como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
	Ações ordinárias		Ações ordinárias	
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício				
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	509.025	(420.113)	509.025	(420.113)
Média ponderada da quantidade de ações	1.457.970	1.457.970	1.457.970	1.457.970
LPA Básico e Diluído	0,34913	(0,28815)	0,34913	(0,28815)

28. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os planos de pensão concedidos pela Companhia cobrem substancialmente todos os funcionários. Os planos são administrados pela Caixa Beneficente dos Empregados da CSN ("CBS"), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, estabelecido em julho de 1960, que possui como seus membros funcionários (e ex-funcionários) da controladora e de algumas subsidiárias que se uniram ao fundo por meio de convênio de adesão, além dos próprios funcionários da CBS. A Diretoria Executiva da CBS é formada por um presidente e dois diretores, todos indicados pela CSN, principal patrocinador da CBS. O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação e orientação superior da CBS, presidido pelo presidente do fundo de pensão e dez membros, seis deles escolhidos pela CSN, principal patrocinadora da CBS, e quatro deles eleitos pelos participantes.

Até dezembro de 1995, a CBS Previdência administrava dois planos de benefício definido baseados em anos de serviço, salário e benefícios de seguridade social. Em 27 de dezembro de 1995, a então Secretaria de Previdência Complementar ("SPC") aprovou a implementação de um novo plano de benefício, vigente a partir da referida data, denominado Plano Misto de Benefício Suplementar ("Plano Misto"), estruturado sob a forma de plano de contribuição variável. Funcionários contratados após essa data podem aderir apenas ao novo plano ("Plano Misto"). Adicionalmente, todos os funcionários ativos que foram participantes dos antigos planos de benefícios definido tiveram a oportunidade de mudar para o novo Plano Misto.

Em 31 de dezembro de 2013 a CBS tinha 33.939 participantes (33.037 em 31 de dezembro de 2012), dos quais 19.325 eram contribuintes ativos (18.262 em 31 de dezembro de 2012), 9.460 eram funcionários aposentados (9.587 em 31 de dezembro de 2012) e 5.154 eram beneficiários vinculados (5.188 em 31 de dezembro de 2012). Do total de participantes em 31 de dezembro de 2013, 13.061 pertencem ao plano de benefício definido, 18.547 ao plano misto, 1.568 ao plano CBSPrev Namisa e 763 ao plano CBSPrev.

Os recursos garantidores da CBS estão investidos, principalmente, em operações compromissadas (com lastro em títulos públicos federais), títulos públicos federais indexados à inflação, ações, empréstimos e imóveis. Em 31 de dezembro de 2013 a CBS detinha 12.788.231 ações ordinárias da CSN (12.788.231 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2012). Os recursos garantidores totais da entidade totalizaram R\$4,1 bilhões em 31 de dezembro de 2013 (R\$4,3 bilhões em 31 de dezembro de 2012). Os administradores de fundos da CBS procuram combinar os ativos do plano com as obrigações de benefício a pagar no longo prazo. Os fundos de pensão no Brasil estão sujeitos a certas restrições relacionadas à sua capacidade de investimento em ativos estrangeiros e, conseqüentemente, os fundos investem principalmente em títulos no Brasil.

São considerados Recursos Garantidores, os ativos disponíveis e de investimentos dos Planos de Benefícios, não computados os valores de dívidas contratadas com patrocinadores.

Para os planos de benefício definido “35% da média salarial” e “Plano de Suplementação da média salarial”, a Companhia mantém garantia financeira com a CBS Previdência, entidade que administra os mencionados planos, com o objetivo de manter o equilíbrio financeiro e atuarial, caso venha a ocorrer qualquer situação futura de perda atuarial ou ganho atuarial. Atendendo ao previsto em legislação vigente, específica para o mercado de fundos de pensão, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2013, não houve necessidade de pagamento das parcelas por parte da CSN, visto que os planos de benefício definido apresentaram ganhos atuariais no período.

a. Descrição dos planos de pensão

Plano de 35% da média salarial

Este plano teve início em 01 de fevereiro de 1966 e é um plano de benefício definido, cujo objetivo é pagar aposentadorias (tempo de serviço, especial, invalidez ou velhice) de forma vitalícia, equivalente a 35% da média corrigida dos 12 últimos salários do participante. O plano também garante o pagamento de auxílio doença ao participante licenciado pela Previdência Oficial e garante, ainda, o pagamento de pecúlio, auxílio morte e auxílio pecuniário. Este plano foi desativado em 31 de outubro de 1977, quando entrou em vigor o plano de suplementação da média salarial.

Plano de suplementação da média salarial

Este plano teve início em 01 de novembro de 1977 e é um plano de benefício definido. Tem por objetivo complementar a diferença entre a média corrigida dos 12 últimos salários do participante e o benefício da Previdência Oficial para as aposentadorias, também de forma vitalícia. Assim como no plano de 35%, há a cobertura dos benefícios de auxílio doença, pecúlio por morte e pensão. Este plano foi desativado em 26 de dezembro de 1995, com a criação do plano misto de benefício suplementar.

Plano misto de benefício suplementar

Iniciado em 27 de dezembro de 1995, é um plano de contribuição variável. Além do benefício programado de aposentadoria é previsto o pagamento de benefícios de risco (pensão em atividade, invalidez e auxílio doença/auxílio acidente). Neste plano, o benefício de aposentadoria é calculado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, bem como na opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo, que pode ser vitalícia (com ou sem continuidade de pensão por morte) ou por um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício (perda por prazo indeterminado). Depois de concedida a aposentadoria, o plano passa a ter a característica de um plano benefício definido. Este plano foi desativado em 16 de outubro de 2013, quando entrou em vigor o plano CBSPrev.

Plano CBS Prev

Em 16 de setembro de 2013, teve início o novo plano de previdência CBS Prev, que é um plano de contribuição definida. Neste plano, o benefício da aposentadoria é determinado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores. A opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo pode ser: (a) receber uma parte à vista (até 25%) e o saldo remanescente, através de renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício, não sendo aplicável aos benefícios de pensão por morte, (b) receber somente por renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício.

Com a criação do plano CBSPrev, o Plano misto de benefício suplementar foi desativado para entrada de novos participantes a partir de 16 de setembro de 2013.

b. Política de investimento

A política de investimento estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos de recursos confiados à entidade, com o objetivo de promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre os ativos e passivos do plano, baseada no estudo de ALM (*Asset Liability Management*), que leva em consideração os benefícios dos participantes e assistidos de cada plano.

O plano de investimento é revisado anualmente e aprovado pelo Conselho Deliberativo, considerando um horizonte de 5 anos, conforme estabelece a resolução CGPC n. 7, de 4 de dezembro de 2003. Os limites e critérios de investimento estabelecidos na política baseiam-se na Resolução 3.792/09, publicada pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN").

c. Benefícios a empregados

Os cálculos atuariais são atualizados, ao final de cada exercício, por atuários externos e apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados e IAS 19 – *Employee Benefits*.

	31/12/2013		31/12/2012	
	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
Benefícios de planos de pensão (nota 8)	97.051	93.546	11.139	17.939
Benefícios de saúde pós-emprego			473.966	547.652
	97.051	93.546	485.105	565.591

A conciliação dos ativos e passivos dos benefícios a empregados é apresentada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Valor presente da obrigação de benefício definido	2.263.012	2.666.261
Valor justo dos ativos do plano	(2.684.783)	(2.923.483)
Déficit/(Superávit)	(421.771)	(257.222)
Restrição ao ativo atuarial devido a limitação de recuperação	335.859	181.615
Passivo / (Ativo) Líquido	(85.912)	(75.607)
Passivos	11.139	17.939
Ativos	(97.051)	(93.546)
Passivo/ (Ativo) líquido reconhecido no balanço patrimonial	(85.912)	(75.607)

A movimentação no valor presente da obrigação de benefício definido durante o exercício de 2013 é demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Valor presente das obrigações no início do exercício	2.666.261	2.153.649
Custo do serviço	6.375	5.801
Custo dos juros	239.310	215.850
Benefícios pagos	(208.951)	(193.563)
Perda/(ganho) atuarial	(439.983)	484.524
Valor presente das obrigações no final do exercício	2.263.012	2.666.261

A movimentação no valor justo dos ativos do plano durante o exercício de 2013 é demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Valor justo dos ativos no início do exercício	(2.923.483)	(2.384.450)
Retorno esperado dos ativos do plano	(263.410)	(272.406)
Contribuições dos patrocinadores		(3.797)
Benefícios pagos	208.951	193.563
Ganhos/(perdas) atuariais	293.159	(456.393)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	(2.684.783)	(2.923.483)

A composição dos valores reconhecidos na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2013 é demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Custos de serviços correntes	6.375	5.801
Custos de juros	239.310	215.850
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(263.410)	(272.406)
Juros sobre o efeito do limite de ativo	16.908	
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício anterior		(3.797)
	(817)	(54.552)
Total dos custos /(receita) não reconhecida (*)	168	(37.477)
Total dos custos /(receita) reconhecido na demonstração do resultado	(985)	(17.075)
Total dos custos (receitas), líquidos (*)	(817)	(54.552)

(*) Efeito do limite do parágrafo 58 (b) do CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados IAS 19 – *Employee Benefits*.

O (custo)/receita é reconhecido na demonstração do resultado em outras despesas operacionais.

A movimentação dos ganhos e perdas atuariais em 2013 está demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
(Ganhos) e perdas atuariais	(146.823)	28.131
Restrição devido a limitação de recuperação	137.336	6.688
	(9.487)	34.819
(Ganhos) e perdas atuariais reconhecido em outros resultados abrangentes	(9.319)	(2.658)
(Ganhos) e perdas atuariais não reconhecidos (*)	(168)	37.477
Custo total de (ganhos) e perdas atuariais	(9.487)	34.819

(*) (Ganhos)/Perda atuarial são decorrentes de flutuação nos investimentos que compõe a carteira de ativos da CBS.

Abertura dos ganhos e perdas atuariais:

	31/12/2013
(Ganho)/perda decorrente de mudança de hipóteses demográficas (*)	57.015
(Ganho)/perda decorrente de mudança de hipóteses financeiras (*)	(586.272)
(Ganho)/perda decorrente de ajustes da experiência	89.275
Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros)	293.160
(Ganhos) e perdas atuariais	(146.822)

(*) Abertura requerida com base no item 41 do CPC 33 (R1).

O histórico de ganhos e perdas atuariais é como segue:

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Valor presente das obrigações do benefício definido	2.263.012	2.666.261	2.153.649	1.982.556	1.731.767	(1.415.029)
Valor justo dos ativos do plano	(2.684.783)	(2.923.483)	(2.384.450)	(2.316.018)	(2.160.158)	1.396.350
Déficit / (Superávit)	(421.771)	(257.222)	(230.801)	(333.462)	(428.391)	(18.679)
Ajustes de experiência nas obrigações do plano	(439.983)	484.524	141.674	225.341	287.146	
Ajustes de experiência nos ativos do plano	(293.159)	456.393	(81.038)	40.669	664.341	

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	31/12/2013	31/12/2012
Método atuarial de financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Moeda funcional	Real (R\$)	Real (R\$)
Contabilização dos ativos do plano	Valor de mercado	Valor de mercado
Valor utilizado como estimativa do patrimônio de fechamento do exercício	Melhor estimativa para patrimônio na data de encerramento do exercício fiscal, obtida a partir da projeção dos valores contabilizados de outubro	Melhor estimativa para patrimônio na data de encerramento do exercício fiscal, obtida a partir da projeção dos valores contabilizados de outubro
Taxa de desconto nominal	11,83%	9,31%
Taxa de inflação	5,00%	5,00%
Taxa de aumento nominal do salário	6,05%	6,05%
Taxa de aumento nominal do benefício	6,05%	5,00%
Taxa de retorno dos investimentos	11,83%	9,31%
Tábua de mortalidade geral	Plano Milênio e Plano de Assistência Médica: AT 2000 segregada por sexo Planos 35% e Suplementação da Média Salarial: AT 2000 segregada por sexo (suavizada)	AT 2000 segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability com probabilidades multiplicadas por 2	Mercer Disability com probabilidades multiplicadas por 2
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss - 1%	Winklevoss - 1%
Tábua de rotatividade	Plano milênio 3% ao ano, nula para os planos BD	Plano milênio 3% ao ano, nula para os planos BD
Idade de aposentadoria	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano
Composição familiar dos participantes em atividade	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido

As premissas referente a tábua de mortalidade são baseadas em estatísticas publicadas e tabelas de mortalidade. Essas tábuas se traduzem em uma expectativa média de vida em anos do empregado que se aposenta aos 65 anos, dados:

	31/12/2013	31/12/2012
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais		
Masculino	20,45	19,55
Feminino	23,02	22,17
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais de 40 anos		
Masculino	20,45	19,55
Feminino	23,02	22,17

Alocação dos ativos do plano:

	31/12/2013	31/12/2012
Renda Variável	118.596 4,42%	110.668 3,79%
Renda Fixa	2.398.472 89,34%	2.631.187 90,00%
Imóveis	107.386 4,00%	118.739 4,06%
Outros	60.329 2,24%	62.889 2,15%
Total	2.684.783 100,00%	2.923.483 100,00%

O retorno real dos ativos do plano foi de R\$29.749 em 31 de dezembro de 2013 (R\$728.800 em 31 de dezembro de 2012).

Os ativos aplicados em renda variável estão investidos, principalmente, em ações da CSN.

Ativos em renda fixa são compostos principalmente de debêntures, Certificados de Depósito Interbancário ("CDI") e Notas do Tesouro Nacional ("NTN-B").

Os bens imóveis referem-se a edifícios avaliados por uma empresa especializada de avaliação de ativos. Não existem ativos em uso pela CSN e suas subsidiárias.

Para os planos de benefício definido a despesa em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$740 (R\$5.256 em 31 de dezembro de 2012).

Para o plano misto de benefício suplementar, que possui componentes de contribuição definida, a despesa em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$31.542 (R\$31.657 em 31 de dezembro de 2012).

Para o plano de contribuição definida CBSPrev Namisa, a despesa em 2013 foi de R\$1.427 (R\$1.466 em 31 de dezembro de 2012).

Para o plano de contribuição definido CBSPrev, a despesa em 2013 foi de R\$1.122.

d. Contribuições esperadas

Não há contribuições esperadas que serão pagas para os planos de benefícios definidos em 2014.

Para o plano misto de benefício suplementar, que possui componentes de contribuição definida, as contribuições esperadas de R\$31.820 serão pagas em 2014.

e. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade quantitativa em relação a hipóteses significativas, para os planos de pensão em 31 de dezembro de 2013 é demonstrada abaixo:

31/12/2013						
	Plano de 35% da Média Salarial		Plano de Suplementação da Média Salarial		Plano Misto de Benefício Suplementar (Plano Milênio)	
Hipótese: Taxa de Desconto						
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	38	(53)	(302)	248	(1.129)	(1.129)
Efeito no valor presente das obrigações	(12.970)	13.980	(58.025)	62.661	(23.372)	(23.372)
Hipótese: Crescimento Salarial						
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais			9	(8)	132	(127)
Efeito no valor presente das obrigações	4	(4)	47	(47)	206	(201)
Hipótese: Tábua de Mortalidade						
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	(860)	849	(3.268)	3.189	311	(236)
Efeito no valor presente das obrigações	(7.271)	7.176	(27.617)	26.950	(3.693)	3.629
Hipótese: Reajuste de Benefícios						
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	659	(624)	2.341	(2.220)	273	(273)
Efeito no valor presente das obrigações	5.571	(5.272)	19.730	(18.713)	2.307	(2.307)

Seguem os benefícios esperados para os exercícios futuros para os planos de benefícios definidos:

Pagamento de benefícios esperados	2013
Ano 1	160.574
Ano 2	165.456
Ano 3	162.841
Ano 4	160.059
Ano 5	157.109
Próximos 5 anos	735.292
Total de pagamentos esperados	1.541.331

f. Plano de benefício de saúde – pós-emprego

Refere-se ao plano de saúde criado em 01 de dezembro de 1996 exclusivamente para contemplar ex-empregados aposentados, pensionistas, anistiados, ex-combatentes, viúvas de acidentados do trabalho e aposentados até 20 de março de 1997 e seus respectivos dependentes legais, desde então, o plano de saúde não permite a inclusão de novos beneficiários. O Plano é patrocinado pela CSN e administrado pela Caixa Beneficente dos Empregados da Cia Siderúrgica Nacional – CBS.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial foram determinados como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Valor presente das obrigações	473.966	547.652
Passivo	473.966	547.652

A conciliação dos passivos dos benefícios de saúde é apresentada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Passivo atuarial no início do exercício	547.652	457.377
Custo do serviço corrente	49.164	45.967
Contribuições da patrimonial vertidas no exercício anterior	(34.691)	(32.874)
Reconhecimento do (ganho)/perda do ano	(88.159)	77.182
Passivo atuarial no final do exercício	473.966	547.652

Para o plano de benefício de saúde – pós-emprego, a despesa em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$55.720 (R\$51.234 em 31 de dezembro de 2012).

Os ganhos e perdas atuariais reconhecidas no patrimônio líquido estão demonstrados a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
(Ganhos)/Perda atuarial na obrigação	(88.159)	77.182
(Ganhos)/Perda reconhecida no patrimônio líquido	(88.159)	77.182

O histórico de ganhos e perdas atuariais são os seguintes:

	31/12/2013	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Valor presente da obrigação de benefício definido	473.966	547.652	457.377	367.839	317.145	(296.608)
Déficit/(Superávit)	473.966	547.652	457.377	367.839	317.145	(296.608)
Ajustes de experiência nas obrigações do plano	(88.159)	77.182	84.575	48.301	17.232	9.023

O efeito de uma movimentação de 1% na taxa de tendência presumida do custo de saúde é como segue:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Aumento	Redução	Aumento	Redução
Efeito no total do custo do serviço corrente e do custo financeiro	5.472	(4.683)		
Efeito na obrigação do benefício definido	46.275	(39.605)	54.292	(46.668)

As premissas atuariais usadas para o cálculo dos benefícios de saúde pós-emprego foram:

	31/12/2013	31/12/2012
Biométricas		
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 segregada por sexo	AT 2000 segregada por sexo
Rotatividade	N/A	N/A
Composição familiar	Composição Real	Composição Real
Financeiras		
Taxa nominal de desconto atuarial	11,83%	9,31%
Inflação	5,00%	5,00%
Aumento nominal dos custos médicos em função da idade	5,53% - 8,15%	5,53% - 8,15%
Taxa de crescimento nominal dos custos dos serviços médicos	8,15%	8,15%
Custo médico médio	380,05	345,61

g. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade quantitativa em relação a hipóteses significativas, para o benefício de saúde pós-emprego em 31 de dezembro de 2013 é demonstrada abaixo:

	31/12/2013	
	Plano de Assistência Médica	
Hipótese: Taxa de Desconto	Hipótese: Taxa de Desconto	
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	14.986	15.107
Efeito no valor presente das obrigações	(18.916)	20.579
Hipótese: Crescimento Salarial	Hipótese: Inflação Médica	
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	20.519	10.364
Efeito no valor presente das obrigações	46.275	(39.605)
Hipótese: Tábua de Mortalidade	Hipótese: Tábua de Mortalidade	
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	12.426	17.750
Efeito no valor presente das obrigações	(22.161)	22.858

Seguem os benefícios esperados para os exercícios futuros para os planos de benefício de saúde pós-emprego:

Pagamento de benefícios esperados	2013
Ano 1	39.577
Ano 2	37.400
Ano 3	35.235
Ano 4	33.089
Ano 5	30.966
Próximos 5 anos	124.419
Total de pagamentos esperados	300.686

29. AVAIS E FIANÇAS

A Companhia possui responsabilidade por garantias fiduciárias junto às suas controladas e controladas em conjunto, como apresentado a seguir:

	Moeda	Vencimentos	Empréstimos		Execução fiscal		Outros		Total	
			31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Transnordestina Logística	R\$	Até 08/12/2027 e indeterminado	1.875.360	1.626.509	20.600	1.800	168.009	4.866	2.063.969	1.633.175
FTL - Ferrovia Transnordestina	R\$	15/11/2020	125.250						125.250	
CSN Cimentos	R\$	Até 25/10/2015 e indeterminado			26.423	25.403	39.287	42.397	65.710	67.800
Prada	R\$	Até 07/02/2014 e indeterminado			10.133	10.133	21.916	21.616	32.049	31.749
Itá Energética	R\$			7.326						7.326
CSN Energia	R\$	Indeterminado			2.829	4.192			2.829	4.192
Congonhas Minérios	R\$	21/05/2019	2.000.000	2.000.000					2.000.000	2.000.000
Fundação CSN	R\$	Indeterminado	1.003	1.003					1.003	1.003
Total em R\$			4.001.613	3.634.838	59.985	41.528	229.212	68.879	4.290.810	3.745.245
CSN Islands VIII	US\$			550.000						550.000
CSN Islands IX	US\$	15/01/2015	400.000	400.000					400.000	400.000
CSN Islands XI	US\$	21/09/2019	750.000	750.000					750.000	750.000
CSN Islands XII	US\$	Perpétuo	1.000.000	1.000.000					1.000.000	1.000.000
CSN Resources	US\$	21/07/2020	1.200.000	1.200.000					1.200.000	1.200.000
Sepetiba Tecon	US\$	15/03/2014	15.708						15.708	
CSN Handel	US\$	27/06/2015	100.000						100.000	
Total em US\$			3.465.708	3.900.000					3.465.708	3.900.000
CSN Steel S.L.	EUR	31/01/2020	120.000	120.000					120.000	120.000
Total em EUR			120.000	120.000					120.000	120.000
Total em R\$			8.505.948	8.218.991	59.985	41.528	229.212	68.879	12.796.758	11.964.236

30. COMPROMISSOS

a. Contratos “take-or-pay”

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia possuía contratos de “take-or-pay”, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Contraparte	Natureza do serviço	Condições do contrato	Pagamentos no período		2014	2015	2016	2017	Após 2017	Total
			2012	2013						
MRS Logística	Transporte de minério de ferro	Cláusula contratual para garantia de receita sobre frete ferroviário. No caso da CSN significa um pagamento mínimo de 80% sobre o orçamento de transporte.	142.190	100.368	214.639	214.639	107.319			536.597
MRS Logística	Transporte de produtos siderúrgicos	Transporte de pelo menos 80% do volume anual acordado com a MRS.	68.248	66.047	65.516	65.516	27.298			158.330
MRS Logística	Transporte de minério de ferro, carvão e coque	Transporte de 8.280.000 ton a.a. de minério de ferro e de 3.600.000 ton a.a. de carvão, coque e outros redutores.	23.334	128.387	132.770	132.770	132.770	132.770	1.194.931	1.726.011
FCA (*)	Transporte de produtos de mineração	Transporte de no mínimo 1.900.000 toneladas a.a.	734	4.101						
FCA	Transporte ferroviário pela FCA à CSN Cimentos de cliquer	Transporte de no mínimo 675.000 toneladas a.a. de clínquer em 2011 e de 738.000 toneladas a.a. de clínquer a partir de 2012.	2.733	1.478	27.300	27.300	27.300	27.300	63.701	172.901
White Martins	Fornecimento de gás (oxigênio, nitrogênio e argônio)	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 90% do volume anual de gás contratado com a White Martins.	110.999	27.941	95.301	95.301	95.301			285.903
CEG Rio	Fornecimento de gás natural	A CSN se compromete a adquirir pelo 70% do volume mensal de Gás Natural.	441.804	438.504	145.416					145.416
Vale S.A	Fornecimento de pelotas de minério de ferro	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 90% do volume de pelotas de minério de ferro garantido em contrato. A apuração do montante de take or pay ocorre a cada 18 meses.	444.642	383.327	114.962					114.962
Compagás	Fornecimento de gás natural	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 80% do volume anual de gás natural contratado com a Compagás.	18.874	18.414	18.349	18.349	18.349	18.349	128.446	201.842
COPEL	Fornecimento de energia	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 80% do volume anual de energia contratado com a COPEL.	15.202	18.697	8.553	8.553	8.553	8.553	28.510	62.722
K&K Tecnologia	Beneficiamento de Lama de Alto Forno gerada no processo de produção de gusa	A CSN se compromete a fornecer pelo menos 3.000 toneladas por mês de Lama de AF para processamento na Planta de concentração de Lama da K&K.	7.585	8.460	7.074	7.074	7.074	7.074	44.212	72.508
Harsco Metals	Beneficiamento de escória resultante do processo de produção de gusa e aço	A Harsco Metals se compromete a executar o Beneficiamento de Metalicos e Britagem de Escoria resultante do processo de produção de gusa e aço da CSN, recebendo por este beneficiamento o equivalente em valor ao resultado da multiplicação do preço unitário (R\$/t) pela produção total de Aço Líquido da Aciaria da CSN, com a garantia de produção mínima de Aço Líquido correspondente a 400.000 toneladas.	40.506	42.504	15.944					15.944
Siemens	Industrialização, reparo, recuperação e fabricação, das unidades de máquina de lingotamento	A Siemens se compromete a industrializar, reparar, recuperar e fabricar, no todo ou em parte, das unidades de máquina de lingotamento para prover as necessárias manutenções off-line e on-line dos Conjuntos de Máquinas de Lingotamento Contínuo da Usina Presidente Vargas (UPV). O pagamento ocorre por R\$/ ton de placa de aço produzida.	46.424	40.596	17.213					17.213
(*) encontra-se em fase de re-negociação.			1.363.275	1.278.824	863.037	569.502	423.964	194.046	1.459.800	3.510.349

b. Contratos de concessão

Os pagamentos mínimos futuros referente a concessões governamentais, em 31 de dezembro de 2013, vencem conforme demonstrado na tabela abaixo:

Empresa Concessão	Natureza do serviço	2014	2015	2016	2017	Após 2017	Total
MRS	Concessão de 30 anos renováveis por mais 30 anos, prestando serviços de transporte ferroviário de minério de ferro das minas de Casa de Pedra em Minas Gerais, coque e carvão do Porto de Itaguaí no Rio de Janeiro para Volta Redonda, transporte das exportações para os Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro e escoamento de material acabado para mercado interno.	90.952	90.952	90.952	90.952	750.356	1.114.164
FTL (Ferrovia Transnordestina Logística)	Concessão de 30 anos concedida em 31 de dezembro de 1997, renovável por mais 30 anos, para desenvolvimento de serviço público de exploração do sistema ferroviário do nordeste do Brasil. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária e opera no Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte.	7.296	7.296	7.296	7.296	68.702	97.886
Tecar	Concessão para operar a TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro, por um período a vencer em 2022 e renovável por mais 25 anos.	185.771	185.771	185.771	185.771	928.855	1.671.939
Tecon	Concessão de 25 anos iniciada em julho de 2001, renovável por mais 25 anos, para operar o terminal de contêiner no Porto de Itaguaí.	24.756	24.756	24.756	24.756	198.045	297.069
		308.775	308.775	308.775	308.775	1.945.958	3.181.058

c. Projetos e outros compromissos

• Siderurgia – Aços planos e longos

A CSN pretende produzir 500.000 toneladas a.a. de produtos de aços longos, projetando-se 400.000 ton/ano de vergalhão e 100.000 ton/ano de fio-máquina. As instalações utilizarão sucata e gusa como principais matérias-primas.

• Projeto de minério de ferro

O plano de expansão projeta produzir 89 Mtpa de produtos de minério de ferro e capacidade portuária de 84 Mtpa no TECAR. Em uma primeira fase, a CSN projeta produzir até 66 Mtpa de minério de ferro e investe na expansão da capacidade do porto marítimo em Itaguaí, ou TECAR, para um patamar de 60 Mtpa. As importações de carvão e coque são feitas por meio do terminal TECAR.

As importações de carvão e coque são feitas por meio do terminal TECAR cujo prazo do contrato de concessão é de 25 anos prorrogáveis por mais 25 anos.

Na extinção da concessão, retomarão à CDRJ (Companhia Docas do Rio de Janeiro) todos os direitos e privilégios transferidos à CSN, junto com os bens de posse da CSN e aqueles resultantes de investimentos por esta efetivados em bens arrendados, declarados reversíveis pela CDRJ por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido. Os bens declarados reversíveis serão indenizados pela CDRJ pelo valor residual do seu custo, depois de deduzidas as depreciações/amortizações.

• Projeto Nova Transnordestina

O Projeto Nova Transnordestina inclui 1.728 km adicionais de malha ferroviária de última geração de grande calibragem. O projeto apresenta-se com evolução de 39% o qual tem previsão de conclusão até final de 2016. A Companhia espera que os investimentos permitam à Transnordestina Logística S. A. aumentar o transporte de vários produtos, como minério de ferro, pedra calcária, soja, algodão, cana-de-açúcar, fertilizantes, petróleo e combustíveis. Concessionária detentora do Projeto Nova Transnordestina, detém a concessão até o prazo máximo de 2057, podendo ser encerrado antes desse prazo caso o concessionário atinja o retorno mínimo acordado com o Governo. A Transnordestina obteve certas autorizações ambientais exigidas, adquiriu partes de equipamentos e serviços e a implementação está avançada em certas regiões.

As fontes de financiamento do projeto são: (i) financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste/ FNE e BNDES, (ii) debêntures de emissão do FDNE, (iii) contratos de uso da Via Permanente e (iv) participação em capital da CSN e acionistas públicos. O investimento aprovado para a obra é de R\$7.542.000, sendo que o saldo de recursos a desembolsar será

atualizado pelo IPCA a partir da data base abril de 2012. Caso sejam necessários recursos adicionais, serão viabilizados pela CSN e/ou terceiros por intermédio da celebração de Contratos de Uso da Via Permanente.

A Companhia garante 100% dos financiamentos obtidos pela TLSA junto ao Banco do Nordeste/FNE e ao BNDES, bem como 40% das debêntures de emissão do FDNE. Nos termos do regulamento do FDNE aprovado pelo Decreto Federal no. 6.952/2009, bem como do Acordo de Investimentos firmado com os acionistas/ financiadores públicos, 50% das debêntures deverão ser convertidas em aumento de capital da TLSA.

- **Expansão Cimentos Sudeste**

Em adição à produção atual de aproximadamente 2,4 Mtpa na Unidade Presidente Vargas no Rio de Janeiro, a CSN planeja uma expansão da operação de cimentos para 5,4 Mtpa, sendo que esse volume adicional de 3 Mtpa será obtido através da instalação de uma planta integrada com moinho de cimentos e forno de clínquer, no Estado de Minas Gerais, onde a empresa já opera um forno de clínquer utilizando calcário de mina própria. A empresa avalia oportunidades de crescimento em outras regiões.

- **Projeto de Plataforma Logística da CSN de Itaguaí**

Conforme os termos da concessão, a CSN é responsável por descarregar pelo menos 3,0 milhões de toneladas de carvão e coque dos fornecedores da CSN por meio do terminal anualmente, assim como embarques de minério. Entre os investimentos aprovados anunciados pela CSN, destaca-se o desenvolvimento e a expansão do terminal de granéis sólidos em Itaguaí para lidar também com até 84 milhões de toneladas de minério de ferro ao ano.

- **Contratos de longo prazo com Namisa**

A Companhia celebrou contratos de longo prazo com a Namisa, para prestação de serviços de operação portuária e fornecimento de minério de ferro bruto (ROM) da mina Casa de Pedra, conforme descrito a seguir:

- i. Contrato de serviço de operação portuária**

Em 30 de dezembro de 2008, a CSN celebrou contrato para a prestação de serviços portuários para a Namisa, por prazo de 34 anos, que consiste em receber, manusear, estocar e embarcar minério de ferro da Namisa em volumes anuais que variam de 18,0 a 39,0 milhões de toneladas. A CSN recebeu aproximadamente R\$5,3 bilhões como antecipação de parte dos pagamentos devidos pelos serviços a serem prestados sob este contrato. O valor desses serviços portuários é revisado trimestralmente e ajustado, considerando as mudanças no preço de mercado do minério de ferro.

- ii. ROM de alta sílica**

Em 30 de dezembro de 2008, a CSN celebrou contrato de fornecimento de minério de ferro bruto (ROM) de alta sílica para a Namisa, por prazo de 30 anos, em volumes que variam de 42,0 a 54,0 milhões de toneladas ao ano. A CSN recebeu aproximadamente R\$1,6 bilhão como antecipação de parte dos pagamentos devidos pelos fornecimentos a serem feitos sob este contrato. O valor do fornecimento é revisado trimestralmente e ajustado, considerando as mudanças no preço de mercado do minério de ferro.

- iii. ROM de baixa sílica**

Em 30 de dezembro de 2008, a CSN celebrou contrato de fornecimento de minério de ferro bruto (ROM) de baixa sílica para a Namisa, por prazo de 35 anos, em volumes que variam de 2,8 a 5,04 milhões de toneladas ao ano. A CSN recebeu aproximadamente R\$424 milhões como antecipação de parte dos pagamentos devidos pelos fornecimentos a serem feitos sob este contrato. O valor do fornecimento é revisado trimestralmente e ajustado, considerando as mudanças no preço de mercado do minério de ferro.

31. SEGUROS

Visando a adequada mitigação dos riscos e face à natureza de suas operações, a Companhia e suas Controladas contratam vários tipos diferentes de apólice de seguros. As apólices são contratadas em linha com a política de Gestão de Riscos e são similares aos seguros contratados por outras empresas do mesmo ramo de atuação da CSN e suas controladas. As coberturas destas apólices incluem: Transporte Nacional, Transporte Internacional, Responsabilidade Civil Transportador, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais, Saúde, Frota de Veículos, D&O (Seguro de Responsabilidade Civil Administradores), Responsabilidade Civil Geral, Riscos de Engenharia, Riscos Diversos, Crédito a Exportação, Seguro Garantia e Responsabilidade Civil Operador Portuário.

Em 2013, após negociação com seguradoras e resseguradores no Brasil e no exterior, foi emitida apólice de Seguro para contratação de apólice de Risco Operacional de Danos Materiais e Lucros Cessantes, com vigência de 30 de Junho de 2013 a 30 de Junho de 2014. Nos termos da apólice, o Limite Máximo de Indenização é de US\$500.000.000 e cobre as seguintes unidades e controladas da Companhia: Usina Presidente Vargas, Mineração Casa de Pedra, CSN Paraná, Terminal de cargas Tecar, Terminal Tecon, Namisa, CSN Handel e Namisa Handel. A CSN se responsabiliza pela primeira faixa de retenção de US\$ 300.000.000 em excesso às franquias de danos materiais e lucros cessantes.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

32. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de renda e contribuição social pagos	45.388	72.780		
Adição ao imobilizado com capitalização de juros	490.747	401.827	309.073	276.596
Aquisição de imobilizado sem adição de caixa				373.673
Redução de capital sem efeito caixa	153.305			
Aquisição de prejuízo fiscal e base negativa de controladas			297.450	
Capitalização em controlada de empréstimo concedido			152.927	
	689.440	474.607	759.450	650.269

33. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	533.994	(480.574)	509.025	(420.113)
Outros Resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
(Perdas)/ganhos atuariais de plano de benefício definido, líquido de impostos	64.336	106.209	64.336	106.209
	64.336	106.209	64.336	106.209
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
Ajustes acumulados de conversão do período	218.927	147.735	218.927	147.735
Ativos disponíveis para venda, líquido de impostos	44.084	(8.329)	44.084	(8.329)
Impairment de ativos disponíveis para venda, líquido de impostos	3.301	1.507.485	3.301	1.507.485
	266.312	1.646.891	266.312	1.646.891
Resultado Abrangente Total do Exercício	864.642	1.272.526	839.673	1.332.987
Atribuível a:				
Participação dos acionistas controladores	839.673	1.332.987	839.673	1.332.987
Participação dos acionistas não controladores	24.969	(60.461)		
	864.642	1.272.526	839.673	1.332.987